



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 162 QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 146ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE OUTUBRO DE 2016	7
1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	9
1.2.2 – Oradores	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários acerca de pesquisa da CNI/Ibope sobre a impressão da população em relação ao Governo do Presidente Michel Temer; e outros assuntos.....	9
SENADORA ANGELA PORTELA – Preocupação com a possibilidade de aprovação de PEC que limita os gastos públicos.	12
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da realização de medidas de ajuste das contas públicas; e outro assunto.....	13
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos, projetos de lei e leitura de expedientes.....	14
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADORA LÍDICE DA MATA – Registro sobre os resultados eleitorais do PSB no Estado da Bahia; e outro assunto.....	15
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Análise do resultado das eleições municipais de 2016, em especial no Estado do Rio Grande do Norte; e outro assunto.....	17
SENADOR PEDRO CHAVES – Considerações acerca dos desafios da educação no Brasil.....	20
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Avaliação acerca dos resultados das eleições municipais e preocupação com o sistema político do País.	21
SENADOR ROMÁRIO – Defesa da manutenção da obrigatoriedade da educação física no currículo do ensino médio; e outro assunto.	24
SENADOR OTTO ALENCAR – Posicionamento acerca de temas da reforma política em tramitação no Congresso Nacional.....	26
SENADOR JOSÉ ANÍBAL – Satisfação com os resultados do PSDB no pleito eleitoral de 2016.....	29
1.2.5 – Apreciação de requerimentos	
Requerimento nº 723/2016, do Senador Lindbergh Farias. Aprovado	32
Requerimento nº 720/2016, do Senador Roberto Rocha. Aprovado	32
Requerimento nº 721/2016, do Senador Roberto Rocha. Aprovado	32
Requerimento nº 722/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann. Aprovado	32
1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADOR RAIMUNDO LIRA, como Líder – Considerações sobre as eleições municipais de 2016.	32
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexões sobre o papel da esquerda após as eleições de 2016 e defesa da necessidade da formulação de novas alternativas políticas.	33
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item extrapauta	
Parecer nº 800/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 87/2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Aprovado (votação nominal).....	38
1.3.2 – Item extrapauta	
Mensagem nº 86/2016, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira	



de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar. Aprovada , após Parecer nº 801/2016-CRE (votação nominal)	42
1.3.3 – Item extrapauta	
Mensagem nº 83/2016, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã. Aprovada , após Parecer nº 802/2016-CRE (votação nominal)	45
1.3.4 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016 (proveniente da Medida Provisória nº 734/2016), que <i>dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016. Aprovado</i> (prejudicada a Medida Provisória nº 734/2016). À sanção	56
1.3.5 – Item 2	
Medida Provisória nº 736/2016, que <i>abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de dois bilhões e novecentos milhões de reais, para o fim que especifica. Aprovada</i> . À promulgação	57
1.3.6 – Item 4	
Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que <i>acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos. Transcorrida a quinta sessão de discussão, em primeiro turno</i>	67
1.3.7 – Item 5	
Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que <i>altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. Transcorrida a quarta sessão de discussão, em primeiro turno</i> , com leitura das Emendas nºs 3 a 5-PLEN	67
1.3.8 – Item 6	
Proposta de Emenda à Constituição nº 113A/2015 (nº 23/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (direitos eleitorais e partidos políticos. Transcorrida a quarta sessão de discussão, em primeiro turno</i>	67
1.3.9 – Requerimento	
Nº 731/2016, do Senador Hélio José e outros Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 566/2016, de realização de sessão especial destinada a celebrar os 30 anos do Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília - CPCE e os 10 anos de fundação da UnBTV, para que se realize em 24 do corrente. Aprovado	68
1.3.10 – Apreciação de requerimentos	
Nº 730/2016, do Senador Jorge Viana. Aprovado	68
Nº 710/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho. Aprovado , nos termos do Parecer nº 803/2016-CRE	68
1.3.11 – Apreciação de matéria	
Memorando nº 10/2016, da Comissão interna destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro da Aeronáutica, de prorrogação do prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 258/2016, perante aquele colegiado, até 30 do corrente. Aprovado	68
1.4 – ENCERRAMENTO	69

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 146ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE	
2.1.1 – Aviso do Banco Central do Brasil	
Nº 46/2016 (nº 94/2016, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de agosto de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas	70
2.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Nº 753/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 137/2016, do Senador Ronaldo Caiado	84
2.1.3 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de substituição de membro em diversas comissões (Ofício nº 54/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	84
Da Liderança do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Ofício nº 58/2016)	85
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 102/2016). <i>Será feita a substituição solicitada</i>	86



Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática no Senado Federal, de indicação de membros para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 103/2016)	87
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor do Aviso nº 43/2016, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 90/2016)	88
Da Comissão interna destinada a elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro da Aeronáutica, de prorrogação do prazo para a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 258/2016, perante aquele colegiado, até 30 do corrente (Memorando nº 10/2016)	89
2.1.4 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES - Registro da necessidade de uma reforma política no Brasil	90
2.1.5 – Documentos encaminhados à publicação	
Senadora Vanessa Grazziotin.....	91
Senadora Fátima Bezerra	93
Senador Antonio Carlos Valadares	96
2.1.6 – Mensagem da Presidência da República	
Nº 525/2016, na origem, que comunica a ausência de S. Ex ^a do País, em 3 do corrente, em viagem oficial à República da Argentina e à República do Paraguai.....	98
2.1.7 – Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente	
Nº 1.229/2016, na origem, em resposta ao Requerimento nº 905/2016, do Senador Davi Alcolumbre	98
2.1.8 – Pareceres	
Nº 800/2016, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre a Mensagem nº 87/2016	99
Nº 803/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 710/2016, do Senador Fernando Bezerra Coelho.....	106
2.1.9 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 352/2016, do Senador Dalírio Beber, que altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências, para determinar a redução das alíquotas do Fistel, do Fust e do Funttel, no exercício fiscal subsequente, em caso de não aplicação dos recursos dos fundos no setor de telecomunicações	109
Nº 353/2016, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Roberto Rocha, que institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.....	117
Nº 354/2016, da Senadora Rose de Freitas, que atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.....	123
Nº 355/2016, do Senador Aécio Neves, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre a contratação de seguro ambiental para o funcionamento de estabelecimentos e atividades de extração e tratamento de minerais sujeitos a licenciamento ambiental	128
Nº 356/2016, do Senador Deca, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar as eleições de Senadores.....	133
Nº 357/2016, da Senadora Rose de Freitas, que altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.....	137
Nº 358/2016, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs	142
Nº 359/2016, da Senadora Rose de Freitas, que altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão	150
Nº 360/2016, da Senadora Rose de Freitas, que altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste	154
Nº 361/2016, da Senadora Ana Amélia, que dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres	157
Nº 362/2016, do Senador Wellington Fagundes, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde	164
2.1.10 – Requerimentos	
Nº 720/2016, do Senador Roberto Rocha, de licença para tratamento de saúde no período de 26 a 30 de setembro último	171



Nº 721/2016, do Senador Roberto Rocha, de licença para tratamento de interesses particulares por 118 dias.....	172
Nº 722/2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, em aditamento ao Requerimento nº 704/2016, de mudança na data de missão parlamentar para o período de 13 a 19 do corrente	173
Nº 723/2016, do Senador Lindbergh Farias, de autorização para desempenho de missão no período de 5 a 7 do corrente.....	174
Nº 724/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Moção de Solidariedade em apoio ao processo de paz entre o Governo Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia	175
Nº 725/2016, do Senador Humberto Costa, de convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Senado Federal para prestar esclarecimentos.....	178
Nº 726/2016, do Senador Deca, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Marconi Goes de Albuquerque	181
Nº 727/2016, do Senador Ciro Nogueira, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236/2016	184
Nº 728/2016, do Senador Ciro Nogueira, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236/2016	186
Nº 729/2016, do Senador Ciro Nogueira, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236/2016.....	188
Nº 730/2016, do Senador Jorge Viana, de autorização para desempenho de missão no período de 7 a 18 de novembro próximo.....	190

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Parecer nº 800/2016

Lista de votação.....	191
-----------------------	-----

2.2.2 – Mensagem nº 86/2016

Lista de votação.....	193
-----------------------	-----

2.2.3 – Mensagem nº 83/2016

Lista de votação.....	195
-----------------------	-----

2.2.4 – Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016

Matéria aprovada.....	197
-----------------------	-----

2.2.5 – Medida Provisória nº 736/2016

Matéria aprovada.....	198
-----------------------	-----

2.2.6 – Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016

Emendas nºs 3 a 5-PLEN.....	200
-----------------------------	-----

2.2.7 – Requerimento nº 731/2016

Matéria lida e aprovada	216
-------------------------------	-----

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	220
--	-----

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	223
--	-----

5 – LIDERANÇAS	224
-----------------------------	-----

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	227
---------------------------------------	-----

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	249
---	-----

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	254
---	-----

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	307
-------------------------------------	-----



146ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 4 de Outubro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, da Sra Vanessa Grazziotin e dos Srs. Dário Berger e Antonio Carlos Valadares.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 9 minutos e encerra-se às 19 horas e 47 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

146ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 04/10/2016 07:00:00 até 04/10/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PSDB	PB	Deca	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X

Emissão 04/10/2016 20:33:30



Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Anibal	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lidice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PTB	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 65 senadores.



ATA

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**vide Parte II do Sumário**)

Eu queria cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado.

Passada a eleição, estamos de volta ao trabalho, com as comissões funcionando aqui, no Senado, inclusive agora à tarde.

Eu cumprimento as Senadoras aqui presentes: a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a primeira oradora; a Senadora Ana Amélia, que é a segunda oradora; e a Senadora Angela Portela, que pede pela ordem.

Por gentileza, Senadora.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Eu quero a minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a está inscrita para uma comunicação inadiável.

Eu também me inscrevo.

Eu queria cumprimentar também os funcionários do Senado, todos os servidores, todos que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, que nos ajudam a fazer a reprodução desta sessão.

Mais uma vez, daqui a pouco, eu também vou fazer o balanço das eleições no Acre, num pronunciamento, mas agora, neste momento, passo a palavra imediatamente para a Senadora Vanessa Grazziotin. Eu tive de, ainda há pouco, dar um abraço na companheira querida, porque fazia umas duas semanas que não nos víamos.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero cumprimentar, antes de mais nada, Senador Jorge Viana, V. Ex^a e todos os nossos companheiros e companheiras do Estado do Acre que, no último pleito, obtiveram uma bela e importante vitória.

Eu não tenho os dados completos, mas sei que, dos quatro candidatos a prefeito que o meu Partido lançou em quatro Municípios do interior do Acre, elegemos dois, ou seja, 50%, o que para nós é algo fundamental e muito importante, sem falar da eleição também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Dez por cento dos Municípios, porque são 22.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Exatamente, 10% dos Municípios.

Sem falar da eleição do Dr. Eduardo para a Câmara de Vereadores, que foi, durante minha militância do movimento estudantil, já um grande companheiro, porque ele estudou Medicina na Universidade Federal do Amazonas ao tempo em que eu cursava Farmácia.

Sr. Presidente, antes de falar também rapidamente sobre as eleições, eu quero fazer três registros. O primeiro deles diz respeito à agressão absurda que sofreu, no dia do pleito – portanto, no último domingo –, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará, o ex-Senador da República e ex-Deputado Federal Inácio Arruda. Ele foi barbaramente agredido pela Polícia Militar do Estado, assim como toda a sua família, seus filhos, sua esposa. Sr. Presidente, ele recebeu um chamado de alguns jovens que se encontravam nas proximidades de uma unidade onde ocorriam as eleições e chegou lá para tentar acalmar toda a confusão que estava se formando. Em vez de a Polícia Militar abrir um diálogo, passou também a agredir o ex-Senador Inácio Arruda.

O meu Partido, o PCdoB, Sr. Presidente, apresentou uma nota repudiando a agressão policial que sofreu ele, que sofreu Teresinha, uma médica conceituada na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, sua esposa, e vários jovens que os acompanhavam. Repudiamos esse comportamento dos integrantes da Polícia Militar e, mais do que isso, estamos solicitando a imediata e mais rigorosa apuração dos fatos, com a responsabilização dos culpados por esse e demais episódios que vêm ocorrendo no Estado do Ceará.

Aqui são vários os episódios relatados. Além da agressão sofrida pelo ex-Senador Inácio Arruda, Secretário de Estado e sua família, também recentemente aconteceu a chacina de Messejana, as agressões às mulheres do MST em frente ao Palácio da Abolição, cuja repercussão foi enorme, a repressão à manifestação pacífica na ocasião do dia 7 de setembro na beira-mar. Enfim, já existe um histórico de agressão por parte de membros da Polícia Militar que tem que ser combatido.



Então, fica aqui a minha solidariedade ao querido companheiro Inácio Arruda, a sua companheira, Drª Teresinha, e a todos os jovens que infelizmente, como trabalhadores anteriores, foram vítimas de atos arbitrários e violentos cometidos por parte da Polícia Militar do Estado do Ceará.

O segundo registro que faço, Sr. Presidente, diz respeito a uma atividade que nós da Bancada Feminina, juntamente com o Comitê pela Igualdade de Gênero do Senado Federal, juntamente com diversas outras entidades, como o Banco Mundial, entidades representativas dos movimentos feministas, estamos iniciando, no dia de hoje, eventos alusivos ao Outubro Rosa. O Outubro Rosa, Sr. Presidente, é uma atividade que tem como objetivo chamar a atenção de toda a população brasileira para a necessidade de se trabalhar a prevenção do câncer de mama, que infelizmente é uma doença que acomete e, muitas vezes, leva à morte centenas de milhares de mulheres no Brasil e em todo o mundo.

Consideramos esse movimento de fundamental importância porque, assim como outras doenças, se o câncer de mama for diagnosticado em tempo, de forma prematura, pode não apenas salvar a vida, mas inclusive preservar a própria mama da mulher, que, muitas vezes, por ter encontrado a doença já de forma tardia, num processo já bem avançado, perde toda a sua mama.

Quero dizer que hoje, Sras Senadoras, Srs. Senadores, saiu uma edição informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher e nessa edição nós colocamos toda a programação que deverá ser realizada a partir do dia de hoje.

Iniciaremos a programação, Senador Jorge Viana, e gostaríamos muito de contar com a presença de V. Exª e do Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, às 18h, no Salão Negro. É uma atividade da Câmara e do Senado, de toda a Bancada Feminina. Estaremos no Salão Negro para fazer o acendimento das luzes que iluminarão com a cor rosa – e estamos usando também um laço cor-de-rosa – o prédio do Congresso Nacional, em alusão a este mês muito importante de combate ao câncer de mama.

De nossa parte, da Procuradoria da Mulher e de todas as Senadoras – dos Senadores também, mas sobretudo das Senadoras –, nós temos nos empenhado muito para contribuir com o combate ao câncer de mama. São vários os projetos que nós já aprovamos, projetos que garantem não apenas o atendimento prioritário às mulheres acometidas de câncer de mama, mas a possibilidade de uma restauração imediata, caso seja essa a indicação médica, da mulher que tiver de fazer a mastectomia, o que sem dúvida alguma é muito importante, porque eleva a autoestima da mulher, que se torna muito baixa por conta da dessa doença terrível que acomete.

Estão, teremos inúmeras atividades hoje. Repito, às 18h, a inauguração e o acendimento das luzes cor-de-rosa. Desde o dia 26, temos uma exposição fotográfica no espaço Galeria do Senado, intitulada "Viva Vida". No espaço Mário Covas, da Câmara dos Deputados, entre os dias 10 e 14, acontecerá a exposição de pintura em tela "Cores de um Outubro Rosa", além de vários debates, como na Comissão de Assuntos Sociais, que fará audiência pública no próximo dia 19, uma quarta-feira, para abordar a Lei dos 60 dias e a lei da reconstrução mamária. No dia 20, com o programa Pauta Feminina, vamos debater também questões vinculadas ao câncer de mama e, no dia 25, um novo debate na Câmara dos Deputados.

A programação toda está disponibilizada não apenas na edição do jornal da Bancada Feminina, *Senado Mulher*, mas pela internet. Então, caso haja interesse em participar dos eventos, dos debates sobretudo, lá está o indicativo do dia, horário e local em que eles acontecerão.

O terceiro registro que faço, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, diz respeito a uma pesquisa divulgada há poucos minutos. É uma pesquisa CNI/Ibope que trata da impressão da população com referência a Michel Temer à frente da Presidência da República.

E veja, Senador Jorge Viana. A Presidente Dilma, nos meses de 2015 e nos primeiros meses de 2016, ostentava uma avaliação de governo "ótimo e bom" que variava de 9% a 15%. Repito: no mês de março deste ano, 2016, a avaliação considerada ótima e boa da Presidenta Dilma estava em 10% e, em 2015, por vários meses, 12%. Pois bem, vejamos qual é a avaliação de ótimo e bom do Governo Michel Temer: quatorze por cento, exatamente o mesmo nível obtido pela Presidenta Dilma, 14%.

Essa é a pífia aprovação que tem este Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer perante a população brasileira.

Mais do que isso, foi perguntado à população qual é o nível de confiança no Presidente Michel Temer, Senador Jorge Viana. Sessenta e oito por cento da população brasileira não confiam no Presidente Michel Temer. Vejam: 68% não confiam no Presidente Michel Temer.

Em relação à comparação com o governo da Presidenta Dilma, 24% acham que está melhor, mas quase 70% da população, ou seja, a esmagadora maioria acredita que o Governo de Michel Temer ou está igual ou está pior, Sr. Presidente. E as perspectivas também são muito ruins em relação ao Governo do Presidente Michel Temer.



Isso apenas reforça aquilo que sempre dizíamos: se a maior parte dos Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas retirou o apoio à Presidente Dilma utilizando como argumento a crise econômica pela qual passa o País e a falta de aprovação perante a opinião pública, o que dizer, então, agora desse Sr. Michel Temer?

Ora, a população brasileira de fato pugnou por mudanças, mas não para ter na Presidência da República esse cidadão Sr. Michel Temer, que, como nós, também a grande maioria considera um Presidente ilegítimo em quem sequer confia.

Sr. Presidente, meu tempo já se esgota. Eu voltarei a esta tribuna para fazer uma análise das eleições...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...uma análise não só do desempenho do meu Partido, que já posso dizer que repetiu bastante o desempenho das últimas eleições. Em alguns Estados cresceu, em outros diminuiu, mas, no geral, nós mantivemos o desempenho obtido em eleições anteriores, inclusive com a mesma quantidade de votos e o mesmo número de prefeituras. Praticamente aumentamos o número de prefeituras que estamos governando.

Somente quero dizer, Srs. Senadores, que hoje, terça-feira, no jornal *Folha de S.Paulo*, eu trato exatamente dessa questão, trato da questão eleitoral. O título do meu artigo de hoje é “A aversão à política saiu vitoriosa do processo eleitoral”, porque não tenho dúvida nenhuma de que não houve partidos vitoriosos. O que houve de vitorioso foi a aversão à política, e os números mostram claramente isso. E isso não acontece por acaso. É o fruto que estão colhendo de...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...de anos e anos de criminalização da política, e criminalização seletiva, o que é pior. É exatamente isso que eu abordo, dizendo que o resultado nos leva a concluir que a velha tática da direita de depreciar a política, sobretudo as forças progressistas que se opõem ao sistema capitalista têm dado resultado. E eles, que são os verdadeiros responsáveis pela crise, jogam no colo das forças progressistas uma responsabilidade que não cabe a elas. Mas essa vitória é temporária e logo, logo cairá a máscara daqueles que pensam que estão sendo consagrados no País. Deixem as reformas avançarem que a população brasileira verá. E, pior do que isso, sem tirar quais os reais objetivos desses que estão assaltando o poder em nosso País.

Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– PCdoB/CE repudia agressão policial contra Inácio Arruda e militantes. (**vide item 2.1.5 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quero fazer um esclarecimento, Senadora Ana Amélia, minha querida amiga. Queria cumprimentá-la. Ela usou apenas dois minutos além do tempo regimental, e eu dei mais um. Então eu estou tentando... Somos tão poucos. Eu pensei que não teria muito problema.

Senadora Angela Portela tem o tempo regimental de cinco minutos, porque... Eu também estou querendo ir para uma comissão, mas...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É louvável a sua explicação, Presidente da sessão. Tenho a impressão de que quando eu usasse a palavra bastaria apenas ter o mesmo tratamento, mas não há nenhum problema em relação a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas sempre damos o mesmo tratamento. Aliás, muito mais. A senhora inclusive, quando preside, faz isso com todos os colegas e eu, também. Eu só estou dizendo que ela não havia extrapolado o tempo regimental.

V. Ex^a tem a palavra...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, sem querer atrapalhar absolutamente nada, eu apressei tanto o meu pronunciamento que me esqueci de solicitar que a nota de solidariedade ao ex-Senador Inácio Arruda, de repúdio à atitude da Polícia Militar do Estado do Ceará, seja incluída nos *Anais* desta Casa.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu presto também, como colega do Senador Inácio Arruda, a minha solidariedade a ele e a sua família.

A solicitação de V. Ex^a será acolhida, conforme estabelece o Regimento da Casa, com o registro nos Anais da Casa da nota de solidariedade.

Senadora Angela Portela, V. Ex^a tem a palavra; em seguida, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, passadas as eleições, um tema deve dominar o debate nas próximas semanas, no Congresso Nacional. Refiro-me à proposta que limita os gastos federais por um período de 20 anos, interrompendo de modo drástico e perverso o processo de resgate da cidadania e de justiça social iniciado há 14 anos.

Não se enganem. O congelamento do teto de gastos por 20 anos fatalmente vai drenar recursos das áreas sociais, como saúde e educação, embora o Governo diga o contrário, num atentado à lógica já denunciado por especialistas em contas públicas.

De modo disfarçado, o Governo pretende atacar o cerne dos direitos sociais consagrados na Constituição de 1988. É uma forma ardilosa de revogar os patamares definidos para a saúde e para a educação. Foram esses recursos obrigatórios que permitiram avanços importantes no nível de escolarização da população e na cobertura da saúde em todo o País.

Lógico que ainda há muito a se fazer nessas duas áreas, mas não será retirando direitos que conseguiremos atingir a universalização da saúde e garantir escola pública de qualidade a todos os brasileiros, conforme imaginou o constituinte de 88.

Apenas para se ter uma ideia, caso o Brasil já estivesse aplicando a regra perversa definida pela equipe econômica do Governo, apenas na última década teria aplicado 250 bilhões a menos em saúde, 430 bilhões a menos em assistência social e 450 bilhões a menos em educação.

O Governo, assim, parece estar pagando uma dívida com a sua base parlamentar e com os setores mais atrasados da economia brasileira, que só se preocupam com os seus lucros, virando as costas para a gritante desigualdade brasileira.

Enquanto impõe limite para os gastos públicos, o Governo deixa correr soltos os gastos com os juros.

Outro tema que vai merecer a nossa atenção é a MP que muda o ensino médio. Como tenho dito, trata-se de uma forma polêmica de propor alterações em uma área fundamental para o futuro do País, com impacto relevante sobre a vida de milhões de famílias e sobre a organização dos Estados e de escolas Brasil afora.

Como profissional da educação, eu lamento que o Governo tente empurrar essa reforma sem discussão aprofundada. A medida tem um claro viés excludente. O texto estabelece que as diversas áreas de conhecimento e o ensino técnico serão oferecidos aos alunos, que teriam direito de escolha.

Não é difícil imaginar, porém, que as opções não estarão disponíveis em todas as escolas e que a formação profissional será destinada, de modo praticamente exclusivo, para os estudantes mais pobres.

Disciplinas como Artes, Educação Física e Sociologia são fundamentais para a formação sólida do estudante, para prepará-lo para o mundo atual, que é tão complexo, inclusive com vistas ao mercado de trabalho.

Ninguém pode ser contra o aumento da carga horária e da escola em tempo integral, mas como pretendem fazer isso se o Ensino Médio está a cargo dos Estados, em sua maioria com enormes dificuldades financeiras?

E chega a ser irônico que o mesmo Governo que prevê aumento de gastos para os Estados queira limitar as despesas em educação, conforme a PEC 241. É uma tremenda incoerência. O Governo acabou apresentando uma proposta sem qualquer consistência técnica, jurídica ou financeira.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Tanto a PEC que limita os gastos sociais quanto a MP do Ensino Médio terão a minha oposição, porque eu entendo que não é possível reduzir tantos investimentos na área básica, na área que dá atenção, que dá cidadania para o povo brasileiro, principalmente a área de saúde e educação, mas será uma oposição responsável, diferente da que foi feita pelos que agora estão no Planalto, uma oposição pensando no melhor para o Brasil e para o meu Estado de Roraima, uma oposição pensando na melhoria da qualidade do ensino, na inclusão de todos os jovens brasileiros em um ensino técnico de qualidade para todos, pobres e ricos, para toda a juventude do nosso Brasil que precisa ter igualdade, que precisa ter isonomia, que precisa ter...



(Interrupção do som.)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Só para concluir, Senadora Vanessa, a nossa grande preocupação, falada neste pronunciamento, em relação à mudança no Ensino Médio.

Reforço que é preciso ter igualdade para todos. Toda a juventude brasileira precisa ter acesso à educação, ao Ensino Médio de qualidade para toda a juventude.

Muito obrigada.

Era isso, Sra Presidenta.

(Durante o discurso da Sr.ª Angela Portela, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senadora Angela, pelo belo pronunciamento, e convida para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Ana Amélia, que veio hoje também de cor de rosa, em alusão à abertura das atividades.

Senadora, com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, agradeço-lhe a fita rosa que recebi da Procuradoria da Mulher aqui no Senado Federal. Vim exatamente com a cor que marca o Outubro Rosa.

Amanhã a Comissão de Assuntos Sociais examinará um requerimento de minha autoria, para que nós façamos um debate sobre a implementação da Lei nº 12.732, de que fui relatora, que garante aos pacientes diagnosticados com câncer, a mulheres especialmente - câncer de mama é o que mais afeta as mulheres, especialmente no meu Estado do Rio Grande do Sul -, o tempo máximo de 60 dias para iniciar o tratamento após o diagnóstico.

E também há a Lei nº 12.802, que determina a reconstrução mamária no mesmo ato cirúrgico da mastectomia quando houver condições médicas de saúde da mulher.

Tive a honra de ser a Relatora dessas duas leis aqui no Senado Federal. A primeira delas, a dos 60 dias, é de autoria do ex-Senador Osmar Dias, do Paraná; e a da reconstituição da mama no mesmo ato cirúrgico é de uma ex-Deputada, Rebecca Garcia, do Estado do Amazonas, que teve a felicidade de apresentar esse projeto, que já está implementado pelo Sistema Único de Saúde.

Então, amanhã, quarta-feira, vamos aprovar a vinda de representantes a essa audiência pública para debatermos a questão. Serão convidados o Ministério da Saúde, o Ministério Público Federal, o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, a presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), e o presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia. Penso que vai ser um momento importante para avaliarmos, então, essas matérias todas que estão em debate neste mês.

Também vai ser votado na Câmara, e eu espero que tenha a pauta do Presidente da Comissão, Deputado Osmar Serraglio, um projeto de minha autoria que cria condições especiais para o exame de mamografia para mulheres portadoras de deficiência. A mamografia vai requerer às mulheres, exatamente, um tratamento diferenciado do equipamento para esse exame, em relação à questão relacionada ao problema das mulheres portadoras de deficiência, que têm que ter um tratamento para uma mamografia de melhor qualidade.

Eu queria apenas fazer um registro aqui que, agora, é um mantra. Talvez, uma das maiores qualidades do partido que deixou o governo seja o de ter sabido fazer, ao longo do tempo, oposição profissionalmente. Essa foi a raiz do surgimento do Partido dos Trabalhadores, que agora volta a praticar aquilo que sabe fazer melhor, com grande ganho profissional.

Depois de ter atacado ferozmente as reformas necessárias ao País... Hoje, qualquer cidadão médio sabe que o Brasil precisa mudar a sua política fiscal, precisa fazer as reformas necessárias para evitar que a geração de hoje seja prejudicada amanhã. Nós temos que ter a responsabilidade, e as urnas, mais do que qualquer pesquisa de opinião, foram as mais sábias para dizer o que a sociedade brasileira quer e que mudança ela está impondo à classe política brasileira. As urnas deste domingo e, depois, as do segundo turno. Então, não há dúvida. Não adianta a pesquisa do Ibope dizer que está mais ou menos. Essa não é a comparação. A comparação é o desejo manifestado pelo eleitor brasileiro e pela eleitora brasileira nesse domingo, e isso ficou muito claro.

Eu ouvi aqui, há pouco, uma declaração de que a imposição de limites para gastos públicos é condição *sine qua non*; a condição fundamental para que o Brasil saia desse atoleiro é que seja aprovado o limite de



gasto.

Eu quero fazer uma pergunta à senhora, D. Maria, D. Joana, D. Rosa, à senhora que está em casa. Quando falam dessa história de limite de gasto que vai impor lesão ao direito à saúde, à educação, ao serviço de educação técnica para os jovens, eu lhe pergunto: toda a pregação é que foi dado muito apoio, muito apoio a todos esses setores. Realmente foi colocado muito dinheiro, dinheiro em demasia, mas há um detalhe. Eu lhe pergunto: você está satisfeita com a dinheirama que foi colocada – pelo que prega o partido que deixou o governo – em saúde, em educação ou em infraestrutura ou segurança? Você está satisfeita com isso? Você acha que valeu a pena tanto dinheiro colocado?

Hoje saiu a pesquisa mais importante, a do exame do ensino médio, e houve uma queda em 2015, em relação a 2014, na qualidade do aprendizado dos alunos do ensino médio em Matemática, em Ciências da Natureza, em Linguagem. É o fundamental, é o que interessa! As pessoas têm que olhar esses dados e essas estatísticas. Não vamos cair nessa esparrela de uma oposição ferrenha, que é a do quanto pior melhor. É preciso, sim, uma trava nos gastos.

Aqui em Brasília, hoje, eu ouvi o jornalista Cláudio Humberto informar que, na área de saúde, algumas categorias tiveram a sua carga horária reduzida de 30 para 20 horas. Repito: de 30 para 20 horas semanais. O salário ficou o mesmo; o serviço, deteriorado. As pessoas que recorrem aos serviços de saúde aqui em Brasília estão sofrendo as consequências dessa benesse que o governo anterior forneceu a seus funcionários. E a população? Parece que essas pessoas, esses líderes, esses gestores pensam: "a população que se lixe". A população que se lixe! A mesma população que paga a conta, que paga os seus impostos. Essa população está sendo desrespeitada nos seus direitos. E, aí, vêm querer nos impor que limitar os gatos vai comprometer saúde e educação.

Não havia limite para isso. E os gastos foram tantos, mas a qualidade dos serviços prestados é péssima! Qualquer cidadão que bater à porta de um hospital público, que é muito mais caro do que uma instituição particular do mesmo nível, e é sustentado pelo dinheiro público. O serviço em educação, o serviço em segurança, o serviço em saúde pública; tudo deteriorou apesar dos enormes volumes gastos nesses setores. Mas por quê? Porque foram gastos sem nenhum critério de qualidade, sem nenhum critério com a qualidade da gestão. Simplesmente isto: dinheiro jogado fora, na lata do lixo. Isso foi o que aconteceu. E, agora, tentam dizer que nós não podemos ter limite de gasto no setor público. Não havendo limite de gasto no setor público, simplesmente o que vai acontecer é que o seu filho, amanhã, não terá aposentadoria; seu filho, amanhã, não poderá ter acesso a uma universidade.

Nós não podemos gastar – a dona de casa, a D. Maria, a D. Joana, a D. Rosa sabem do que eu estou falando. Em casa você gasta mais do que recebe de salário ou de aposentadoria? Não. E, quando isso reduz, você também reduz os seus gastos. O Estado não é diferente disso; só as proporções são maiores, a complexidade é maior dessa contabilidade entre receita e despesa. E, aí, vem a pregação: não pode haver limitação de gastos, porque vai comprometer a saúde, a educação.

Ora, gente, desculpe, mas não há pesquisa que resista às urnas, que foi o resultado da eleição desse domingo. E nós vamos ter, sim, que enfrentar a votação dessas reformas, sob pena de não estarmos pensando na próxima geração, mas tão somente na próxima eleição. E não é isso o que vamos ter que fazer. Nós temos que cumprir o nosso dever, sob pena de nós também sermos enxotados da política pela decisão soberana e secreta dos eleitores brasileiros, que já estão demonstrando uma enorme consciência e uma enorme intimidade com a realidade do País...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com tudo o que está acontecendo. Nesta eleição, foi o que se viu. E hoje, como nunca, os brasileiros estão absolutamente sintonizados, consumindo política como nunca consumiram, o que significa que eles estão vigilantes do nosso trabalho, do que nós estamos fazendo e do que nós podemos ou não fazer. A nossa omissão aqui será imperdoável para a sociedade brasileira.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazzotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a e convida para fazer uso da palavra, por uma permuta que fez com o Senador Cristovam Buarque, a Senadora Lídice da Mata.

Antes, entretanto, Senadora, de V. Ex^a iniciar, preciso ler um comunicado da Presidência.

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a ser realizada hoje, dia 4 de outubro do corrente, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Vetos nºs 30 a 36, de 2016, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 2, 8, 6,



7, 9, 12, 14, 15, 16 e 17, de 2016, dos Projetos de Resolução do Congresso Nacional nºs 3, de 2013, e 1, de 2016, e de outros expedientes.

Era essa a informação.

Portanto, hoje, às 19h, sessão do Congresso Nacional no plenário da Câmara dos Deputados.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Vanessa, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senadora Vanessa, apenas para fazer o registro de um importante ato que será realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, Senadora Lídice, começando exatamente às 10h. O ato é contra a PEC nº 241, que vem destruir conquistas do povo brasileiro.

Esse ato, Senadora Lídice, está sendo convocado pelas centrais sindicais, por diversas entidades, por tudo aquilo de que nós temos conhecimento, que é o efeito perverso que essa PEC – que quer congelar os gastos nas áreas sociais pelos próximos dez, vinte anos – trará para a vida do povo brasileiro, principalmente em áreas fundamentais, como a educação, a saúde, etc. Então, em nome das entidades, estamos aqui fazendo este registro para a mobilização de amanhã, repito, às 10h, na Câmara dos Deputados, uma vez, inclusive, que a Câmara está querendo apressar a votação dessa PEC. Daí a importância de intensificar essa mobilização em todo o País para ver se nós conseguimos barrar esse grande desatino que seria a aprovação dessa PEC, repito, pelo tanto de destruição que trará para os direitos e conquistas do povo brasileiro.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, nobre Senadora. Feito o registro, passo a palavra imediatamente à oradora inscrita, a querida Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, eu queria iniciar parabenizando a Procuradoria da Mulher do Senado Federal, que, hoje, inicia as nossas referências a atividades para que possamos discutir e prevenir a questão do câncer de mama no Brasil, que tem sido uma das causas que mais tem acometido a mulher brasileira e levado a uma situação letal.

Inicia-se, nesta quarta-feira, às 18h, com a iluminação dos prédios do Congresso Nacional e do Ministério da Saúde, na cor rosa; com a apresentação do Coral do Senado, no Salão Negro do Congresso Nacional; com o lançamento do livro George Nicholas Papanicolaou; e com o lançamento da exposição fotográfica Viva Vida, da Recomeçar – entidade de Mulheres Mastectomizadas de Brasília, no Espaço Galeria do Senado. E, por aí, vamos iniciando essas atividades referentes a esse tema, que se estenderá a todo o mês de outubro.

Esta data já ficou, sem dúvida nenhuma, marcada no cenário da luta pela saúde no nosso País, e creio que é a mais lembrada em todo o Território nacional, que é a referência do Outubro Rosa, quando especialmente os movimentos de mulheres, mas a sociedade brasileira como um todo, buscam debater essa questão para garantir – porque prevenir é um pouco difícil, a não ser com aquelas características que nós consideramos, que os médicos consideram como grupo de risco, a mulher que fuma, enfim, algumas características – a grande forma de enfrentar o câncer de mama, que é dando à sociedade, às mulheres a possibilidade de terem um atendimento que possa precocemente identificar a existência do câncer e, dessa maneira, combatê-lo e tratá-lo devidamente fazendo com que a cura seja possível.

Então, quero registrar aqui a minha adesão e a adesão de todo o Senado, mas especialmente das mulheres do Senado e do Congresso Nacional que vanguardaram sempre esta luta no Brasil.

Sr^a Presidente... Sr. Presidente – mudou a Presidência –, Sr^ss e Srs. Senadores, ouvintes dos meios de comunicação que nos acompanham, da Rádio Senado, da TV Senado, dos demais meios de comunicação da Casa, eu queria abordar, rapidamente, a situação eleitoral. Nós acabamos de sair de uma eleição, e muita gente está falando sobre isso, os principais jornais, os meios de comunicação e os principais articulistas políticos, e eu não quero deixar de registrar a vitória do meu Partido na Bahia. Uma vitória porque, além de conquistarmos um número bom de prefeituras. Conquistamos 22. Perdemos, numericamente – na eleição passada, nós tínhamos 30 prefeituras; desta vez, passamos para 22 –, sendo que a mudança do perfil das prefeituras que o PSB conquistou foi muito interessante, porque nós saímos de pequenas cidades para grandes e médias cidades do nosso Estado.

Conquistamos sete prefeituras, entre as 50 maiores cidades do Estado. Essa é uma razão, sem dúvida, de comemoração do nosso Partido, inclusive dadas as condições extremamente difíceis com que disputamos essas eleições todas.

Eu quero destacar vitórias importantes do PSB em cidades em que foi absolutamente surpreendente



a nossa conquista, entre elas destacadamente a cidade de Irecê, onde nós começamos enfrentando um prefeito muito bem avaliado nas pesquisas e, sozinhos, fomos juntando partidos a cada dia, a cada momento e, finalmente, crescemos a nossa campanha de forma vertiginosa. No final, recebemos o apoio do ex-Prefeito Beto Lelis e, finalmente, conquistamos uma eleição que ninguém acreditava na Bahia que nós fôssemos capazes de conquistar. Quando eu comecei a dar a notícia aos jornais da vitória de Elmo Vaz, ex-Presidente da Codevasf no Governo da Presidente Dilma, muitos jornalistas diziam: "Não é verdade, não é possível." Elmo conseguiu se eleger. E eu quero dizer que, com muita alegria, porque participei desde o início dessa conquista, convidando o Elmo, o Dr. Elmo Vaz para integrar o nosso Partido. Depois, tivemos a participação destacada da nossa Deputada Estadual Fabíola Mansur na articulação, no apoio àquela candidatura. E, finalmente, realmente temos razões para comemorar essa expressiva vitória de Elmo Vaz naquela cidade de Irecê, a sua cidade natal.

Também uma eleição foi surpreendente: de virada, ganhou o Jairo Magalhães na cidade de Guanambi, que também estava atrás nas pesquisas durante meados da campanha.

E, finalmente, Gilberto Brito, em Paramirim, também teve uma surpreendente vitória.

Nessas eleições, como eu disse, nós passamos a representar uma população maior do Estado da Bahia. Os nossos 22 prefeitos eleitos pelo Partido vão representar mais de 816 mil habitantes. Jequié é a cidade que o PSB conquistou com maior população. São 161 mil habitantes.

É também importante destacar que todas as nossas conquistas de prefeitura deram-se, como eu disse antes, numa situação de extrema dificuldade financeira. O nosso Partido dispôs de muito poucos recursos no conjunto do Fundo Partidário Nacional, e esses prefeitos não receberam absolutamente nada desse Fundo Nacional. Então, foi um esforço mesmo da militância partidária.

Os 22 prefeitos eleitos pelo PSB representam 5,3% das prefeituras baianas. Em todo o Estado, foram eleitos 361 prefeitos e 56 prefeitas. Quero ressaltar isso. Dos nossos 22 prefeitos, apenas tivemos uma prefeita. Diminuímos também uma. Nós elegemos da outra vez duas prefeitas. Dessa, apenas uma prefeita. A Prefeita, nossa querida Suka, de Ubaitaba, fez uma belíssima campanha e, finalmente, veio a ganhar.

Nós disputamos as eleições na Bahia com os mais diversos partidos. Enfrentamos do PT – nosso aliado no governo – a partidos não aliados do governo, ao DEM, e conseguimos, portanto, uma vitória muito diversificada.

Quero aproveitar para parabenizar o desempenho vitorioso do nosso Partido, toda a militância partidária, os nossos prefeitos agora eleitos: de Barra do Choça, Prof. Léo; de Boquira, Luciano da Farmácia, uma extraordinária vitória em Boquira; em Brumado, Eduardo Vasconcelos, que ganhou a eleição pela terceira vez e é Prefeito daquela cidade com extraordinária aprovação de gestão, ganhou com mais de 72% dos votos; Caetité, com Aldo Gondim; Camamu, com Luizinho; Casa Nova, com Wilker do Posto; Floresta Azul, com Gicelia de Garrafão; Firmino Alves, com Lero Cunha; Guanambi, com Jairo Magalhães; Igrapiúna, com Léo; Iraquara, reeleição de Freitas; Irecê, Elmo Vaz; Itaberaba, Ricardo Mascarenhas, muito jovem; Itapitanga, Dernival, pela terceira vez Prefeito; Itaquara, o Prefeito mais jovem da Bahia, Marco de Dr. Geo, Marco Aurélio, com apenas 22 anos de idade; em Laje, Binho de Mota; em Mulungu do Morro, Fredson Cosme, na sua reeleição; em Mundo Novo, o Dr. Adriano; em Oliveira de Brejinhos, Carlito de Libório; em Paramirim, também pela terceira vez, Gilberto Brito; em Ubaitaba, Suka; e, em Jequié, Sérgio da Gameleira.

Quero dar os meus parabéns – já tive oportunidade de fazê-lo pessoalmente – e reafirmar o compromisso do nosso mandato, do mandato dos nossos Deputados Estaduais e Deputados Federais na luta em defesa desses Municípios e de todos os Municípios do Estado da Bahia.

Também é positivo o número de vereadores socialistas eleitos. Foram 176 representantes nos legislativos municipais baianos. Desse total, foram eleitas 31 mulheres: 17,6% do total de vereadores. Fizemos um esforço em relação à eleição das mulheres, de forma especial.

Quero destacar a reeleição extraordinária do Vereador Sílvio Humberto, representante do movimento negro da nossa cidade, da Steve Biko. Representante de um trabalho magnífico de inclusão social da juventude negra na cidade de Salvador, em uma reeleição realmente muito positiva para o nosso Partido naquela cidade.

Esses resultados foram muito importantes para o Partido.

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Temos certeza de que estaremos nesses Municípios, cumprindo os compromissos do PSB com a educação de tempo integral, com a elevação do Ideb dessa cidade, com o atendimento de melhor qualidade à saúde da população desses Municípios e com absoluta transparência dos atos de cada um dos prefeitos que elegemos no Estado da Bahia.

Fredson, inclusive, é campeão. Recebeu, recentemente, um prêmio nacional. É o único Prefeito da Bahia a receber um prêmio nacional de transparência na aplicação dos recursos municipais.



Por isso, esta é a marca do PSB: a marca da transparência, a marca da elevação do Ideb.

Destaco a eleição de Eduardo Vasconcelos, que foi candidato, comigo, a Vice-Governador, em 2014, e que elevou o Ideb da sua cidade, quando Prefeito, de 15º lugar para o 2º lugar em nosso Estado.

Fez sete escolas de tempo integral no seu Município e vai voltar para dar continuidade a este extraordinário desenvolvimento da educação nesta querida e importante cidade de Brumado, no interior da Bahia, assim como todos os outros.

Portanto, quero destacar, Sr. Presidente, que, nacionalmente, o PSB também teve bom desempenho e está participando agora, no segundo turno, de pelo menos três capitais brasileiras.

Assim, o nosso Partido sai fortalecido na Bahia e no Brasil desse pleito.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sra Lídice da Mata, a Sra Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Agradeço a V. Exª e a cumprimento pelo pronunciamento, sobretudo pelo desempenho de V. Exª e de seu Partido no nosso querido Estado da Bahia.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Fátima Bezerra, a quem concedo a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu queria aqui, inicialmente, Senadora Gleisi, fazer um registro para os governistas, que estão comemorando o resultado das eleições.

O interessante é que foi divulgada uma pesquisa do Ibope hoje. Nessa pesquisa, nada mais, nada menos do que 68% dizem não confiar no Presidente Michel Temer – antes, o dado da última pesquisa foi de 66%. Há reprovação também maior. Ele é reprovado por 39% e aprovado por 14%.

Na verdade, em uma leitura breve sobre esse processo eleitoral, primeiro, quero fazer o registro aqui de que o grande vitorioso, infelizmente, nessas eleições foi o número de abstenções, votos nulos e brancos. Esse número bateu recordes históricos. Houve lugares em que se ultrapassou a margem de 40%.

É evidente que, para nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos, sim, uma derrota. Temos que admitir isso. Aliás, é algo que já estava previsível, diante das eleições terem sido realizadas em um ambiente de golpe continuado, que violenta o Estado de direito, que criminaliza a política e destrói os direitos sociais.

Na verdade, passados esses dois anos de intensa disputa política, creio que as elites conservadoras do nosso País achavam – e boa parte delas – e desejavam, inclusive, que o PT fosse dizimado, apagado do mapa. Mas não foi isso o que aconteceu. Se, de um lado, é verdade, repito, que sofremos uma derrota significativa, de outro, é verdade também que, ao mesmo em que perdemos disputas importantes, e o número de cidades governadas pelo PT foi reduzido drasticamente, o que, claro, deve nos levar a uma reflexão, etc., quero aqui colocar que, a despeito de toda a campanha de ódio movida pela grande mídia empresarial e por setores conservadores do Judiciário contra o nosso Partido e suas principais lideranças, o PT continua sendo ainda a principal referência política e eleitoral do campo democrático e popular.

Volto a dizer: eu penso que, na história do PT, Senador Humberto, nós nunca disputamos uma eleição em uma conjuntura tão adversa, em uma conjuntura tão desfavorável, com o *impeachment*, o pós-*impeachment*, o golpe, a agenda do PT, de retirada de direitos, a criminalização da política, o papel da mídia monopolista, a campanha de ódio. Eu quero dizer que, mesmo frente a tudo isso, o PT continua vivo e continua, claro, consciente do papel histórico que ele tem a desempenhar. O PT sabe, claro, que temos que fazer uma reflexão, temos que fazer autocritica naquilo que é necessário, mas volto a dizer: os que pensavam que o PT seria dizimado, que o PT seria apagado do mapa do Brasil quebraram a cara.

Quero aqui rapidamente colocar que, no Rio Grande do Norte, nós reelegemos a Prefeita Fátima Silva, em Ouro Branco. Para nós, a grande vitória no Rio Grande do Norte foi o jovem lutador Odon Júnior, Vereador daquela cidade, segundo mandato, que nós elegemos para Prefeito de Currais Novos. E Currais Novos não é uma cidade qualquer no mapa geográfico do Rio Grande do Norte. É uma cidade polo, uma cidade de porte médio de uma das regiões mais importantes do nosso Estado, que é o Seridó.

Quero aqui, inclusive, acrescentar que Odon é um quadro extremamente preparado, Vereador por dois mandatos, oriundo das lutas da juventude e dos movimentos sociais. Ele vai governar Currais Novos ao lado do Anderson, que, também como ele, é um jovem idealista, preparado, do Partido Comunista do Brasil, porque lá em Currais Novos nós ganhamos em uma aliança de perfil popular democrático. Ou seja, o PT, com Odon, candidato a Prefeito, e Anderson, a Vice-Prefeito. Quero aqui colocar que Odon tem clareza pelo



grande Vereador que foi por dois mandatos, respeitado naquela cidade, tanto que, agora, recebe o respaldo da população de Currais Novos para enfrentar o novo desafio, que é o de Prefeito, e administrar uma cidade polo extremamente importante do Seridó. Não tenho nenhuma dúvida de que ele está preparado, credenciado a fazer uma bela gestão e corresponder à generosidade e à confiança do povo de Currais Novos, que lhe assegurou, nesse último domingo, essa bela vitória.

Uma vitória emblemática no Rio Grande do Norte pelo quanto representava a candidatura dele no enfrentamento junto aos grupos oligárquicos locais, às famílias tradicionais na política, que se revezavam no comando da prefeitura de Currais Novos há muito tempo.

Então, Odon, aqui, meu abraço de parabéns, dizendo o quanto eu estou orgulhosa da cidade de Currais Novos, pois participei intensamente da sua campanha. Acho que você e Anderson representam aquilo por que nós do PT mais ansiamos nesse momento que é a renovação na política.

Quero aqui também, Sr. Presidente, colocar que em Natal, evidentemente, tínhamos uma expectativa de irmos ao segundo turno com o Deputado Fernando Mineiro, tanto é que lá em Natal construímos uma aliança coerente com o PCdoB, uma aliança que tem a cara do campo democrático e popular, uma campanha em que Mineiro e Carla, que foi a nossa Vice pelo PCdoB, foram dois grandes guerreiros, fazendo a defesa do legado dos governos Lula e Dilma e apresentando propostas concretas para melhorar a vida do povo de Natal.

Quero ainda adiantar que o Deputado Fernando Mineiro, no quarto mandato, vereador daquela cidade, um dos quadros mais preparados que nós temos e, seguramente, um dos candidatos mais preparados...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... na eleição de Natal, pelo quanto ele conhece a cidade, pelo quanto de preparo ele tem e pelo quanto o projeto que ele apresentava para Natal era um projeto moderno do ponto de vista de construirmos uma cidade inclusiva, democrática, uma cidade solidária, uma cidade soberana, com a marca do diálogo, com a marca da participação.

Mas, enfim, a maioria do povo de Natal resolveu fazer uma outra escolha inclusive já no primeiro turno. A nós, ao contrário de outros, cabe, Senadora Gleisi, respeitar a soberania popular. Ao contrário, repito, de outros, respeitar a soberania popular e desejar ao prefeito que foi reeleito que ele cumpra com as promessas que assumiu com a população de Natal.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o nosso sonho de governar a cidade de Natal continua.

Quero também, Sr. Presidente, parabenizar o Vereador Fernando Lucena, do nosso Partido, que foi reeleito, bem como destacar a surpreendente e bela votação que fez da jovem Natalia Bonavides a primeira Vereadora do PT de Natal. A chegada de Natalia – repito, uma jovem oriunda da luta dos movimentos sociais, da luta em defesa dos direitos humanos, das mulheres e de toda a população em situação de vulnerabilidade social – à Câmara como a primeira mulher do PT a ocupar, a exercer o papel de vereadora em Natal, com esse perfil e essa biografia que ela tem, muito renova a nossa esperança no que diz respeito a fazer a política com dignidade, com seriedade, com competência e com idealismo

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Queremos aqui, claro, lamentar a não renovação do mandato do companheiro Hugo Manso, bravo vereador, muito competente, já de vários mandatos. Lamentamos a não renovação do mandato dele, mas a luta continua.

Assim como também quero aqui lamentar a não renovação do mandato de um outro quadro político importante de Natal que é o Vereador George Câmara. Grande perda para Natal a não renovação do mandato de George. George, nosso abraço fraterno, a luta continua.

Gostaria de dizer que, a despeito das divergências ou diferenças partidárias, lamentamos também a não renovação do mandato da Professora Amanda Gurgel.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero, neste momento, parabenizar todos os militantes do meu Partido, que disponibilizaram seus nomes para a disputa política eleitoral nas mais diversas cidades do Rio Grande do Norte. Nós conseguimos vitórias importantes na Câmara Municipal, no Rio Grande do Norte. Também conquistamos vice-prefeituras importantes como a do



companheiro Vereador Eraldo Paiva na cidade de São Gonçalo.

Quero parabenizar todos pelo empenho, pela dedicação, repito, numa disputa eleitoral que se deu numa conjuntura tão adversa, tão cruel, de tanta criminalização e ódio contra o PT, o PCdoB e os partidos no campo à esquerda.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por fim, quero dizer que, passadas as eleições municipais, nós temos agora o desafio de enfrentar o pacote de maldades que o Governo ilegítimo tenta impor ao povo brasileiro. Nesse sentido, é preciso reforçar que é necessário unificar cada vez mais o campo democrático e popular para que façamos o enfrentamento necessário, tanto no Congresso quanto nas ruas.

Senador Dário, quero já pedir para que seja inscrito nos *Anais* desta Casa uma nota divulgada pelo Fórum Nacional de Educação, na semana passada, frente à Medida Provisória nº 746, que trata de mudanças no ensino médio.

O Fórum Nacional de Educação, que é a instituição de maior respeitabilidade no País pela sua representatividade, congrega mais de 50 entidades que representam...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tanto os gestores quanto a sociedade civil. Essa nota aqui faz um apelo para que o Congresso Nacional, Senado e Câmara, lute pela retirada da MP 746, por considerar, como diz a nota, inaceitável, inconcebível que o Governo, via medida provisória, faça uma reforma do ensino, numa etapa que é o ensino médio, considerada uma das etapas mais importantes da educação básica. Fazer uma reforma no ensino médio via medida provisória pelo caráter impositivo que ela tem, que já começa com força de lei, e pelo caráter restritivo que ela tem, que é um prazo de apenas 120 dias, é um crime contra a sociedade brasileira, contra os jovens, contra a educação.

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só mais um pouquinho, Senador.

Uma medida provisória, Senador, diga-se de passagem, gestada em gabinete, a quatro mãos, de cima para baixo, sem o devido debate amplo, qualificado, Senador Pedro Chaves, e responsável, com toda a comunidade educacional. Repito que não estamos tratando aqui de uma etapa qualquer. Estamos tratando do ensino médio, que é a fase de transição para chegar ao ensino superior. É verdade que o ensino médio apresenta problemas? Apresenta, e isso não vem de hoje, já vem de muito tempo. Mas não é pela via autoritária de uma medida provisória impositiva e que restringe o debate que nós vamos em busca...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já concluo, Sr. Presidente.

... das alternativas para melhorar a qualidade do ensino médio no Brasil.

Então, nós esperamos que esse movimento cresça, como está crescendo em todo o País. É o movimento nacional em defesa do ensino médio; é o fórum; é o movimento estudantil; são os professores; é a sociedade civil que está se organizando em um movimento de resistência para que o Congresso Nacional lute pela retirada dessa medida provisória. Que o Governo possa enviar essa matéria via projeto de lei, com um debate em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Desculpe, Sr. Presidente. É porque esse tema é muito importante, e eu prometi ao fórum que pediria hoje para que fosse inscrita nos *Anais* da nossa Casa a nota que o Fórum Nacional de Educação divulgou contra a Medida Provisória nº 746.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– 45^a Nota Pública do Fórum Nacional de Educação. (**vide item 2.1.5 do sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a e passo a palavra agora ao



próximo orador inscrito, o Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, o nosso boa-tarde.

Há um consenso no Brasil de que devemos fazer todo o esforço possível para dotarmos o País de um sistema educação que permita ao aluno desenvolver todas as suas potencialidades, e, assim, quando chegar ao mercado de trabalho, esteja preparado para ajudar o Brasil na retomada do seu desenvolvimento.

Não podemos continuar partindo do quesito de que a educação continua patinando. Todos os países que integram o grupo dos considerados ricos tiveram a coragem e a inteligência de investir em educação, tecnologia, inovação e conhecimento aplicado. Esse é o caminho que devemos percorrer, de maneira firme e serena, se não quisermos ficar para trás na disputa que se trava no mundo por tecnologia, mercado, renda, emprego e qualidade de vida.

Na verdade, o nosso ensino médio está estagnado desde o ano de 2011 em patamares abaixo dos previstos pelo Governo. E mais: os anos finais do ensino fundamental também não alacaram as metas mínimas estipuladas pelo Governo.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, referente ao ano de 2015, indicou que o ensino médio segue com um índice de 3,7, e não atingiu a meta de 4,3 do próprio Governo. Essas metas já eram absurdas, porque a nota, o parâmetro, é 10. Então o Governo estipulou uma nota de 4,3 quando a nota deveria ser 10, e nós alcançamos apenas 3,7. Assim, o ensino fundamental também não cumpriu a meta nacional, que era de 4,7, ficando com o Ideb da ordem de 4,5 – sabendo que a nota ideal é a nota 10.

A educação superior, por sua vez, é outro gargalo que precisa de intervenção pública e privada, porque vivencia dificuldades profundas, embora venha crescendo rapidamente o número de alunos matriculados. Esse crescimento é muito mais quantitativo do que qualitativo.

Em 1970, o Brasil tinha 425 mil alunos matriculados. Hoje são 7 milhões. A proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos que tiveram acesso ao ensino superior mais que dobrou de 2000 a 2010: passou de 9,1% para 18,7% – nessa faixa de 18 a 24 anos.

Apesar de tudo isso, o Brasil ainda se encontra distante do patamar médio alcançado pelos países ricos. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, países como Chile e Argentina ultrapassam a média de 46%.

Os desafios não são poucos e nem pequenos. O Plano Nacional de Educação em vigor apresenta duas metas claras quanto ao acesso às universidades no País: elevação da taxa bruta de matrícula para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Pois bem, hoje a taxa bruta de matrícula, no ensino superior, chega somente a 34,2%, enquanto a taxa líquida não ultrapassa o nível de 17,7%.

Pesquisa recente divulgada pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior mostra que metade dos jovens que pretendem ingressar em um curso superior não têm condições de pagar as mensalidades. Sempre foi um problema grave, nas instituições privadas, o financiamento dos alunos carentes para ingressar nessas instituições.

Felizmente, os governos anteriores criaram programas extremamente positivos, o Prouni e o Fies, que devem ser louvados. Hoje, em cada grupo de oito universitários brasileiros, seis estão em faculdades particulares.

Iniciativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) são exemplos, como eu falei, bem-sucedidos de parceria entre os setores público e privado com reflexos diretos no desenvolvimento do País e na qualidade de vida da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, milhares de jovens estudantes hoje aguardam um posicionamento do Congresso Nacional para a aprovação e a apreciação do PLN 8, de 2016, que trata da liberação de recursos da ordem de R\$1,103 bilhão para a realização do Enem, pagamento de parte do Fies e para regularizar todos esses repasses.

Enquanto esse assunto não for resolvido pelo Congresso Nacional, aumentam os riscos de que o ensino superior brasileiro enfrente mais uma crise com consequências imprevisíveis. É sabido que quase dois milhões de estudantes dependem exclusivamente do Fies para pagar as suas mensalidades. Porém, os novos contratos estão suspensos, o que pode impedir que esses jovens ingressem nas instituições de ensino superior. Mantida a interrupção nos repasses para o programa por mais tempo, grande parcela de alunos não tem condições de dar continuidade a seus estudos. Eles temem inclusive ter de pagar parcelas em aberto diretamente, pois terão certamente que recorrer ao mercado financeiro.

A situação é delicada do ponto de vista dos alunos e das instituições de ensino. A demora no recebimento das verbas gera a necessidade de captação de recursos, com ônus, juros e correção, pois as contas precisam ser pagas. Afinal, os reitores não podem dizer aos seus professores que não têm dinheiro para pagar a folha



de pagamento.

Conheço bem essa realidade. Sei que não é fácil. Fui fundador e reitor da Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal) e vivenciei todas as dificuldades que os alunos têm para honrar os seus compromissos. À época, não existia o Fies; havia o tal do Crédito Educativo, que atrasava sistematicamente os pagamentos, e nós tínhamos que negociar aluno por aluno. E o aluno ficava naquela angústia, com dificuldade, na verdade, em dar continuidade aos seus estudos. Sempre procuramos ser benevolentes com eles, mas, mesmo assim, as dificuldades eram imensas.

Mencionei recentemente em meu discurso de posse que, no Senado Federal, trabalharia pela construção de um Brasil melhor. Acredito que o alcance desse objetivo passa pela consolidação do suporte financeiro à educação.

Faço, portanto, um apelo a todos os colegas Parlamentares para que apreciemos e aprovemos o PLN 8, de 2016, sem mais delongas. Não podemos permitir maiores prejuízos às entidades de ensino que passam a depender do repasse imediato dessa verba.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Lembro que estamos tratando de um programa de Estado e não de Governo. E, em virtude do interesse nacional envolvido, conclamo os pares de forma suprapartidária. Devemos ter em mente que idêntica situação foi vivenciada no ano passado, quando o País teve esse problema grave, e foi superado com uma composição entre a oposição e a situação.

Todos nós temos que honrar neste momento as responsabilidades absorvidas em razão de nossa função representativa. Devemos sempre ter uma atuação proativa que ofereça instrumentos de estabilidade e crescimento ao setor da educação, sendo este o veículo maior de desenvolvimento que fará com que o nosso povo alcance a prosperidade e a realização pessoal de cada universitário na conclusão do seu curso.

Pois não, Moka.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador Pedro Chaves, eu quero me associar à preocupação, ao apelo que V. Ex^a faz a Senadores e Deputados, para que, ainda hoje, possamos realmente aprovar e resolver essa questão, porque isso está prejudicando milhares de jovens estudantes e as faculdades, sobretudo aquelas pequenas faculdades que não têm mais como continuar sem receber esses recursos. E o recurso está disponível, precisa apenas e tão somente, evidentemente, ser aprovado aqui. Hoje é a oportunidade para que isso ocorra, quando vamos apreciar, ainda hoje, na sessão do Congresso, o PLN...

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – ... então, quero me somar ao apelo que faz V. Ex^a, numa posição suprapartidária, mas preocupada com a Nação, com o Brasil, principalmente com os jovens que necessitam tanto dessa ajuda, vamos dizer assim, para que possam concluir o seu curso.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS) – Obrigado, Senador Moka. Eu acho que o que V. Ex^a falou é exatamente isso.

Hoje eu conversei com o Ryon, que é um dos maiores educadores, ele estava dizendo que há 900 instituições pequenas que estão em situação muito difícil. Então, com muita humildade, aqui no Senado, eu peço a todos os pares, também na Câmara dos Deputados, que, de forma suprapartidária, aprovemos realmente a PLN 8. Esse é um dado bastante importante.

Tenho certeza de que vai haver esse gesto de grandeza de todos os Parlamentares. Então, por aqui encerro a minha palavra.

Agradeço muito ao Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, eu que agradeço a V. Ex^a. Cumprimento-o pelo pronunciamento.

Agora, concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, em permuta com o Senador Jorge Viana.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, quem nos ouve pela Rádio Senado, quem nos assiste pela TV Senado, eu queria fazer um cumprimento a todos na retomada dos trabalhos desta Casa, esta semana.

E o que me traz à tribuna hoje, claro, não poderia ser outro tema que não a questão eleitoral, os resultados das eleições. Mas, mais do que isso, mais do que fazer uma avaliação dos resultados das eleições, eu queria fazer aqui algumas considerações sobre discursos que eu ouvi ontem aqui neste plenário e também posicionamentos que hoje se deram nas comissões da Casa a respeito de quem saiu vitorioso ou derrotado



do processo eleitoral.

E claro, como não podia deixar de ser, todos apontam o PT, o Partido dos Trabalhadores, como o grande derrotado deste processo eleitoral. É certo que o PT, sim, sofreu derrotas, sofreu derrotas em lugares importantes, mas, com certeza, não foi o grande derrotado deste processo eleitoral. Quem venceu as eleições municipais no Brasil foi nada mais nada menos do que o ninguém! É isso mesmo. Em nove capitais do nosso País, os principais colégios eleitorais, coloque-se aí Rio, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, houve maior número de votos brancos, nulos e abstenções, chegando inclusive a 40%. Em todas essas nove capitais, não houve um candidato que fez maior número de votos do que essas três situações somadas, ou seja, votos brancos, votos nulos e abstenções.

Então, na realidade, quem saiu derrotado desse processo foi o sistema político brasileiro, foi a política brasileira. O que as urnas disseram é que há um descontentamento imenso com a política brasileira, e isso deve acender um sinal de alerta, um sinal vermelho para todos os partidos políticos, para todos nós que fazemos política, porque é isso que vai estar em discussão e em jogo daqui para a frente.

Mas eu queria também falar sobre outro aspecto: o argumento de que o resultado ruim do Partido dos Trabalhadores nas eleições municipais legitimou o golpe, ou seja, legitimou a retirada da Presidenta Dilma do poder, como se as eleições municipais tivessem o condão, a possibilidade de anular uma eleição presidencial. Não tem como justificar a cassação de um voto popular conferido na eleição presidencial com o voto popular conferido na eleição municipal. Nós respeitamos, sim, as eleições municipais, o resultado das eleições municipais, respeitamos a vontade das urnas, ainda que seja contra nós, o que não aconteceu com a oposição ao governo da Presidenta Dilma, que não conseguiu respeitar o resultado das urnas de 2014, não conseguiu esperar até 2018: pediu recontagem de votos, pediu a anulação da eleição no TRE e, não contente com isso, fez o processo de *impeachment*. Essa gente não sabe o valor da democracia, porque não soube respeitar.

Então, de novo, quero deixar claro aqui que é uma falácia dizer que as eleições municipais legitimaram um golpe. Algo que é democrático não legitima algo que é autoritário e que rasga a Constituição brasileira. Na realidade, o que nós tivemos foi outra eleição. Nós do PT saberemos avaliar o que ela quis dizer para nós; agora, é importante que o mundo político saiba avaliar o que quis dizer para ele, porque – vou repetir aqui – quem ganhou essas eleições municipais na maioria do colégio eleitoral foi ninguém. É isto: ninguém. O número de votos brancos e nulos e de abstenções em nove capitais, entre elas os maiores colégios eleitorais do Brasil, foi maior do que o número de votos do primeiro colocado. Esse é um fenômeno que reflete o desencanto com o sistema de representação e os partidos políticos de modo geral.

Se o grande vencedor foi o ninguém, a grande derrotada foi a política. Esse desencanto com a política e o sistema de representação tem origem em fatores bem conhecidos, que nós temos que levar muito em consideração. Esse desencanto, essa rejeição à política surge, normalmente, em momentos de crise. A população espera que as democracias sejam funcionais, isto é, que produzam resultados que sejam capazes de oferecer soluções concretas para os principais problemas que a afetam. Contudo, numa crise grave, isso dificilmente ocorre.

E eu não poderia aqui deixar de citar o exemplo da Alemanha, da República de Weimar, porque ele é muito significativo e ilustra este momento. Isto ocorreu na década de 20. A crise desencadeada pela derrota na Primeira Guerra Mundial submergiu a Alemanha na pior crise de sua história, numa hiperinflação que destruiu a poupança de sua população. Nesse contexto de grande humilhação, de frustração, os partidos políticos tradicionais perderam a credibilidade e a legitimidade, o que ocasionou o surgimento de aventureiros políticos que se apresentavam não como políticos – negavam a política –, diziam que eram técnicos gestores que salvavam a Alemanha da política corrupta, porque lá também a política criminalizada virou sinônimo de corrupção.

O principal desses aventureiros foi nada mais nada menos que Adolf Hitler. Hitler tinha um profundo desprezo pela democracia e pelo sistema de representação. Chamava os políticos de outros partidos de “galinhas cacarejantes” de ruidosa inutilidade. Também achava que a política era uma atividade corrupta, submetida a interesses judaicos e antigermânicos. Não se considerava um político, mas um líder legitimado diretamente pelo sentimento do povo alemão, um gestor, alguém com qualidades diferenciadas.

Hitler se aproveitou da política para destruir a política. Ganhou uma eleição e depois incendiou o Parlamento, fechou-o, reduziu a democracia alemã a cinzas. As escolhas democráticas foram substituídas pela imposição de uma hierarquia baseada na força, na meritocracia e essencialmente em um discurso antipolítica.

Na história mais recente nós temos o exemplo da Itália, com Berlusconi, produto de um processo de criminalização com a política, sim, da chamada Mão Limpas, como acontece aqui com a Lava Jato. Quando tudo excede, quando o Estado democrático de direito não é respeitado, quando nós temos excepcionalidade



nos direitos dos cidadãos acontece isso, e depois custa muito mais à sociedade para recuperar. Muitas vezes o discurso de combate à corrupção é utilizado para desmontar as democracias e para eliminar aquele que pensa diferente.

A ideia de que a gestão técnica, supostamente neutra, possa substituir a política é ridícula, pois não existe neutralidade numa sociedade plural e diversificada, na qual há interesses diversos e até contraditórios. A ideia de que a sociedade pode ser gerida por uma tecnocracia de gestores é profundamente equivocada e profundamente autoritária. Porque, se é verdade que a técnica qualifica a política, é muito verdade que a política dá sentido à técnica. Se não nós não faríamos eleições, nós poderíamos fazer concursos públicos para Presidente da República, concurso público para governador de Estado, concurso público para prefeito municipal, que poderiam valer por cinco anos. Aí nós teríamos técnicos muito bem capacitados para tomar conta da gestão brasileira.

Será que estaríamos resolvendo os problemas do Brasil? Estaríamos representando a diversidade territorial, a diversidade racial, a diversidade política e social que nós temos neste País? É claro que não. Podemos achar que a democracia é ruim, podemos achar que ela tem problemas, podemos muitas vezes nos desencantar, mas a democracia é o melhor sistema que nós temos, porque ela permite que as divergências apareçam, que as diferenças estejam presentes e que a mediação das posições seja feita.

A democracia é o sistema que acolhe e mediatiza as diferenças e as contradições que estão presentes em sociedades complexas. Ela repousa no reconhecimento do outro e das opiniões diferentes como polos legítimos de disputa de poder. O reconhecimento das diferenças e o acolhimento dos conflitos são a essência da democracia, até porque nós pensamos de forma diferente, agimos de forma diferente, vivemos de formas diferentes

Ora, a presunção de uma neutralidade técnica repousa na ideia profundamente autoritária de que a opinião discordante é errada e tem que ser eliminada.

Eu ontem ouvi palavras aqui neste Plenário, desta tribuna, de que o PT foi varrido do cenário político, de que a esquerda foi enfraquecida e que devia acontecer isso mesmo. Está errado. Eu sou de esquerda a minha vida toda, miltão no PT há 32 anos, mas sempre respeitei a direita e os outros posicionamentos, porque a sociedade brasileira não é só uma sociedade de direita, não é uma sociedade só conservadora, não é uma sociedade só de esquerda, não é uma sociedade só de centro-esquerda. Por isso, todos os setores têm de estar representados e nenhum pode ter a pretensão de varrer os outros porque aquele que tem pretensão de varrer qualquer posição política se iguala às piores ditaduras que nós tivemos durante a história da humanidade, se iguala a Hitler, sim, se iguala a Mussolini porque nós temos que aprender a viver com as diferenças, a conviver com o diferente.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É uma ideia presunçosa que sempre esteve associada a regimes autoritários de direita essa de não conviver com as diferenças e as contradições. É a ditadura do pensamento único, nunca neutro, sempre defensor dos privilégios tradicionais.

É por isso também que a criminalização da política favorece o interesse dos poderosos, que podem fazer seus interesses valerem fora da representação pela via direta do poder econômico, quando não pela força dos golpes.

No caso do Brasil, entretanto, há um agravante: essa criminalização é seletiva e pretende excluir do jogo democrático apenas um Partido, que é o PT, e enfraquecer a esquerda brasileira. O que temos não é a legitimação do golpe, mas é a concretização do golpe continuado nesse País e a criação de um estado de exceção no Brasil.

(Soa a campainha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tal estado se dedica a reprimir de forma violenta manifestações pacíficas contra o regime golpista e aprisionar estudantes, sindicalistas e ativistas de movimentos sociais, a perseguir membros do antigo Governo, a promover grotesca caçada judicial ao ex-Presidente Lula e a usar os aparelhos estatais de forma partidarizada, com o intuito de intimidar o Partido dos Trabalhadores e a oposição de um modo geral.

Essa obsessão em acabar com o PT está levando à destruição do Estado Democrático de Direito em nosso País e ao desvirtuamento do combate à corrupção. O novo estado de exceção do Brasil é essencial para inibir a resistência democrática que surge no País contra o golpe e seu programa antipopular, que afeta os trabalhadores, os mais pobres, os direitos das mulheres, dos negros, dos indígenas e da população LGBT.



O que está sendo varrido, escorregado nesse país não é um partido político, não é o PT, é o sistema político, é a política, que é um pilar fundamental da democracia. O que se está varrendo na realidade é a democracia brasileira, um perigo imenso para as conquistas que nós fizemos principalmente a partir da Constituição de 1988. Isso não nos fará desistir, não nos fará deixar de lutar pelos nossos ideais, os ideais que nos trouxeram até aqui. Nós vamos continuar na luta e aqueles que acham que a eleição municipal é a legitimação do golpe estão redondamente enganados. Se tiverem essa leitura prepotente e autoritária estarão legitimando, isso sim, a decadência da política e a derrota da democracia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimento também a Senadora Gleisi Hoffmann. O próximo orador inscrito é nada mais nada menos do que o nosso Líder, o nosso Senador Romário, a quem concedo a palavra.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Enquanto ele se dirige à tribuna, anuncio, com muito prazer, a presença nas galerias do Senado Federal dos alunos do Iesb (Instituto de Educação Superior de Brasília), estudantes de Direito que nos honram com suas presenças. Sejam todos bem-vindos às galerias do Senado Federal!

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, todos os que nos veem e nos ouvem. Aqui desta tribuna dou as boas-vindas aos estudantes que estão presentes.

Tivemos, no último domingo, eleições municipais em 5.570 Municípios brasileiros, com muitas capitais e grandes cidades ainda aguardando o segundo turno. Apesar de a agenda política brasileira ainda estar dividida com as questões locais, vim a esta tribuna para falar de um assunto de extrema importância, que se tornou ainda mais urgente em função de uma medida provisória apresentada pelo Governo Federal, que é a proposta de reforma do Ensino Médio. Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, conduzi muitos debates sobre a qualidade do ensino no Brasil. Na voz de educadores, estudiosos, pais e alunos, constatamos a necessidade de promover mudanças profundas em nosso modelo de ensino.

Sr. Presidente, percebemos também que nem sempre há consenso sobre quais medidas podem, realmente, ajudar. Infelizmente, mesmo o que está ruim ainda pode piorar. Foi exatamente isso o que aconteceu. O resultado do último Ideb (Índice de Desenvolvimento de Educação Básica) mostrou que a nota do Ensino Médio segue estagnada desde 2011, ficando muito abaixo e cada vez mais distante da meta prevista. Perdemos no mínimo cinco anos de aprendizado, anos preciosos.

Sr. Presidente, isso é uma tragédia que ameaça o futuro da nossa juventude e do nosso País. Estamos falhando em entregar a cada jovem brasileiro as ferramentas mais importantes para o trabalho e para a vida. É como chegar num campo fértil com energia e disposição, mas apenas com as mãos nuas, e olhar para o outro lado da cerca e ver o vizinho usando tratores, sistema de irrigação e fertilizante. Se não mudarmos nada, nossa colheita será pouca e o futuro sombrio.

Diante dessa triste realidade, o Governo trouxe a público e apresentou ao Congresso a Medida Provisória nº 746, que propõe uma reforma no Ensino Médio. É preciso louvar o fato de que o Governo finalmente reconheceu a urgência e a importância do assunto ao chamar para si a responsabilidade de propor as mudanças. Concordo com o mérito 100%; porém, discordo também 100% da forma. Algo tão importante não poderia chegar a esta Casa na forma de uma medida provisória. Entendo que o objetivo foi reduzir o tempo de discussão e votação, mas isso traz o risco de atropelarmos o diálogo. Uma reforma tão profunda só vai atingir os seus objetivos se contar com o apoio de toda a comunidade educacional. Esse apoio tem de ser conquistado através do debate, ouvindo o que cada um tem a dizer. Uma enquete conduzida recentemente pelo Senado mostrou, Sr. Presidente, que mais de 90% das pessoas estão contrárias ao projeto. Muito disso vem da forma como foi apresentada a proposta.

Mas o fato é que a MP chegou, e, agora, precisamos nos debruçar sobre ela. Já foram apresentadas 568 emendas ao texto, o que demonstra que este Congresso está atento ao tema. Demonstra também que não existe consenso e que ele precisa ser construído.

As controvérsias são muitas, Sr. Presidente, mas preciso destacar um tema muito importante na minha atuação parlamentar, que é a Educação Física nas escolas. O texto da medida provisória retira a obrigatoriedade da Educação Física durante todo o ensino médio, e discordo totalmente dessa proposta. Esse é um enorme equívoco que precisa ser corrigido aqui no Senado.

Por sorte, tenho uma avalanche de argumentos e uma multidão de especialistas que compartilham da



minha posição: a educação física é fundamental, indispensável, imprescindível para a formação integral dos jovens de todas as idades.

Nosso País vive uma epidemia de doenças causadas pelo sedentarismo. No Brasil, 52% dos adultos estão acima do peso, e isso gera um enorme custo social. O médico Drauzio Varella deu visibilidade a um estudo mostrando que, em nível mundial, a inatividade física tem um custo de US\$67 bilhões, quando se somam os gastos dos sistemas de saúde e os anos perdidos de trabalho. Um jovem sedentário se transforma em um adulto sedentário, quando será muito mais difícil mostrar os benefícios trazidos pela atividade física. O lugar certo de apresentar isso, de forma prazerosa, é na escola.

Talvez este seja o argumento mais conhecido, mas existe outro ainda mais impressionante: inúmeros estudos científicos demonstram que a atividade física melhora o rendimento escolar. O exercício físico aumenta a oxigenação do cérebro e a atividade neuronal, melhorando, com isso, a capacidade de concentração, o processamento de informações e a memória. Isso é ainda mais importante na adolescência, quando o cérebro tem maior plasticidade. O estudante que se exercita mais, consequentemente aprende mais.

Liderança, mediação de conflitos, cooperação, autocontrole, foco, tudo isso se aprende no esporte, que é uma modalidade da educação física. Alguém tem dúvida de como essas habilidades são fundamentais para o sucesso na vida? Não é isso o que chamamos de "inteligência emocional"?

Acabamos de promover uma Olimpíada e uma Paralimpíada no Brasil, e é tempo de pensar nos próximos ciclos olímpicos. Será que retirar a atividade física do ensino médio, que é exatamente onde nascem os atletas que serão futuros campeões olímpicos, é coerente com todo o investimento que fizemos? É isso o que realmente espera a nossa juventude? Com certeza não, Sr. Presidente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que apresentei uma emenda à MP nº 746, para que a educação física não apenas seja disciplina obrigatória em todo o ensino básico e fundamental, mas que também seja expandida e diversificada. Seis em cada dez escolas do Brasil não têm quadra de esportes. No Rio de Janeiro, no meu Estado, quase metade das escolas não tem um espaço adequado para a prática de atividade física. Esse deve ser o foco: melhorar a infraestrutura e ter profissionais de educação física capacitados e estimulados;

A questão de quais disciplinas devem ser obrigatórias é um tema que precisa ser discutido com cuidado, considerando as contribuições da Base Nacional Comum Curricular, que está sendo revisada. Considero muito importante que a nossa juventude aprenda sobre cidadania, através do estudo da Constituição brasileira durante o ensino médio, e apresentei um Projeto de Lei nesse sentido, que abre caminho para outro tipo de inteligência. São muitas possibilidades, mas tenho certeza de que é possível achar um caminho.

Por isso, eu queria terminar fazendo um apelo a todos os Parlamentares. Sei que são muitas as obrigações de todos os Senadores e Deputados, mas eu peço que deem a máxima atenção à discussão deste tema, Sr. Presidente. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob minha presidência, está aberta para ser um fórum de debates sobre essa proposta de reforma.

Aprendemos, da maneira mais amarga possível, quanto custa negligenciar a educação, e por isso não temos mais tempo a perder. Chegamos a uma encruzilhada, onde um caminho acertado pode representar um salto para o futuro com que tanto sonhamos. É um compromisso que precisamos assumir, com total dedicação, em nome de todos esses jovens que nos assistem e dos brasileiros que ainda nascerão.

Era isso o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Romário, gostaria de um aparte, se V. Ex^a me permitir.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Romário, é admirável a dedicação de V. Ex^a aqui, exercendo o mandato de Senador ligado à questão da educação e do esporte no País. Na qualidade de economista, eu gostaria de complementar exatamente as considerações de V. Ex^a. Um país hoje, principalmente a partir do início do século XX, só consegue chegar ao grupo de países do primeiro mundo ou países plenamente desenvolvidos através do ensino de qualidade e da exportação. Nós temos o exemplo mais recente da Coreia do Sul, que há 30 ou 40 anos era um país pobre, subdesenvolvido. Foi exatamente através da educação de qualidade e da exportação que hoje a Coreia do Sul é um dos países mais modernos do mundo. Por que isso? Porque a exportação só existe no volume necessário para ser alavanca do crescimento econômico se ela levar consigo o valor agregado: pesquisa, ciência, tecnologia e, sobretudo, mão de obra de qualidade. Todos esses itens, Senador Romário, são exatamente originários na educação, especialmente na universidade e nas escolas técnicas. Então, com essa parceria entre universidade, escolas técnicas e iniciativa privada, nós podemos atingir esse nível de desenvolvimento interno para que possamos exportar produtos com alto valor agregado. Isso está acontecendo no Brasil em volume significativo na área de alimentos, na área do setor agrícola. Portanto, eu parabenizo V. Ex^a por essa preocupação com a educação, porque, quando V. Ex^a está preocupado com a educação, com a melhoria da educação, V. Ex^a também está fazendo...



(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... um raciocínio econômico atualizado, ou seja, querendo que o Brasil se desenvolva. Isso só é possível se houver uma educação de qualidade. Parabéns, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senador. Isso é uma obrigação nossa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu quero me associar também ao Senador Raimundo Lira e expressar os meus mais sinceros cumprimentos ao Senador Romário, que é o nosso Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e que está revestido da autoridade necessária e importante para fazer um alerta. Sua voz precisa ecoar aqui, no plenário do Senado Federal, para que efetivamente possamos juntos construir um desenho adequado para o futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Então, cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a pelo pronunciamento e pela preocupação que tem com a educação no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – ... que é o início, o meio e o fim de todos os princípios que devem nortear a vida de um Parlamentar. Parabéns, Senador Romário!

Agora, concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho falar sobre um tema também muito importante. Acabamos de viver, no dia 2 de outubro, as eleições municipais em todos os Municípios brasileiros.

Na Bahia, houve eleições em 407 Municípios, grandes Municípios, médios Municípios, enfim, todos aqueles em que houve a participação de vários partidos políticos disputando dentro das novas regras que foram aprovadas aqui, no Congresso Nacional, inclusive a regra de que foi impedido o financiamento privado das campanhas políticas, que, de alguma forma, acho que contribuiu para diminuir a interferência da participação de empresas no financiamento privado das campanhas políticas.

Sr. Presidente, aqui, no Senado Federal, o Senador Ricardo Ferraço apresentou emenda, que está para ser analisada e discutida, modificando e acrescentando o que acho fundamental para estabelecer uma regra de lei, uma letra de lei que possa servir à nova maneira de se fazer política no nosso País. Concordo plenamente com a cláusula de barreira que ele apresentou, acho que é importante. Não há como se ter um presidencialismo de coalizão com 30, 32 partidos. Não há como um Presidente ou um Governador governar o País com essa quantidade de partidos políticos. Não é possível que o Brasil possa dizer que tem definido aqui 32 tendências doutrinárias ou ideológicas. Eu concordo plenamente com cláusula de barreira.

Lá atrás, o Supremo Tribunal Federal, na minha opinião, interpretou mal quando a cláusula de barreira foi derrubada lá. Aliás, o Supremo Tribunal, na minha opinião, fez duas coisas que não foram corretas e úteis ao Brasil: primeiro, acabar com a fidelidade partidária de Prefeito, Governador e Senador. Estabeleceu dois tipos de político: o que pode mudar de partido e o que não pode mudar de partido. Eu não entendi essa interpretação do Supremo Tribunal Federal. Fui um crítico disso, como também fui um crítico na época em que se derrubou a cláusula de barreira. Então, eu acho importante essa proposta do Senador Ricardo Ferraço.

A segunda coisa importante é acabar com as coligações proporcionais. Os partidos devem concorrer para as eleições proporcionais com os seus quadros de Vereador, de Deputado Estadual, de Deputado Federal. Enfim, essa matéria que está tramitando aqui, creio eu, vai, sem dúvida alguma, melhorar e moralizar muito as eleições no nosso País.

A outra coisa que eu acho a principal de todas é que o País não suporta mais eleições de dois em dois anos. Não há como continuar disputando eleições de dois em dois anos. Terminou agora a eleição municipal, lá na Bahia, e já se está falando da eleição para Governador em 2018. Essa foi a primeira pergunta que me foi feita logo depois que terminaram as eleições municipais no meu Estado.

O meu Partido, o PSD, lá na Bahia, foi o que teve o maior destaque e o maior número de prefeitos. De 417 Municípios, fizemos 83 prefeituras de grande porte – Porto Seguro, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus –, enfim, várias cidades de grande porte, como Ilhéus, e outras de médio porte em que disputamos as eleições. Por ter saído das eleições com esse acervo de Municípios de grande, médio e pequeno porte – valorizo a todos –, a pergunta é a seguinte: Como é que vai ser em 2018? Ou seja, o Prefeito é eleito e, em 2017, já começa a ser perguntado sobre como vai disputar as eleições para Governador. O Governador ganha as eleições e começa a pensar nas eleições municipais.



O Congresso Nacional tem de tomar uma providência – o Senado Federal e a Câmara dos Deputados – de acabarmos com eleições de dois em dois anos. O Brasil não vai suportar isso. É uma situação desagradável. O sujeito não pode trabalhar. Ele trabalha no primeiro ano; agora ganhou as eleições para Prefeito e trabalha bem em 2017. Em 2018, ele só vai pensar na sucessão do Governo do Estado.

Não há como administrar com essa pressão permanente que acontece depois das eleições municipais e de governo.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Senador Otto Alencar, quando V. Ex^a puder e for...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não. Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Muito obrigado. Senador Otto Alencar, para que as coisas melhorem no Brasil, não é preciso fazer nada de excepcional, basta acabar com aquilo que achamos errado, basta evitar criar coisas novas que achamos errado. O Brasil criou a reeleição, quando 90% dos Parlamentares achavam que isso era errado para o Brasil. Então, o que está acontecendo? O prefeito que está sendo eleito, agora, pela primeira vez, no dia 1º janeiro, vai comemorar o dia da posse e, a partir do dia 2, vai tratar da reeleição. Temos também de acabar com aquilo que todos nós e a maioria dos brasileiros acham errado: esse número excessivo de partidos. Foi um tiro no pé quando o Supremo Tribunal Federal acabou com a cláusula de barreira.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente. Concordo com V. Ex^a.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – A cláusula de barreira existe na Alemanha, 5%; Turquia, 10%. Então, todos os sistemas políticos dos países desenvolvidos têm uma cláusula de barreira explícita ou cultural, mas têm. Como a Alemanha é um sistema multipartidário, tem a cláusula de barreira lá, 5% do total dos votos nacionais. Então, isso é uma coisa muito simples, porque o Congresso Nacional, por exemplo, funciona no consenso dos Líderes. Então, se há, na Câmara dos Deputados, 29 partidos representados, toda matéria importante que chega, do interesse do País, ou do interesse do Governo, ou do interesse de quem quer que seja, para que aquela matéria ande, tem que haver consenso de 29 Líderes. Então, isso é uma coisa que tira a eficiência do funcionamento do Congresso Nacional. Então, é uma coisa errada, o povo brasileiro acha errado. E não vamos falar em partidos que são criados para pegar a verba do fundo partidário ou partidos que vendem o seu tempo de televisão. Isso aí é tudo decorrência, é tudo consequência. O errado em si é a quantidade excessiva de partidos, para o que nós temos que encontrar uma solução. Acabar a reeleição...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Concordo.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – Não é? E acabar com a eleição de dois em dois anos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exatamente.

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... porque a eleição no País, como o voto é obrigatório, como a eleição no País mobiliza todas as forças vivas do País, o País para fazer uma eleição e gasta muito para fazê-la. Então, nós precisamos unificar as eleições num único dia, uma coisa mais simples hoje com o sistema informatizado, com a habilidade das pessoas, com o conhecimento. Todo mundo sabe votar. Pode colocar lá 50 candidatos que a eleição não cria nenhum tipo de dificuldade...

(Soa a campainha.)

O Sr. Raimundo Lira (PMDB - PB) – ... para o exercício do voto. Parabenizo V. Ex^a, porque esses são assuntos da maior importância, e o Congresso Nacional e o Senado Federal têm obrigação de dar essa resposta positiva para a sociedade brasileira.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Raimundo Lira. Eu incorporo o aparte de V. Ex^a.

São quatro itens que eu acho que devem ser realizados logo: primeiro, a cláusula de barreira; depois, acabar com a coligação proporcional; eleições gerais, com um mandato de 5 anos... Isso é uma coisa que eu acho importante que possa acontecer e o Congresso deveria tomar essa decisão logo, acabando com a reeleição. Ou se faz isso ou vai acontecer, Senador Raimundo Lira, meu caro Presidente, o que eu nunca vi em toda minha vida em eleição e eu vi na Bahia este ano: o caixa dois deste ano no meu Estado, não sei em outros Estados, em alguns Municípios, foi financiado pelo tráfico de drogas. O tráfico de drogas entrou, investindo na política de algumas prefeituras, não todas, achando que é um bom negócio.

Começou este ano, eu vi, com meus olhos, com clareza, a interferência direta do financiamento de algumas campanhas políticas, inclusive, em um Município da Região Metropolitana de Salvador, Simões Filho, o chefe do tráfico de drogas ao lado do Prefeito vencedor, financiando a campanha através do caixa dois, através da agiotagem e através da contravenção. Esse foi o resultado de se acabar abruptamente com o financiamento privado, quando deveria haver regras para essa finalidade. Pois bem, pela primeira vez, eu



posso dizer – e eu citei o Município aqui da Região Metropolitana de quase 200 mil habitantes – que o Prefeito foi financiado pelo tráfico de drogas, tirando a foto com o chefe do tráfico de drogas ao seu lado, sem nenhuma cerimônia.

E agora, na Bahia, em alguns lugares, no Rio de Janeiro também, já vi isso. Quantos candidatos foram mortos agora lá? Eles acham que é um bom negócio aplicar para eleger e depois retirar dos cofres públicos. Essa é uma grande realidade que eu não conhecia em 30 anos que faço política. E disputei eleições, com o PSD, em 162 Municípios, fizemos 83 prefeitos e fui de alguma forma verificar e sou testemunha disso, dessa situação de que o caixa dois agora está vindo pela contravenção, pela agiotagem e infelizmente, em nosso País, pelo tráfico de drogas. É uma coisa que me deixou muito triste.

Portanto, a reforma política deve ser feita como prioridade. Se o Governo atual, o Governo do Presidente Michel Temer, o Senado e a Câmara Federal quiserem tomar uma decisão para ajudar este País a sair dessa situação, essa é a reforma política necessária que deveria ser feita em regime de urgência, para já valer a partir de 2018.

O Brasil precisa disso e precisa de cada Senador, de cada Senadora, de cada Deputado, de cada Deputada Federal para que possamos dizer que estamos cumprindo o dever com esta Nação que bambeia politicamente há tantos anos e não consegue encontrar o norte de uma solução em que apareça um grande líder para dar solução a este País do desemprego, da inflação. É doloroso cada dia se ver que nós estamos caminhando para uma situação cada vez pior.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, acreditando no Brasil, eu venho aqui dizer que, pela primeira vez na minha vida, eu vi uma coisa entrar na política que eu nunca pensei que pudesse entrar.

Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, primeiro eu acho que seria muito bom se a gente tivesse um líder, mas não vamos ter. Além disso, melhor ainda que um líder é ter uma grande ideia que unifique um grupo de nós aqui, grande. Afinal de contas, pode não haver um líder, mas há líderes. Nós somos os líderes deste País. Nós precisamos, de fato, trazer uma proposta. O que o senhor está trazendo eu ouvi uma vez do Presidente Sarney, acho que há um ano, quando ele me falou que achava, Presidente, que essa crise não é grande como a que virá. Ele disse: "Entre 10, 15, 20 anos, não estarei mais aqui, o Brasil está caminhando para uma desagregação." E se nós olharmos bem, está havendo um caminho. A tomada do crime organizado é uma forma de desagregação. A violência, mesmo sem tomada do poder por eles, é uma forma de desagregação. Aliás, o plebiscito desse fim de semana para saber se os três Estados do Sul vão se independizar do Brasil, embora isso há tantas décadas que se fala, de Santa Catarina, não deixa de ser algo que passa a ideia de desagregação. A violência, a falta de utopia na juventude... A quantidade de votos nulos, brancos e as abstenções é um recado para dizer que o Brasil está se desagregando. E nós não estamos trabalhando a ideia de agregação. A própria Constituição não ajuda muito na agregação, porque ela dá muitos direitos a alguns que são verdadeiros privilégios e não tem muitos deveres de cada um de nós como cidadãos e cidadãs. Então, o seu argumento é fundamental. Achei excelente trazer esse problema. A manifestação de indignação com o que estamos vivendo é muito importante, mas isso exigiria de nós, e eu não sei como, ficando apenas três dias cada um de nós aqui... Como poderíamos trabalhar uma ideia para reagregar este País ou barrar a marcha para uma desagregação? Eu tenho até usado uma expressão que é exagerada, é verdade: é uma Síria sem bombas, um país em que se fariam grupos, grupos espalhados por aí. Então, creio que valeria à pena refletirmos sobre isso que o senhor viu, que o senhor sente, que nós sentimos, a que não estamos dando a resposta. Parabéns por ter trazido o assunto, mas vamos tentar encontrar uma proposta comum entre nós. E a reforma política é um dos caminhos também.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Acho que é o principal caminho, Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a que é um homem com uma história de vida honrada, digna, que eu admiro muito, um brasileiro na verdadeira acepção da palavra, um educador...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... compromissado com todos os caminhos que podem levar o Brasil a uma solução.

Sinceramente, pela primeira vez depois de 30 anos de política senti um desalento muito grande ao perceber que eu nunca poderia imaginar na minha vida que um prefeito – e são poucos na Bahia, identificamos poucos – pudesse se submeter a um financiamento explícito pelo tráfico de drogas, pelo chefe do tráfico de drogas como aconteceu no meu Estado. Isso pode ampliar a violência e chegar a uma situação de descontrole



total.

Incorporo o aparte de V. Ex^a. O termo que V. Ex^a encontrou é muito próprio, de descontrole e desorganização total da sociedade se não tivermos uma solução muito rápida para isso.

Eu agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Ex^a e dos Senadores que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Sou eu que agradeço e cumprimento V. Ex^a por trazer esses temas da reforma política que são tão importantes para o Brasil.

O próximo orador inscrito é o Senador José Aníbal, a quem concedo a palavra. Em seguida, o Senador Jorge Viana. E vou voltar, Senador Cristovam Buarque. Volto aqui para passar a palavra a V. Ex^a, Senador Cristovam.

Senador José Aníbal, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o número de partidos políticos no Brasil é tão elevado que o Senador Otto Alencar, que acaba de se pronunciar desta tribuna, querendo falar dos Municípios onde o Partido dele teve candidato, referiu-se à quantidade de partidos. Ele queria falar 162 Municípios e disse 162 partidos, porque são tantos que, quando se pensa em número, pensa-se em número de partidos no Brasil.

Ele tem toda razão nas propostas que fez aqui, e eu vou abordar isso rapidamente logo em seguida.

Sr. Presidente, neste domingo, o Brasil retomou para si o direito à esperança, o que é importante. Sem ela não se pode viver. Com coragem, com decisão e, principalmente, com discernimento, o brasileiro derrotou o populismo rancoroso e divisionista do PT e seus satélites, mas não só.

S. Ex^a o povo, como dizia o saudoso Deputado Ulysses Guimarães, ao hipotecar novamente a sua confiança na democracia, mandou às favas o cínico discurso do golpe e reencaminhou seus portadores para o cercadinho ideológico em que habitam as expressões mais extremadas, mais equivocadas e mais exóticas do espectro político.

Os eleitores pragmaticamente confirmaram os mandatos daqueles prefeitos que vinham desempenhando bem o seu papel na gestão de nossas cidades e deram um aviso cristalino à classe política.

Aqui eu queria destacar a eleição em primeiro turno do Prefeito Firmino Filho, de Teresina, que é jovem e pela quarta vez eleito Prefeito de Teresina, e também do João Doria, Prefeito da capital de São Paulo. Queria dizer também que o PSDB está disputando o segundo turno em oito outras capitais do Brasil, envolvendo a do meu Estado de origem, Rondônia. E dizer também que, em São Paulo, foram eleitos em primeiro turno os candidatos do PSDB em Santos, à reeleição, em São José dos Campos, em Piracicaba, em Campinas - PSB coligado com PSDB - e em Marília, onde um grupo político que hegemonizava o poder no Município há 34 anos finalmente foi deslocado do poder com a vitória do nosso candidato.

Na realidade, essas eleições deixaram claro, Sr. Presidente, que o povo quer um governo eficiente, que melhore a vida das pessoas, que não diga "sim" ao que não vai fazer e que seja capaz de dizer "não" quando realmente não pode fazer, que distribua renda ou que contribua para a distribuição de renda através de uma ação indutora da administração, da gestão municipal, mas que se livre e livre a gestão do patrimonialismo, do corporativismo, da incompetência e da corrupção.

Os eleitores não deixaram de rejeitar os portadores de uma agenda cultural e de costumes que, longe de ser um avanço, é muito mais a contraface radical do reacionarismo mais tacanho. O povo demonstrou grande maturidade. Cabe a nós, como representantes, dar consequência prática ao desejo de mudança.

É preciso tocarmos com rapidez as reformas de que o Brasil precisa e que são indispensáveis para sairmos da situação que o Senador Otto Alencar caracterizou muito bem aqui: desemprego, falta de expectativa quanto à mudança, mas desejo de que ela aconteça. Os desempregados não podem esperar. As famílias que estão perdendo renda para a inflação também não podem esperar. As finanças públicas destroçadas também não podem esperar. Esse é o sentido de urgência da nossa ação. Temos agora essa mudança na Constituição estabelecendo teto para gastos públicos. É um avanço, mas é preciso ir além.

Nós tivemos hoje, aqui, Sr. Presidente, o Presidente do Banco Central, que com muita propriedade distribuiu um documento da Diretoria do Banco Central, dizendo que é fundamental criar as condições para o crescimento em bases sustentáveis.

O Brasil não aguenta mais aquilo que lhe dão com uma mão pequena e lhe retiram com uma mão grande. A ex-Presidente, com uma mão pequena, deu vários benefícios, inclusive na conta de luz, e logo depois os tirou com a mão grande, impondo um aumento de mais de 50% na mesma conta de luz; criou programas para os quais sabia que não havia recursos necessários a sustentá-los, pelo menos na forma como propuseram. Agora esses programas retrocedem, porque o recurso carece.

Esse tipo de gestão oportunista, populista, demagógica levou a esta situação em que nós estamos hoje.



Isso não caiu do céu. Isso foi resultado de gestão temerária, incompetente, pela qual nós estamos pagando e vamos continuar pagando.

O que é extraordinário é que aqueles poucos que ainda os defendem, como hoje na CAE: "Não, nada está melhorando. As coisas não se resolvem". Mas é claro! O que eles deixaram foi uma devastação nos fundos de pensão, nas empresas totalmente depredadas por má gestão e corrupção e nas contas públicas.

Vamos trabalhar duro! Já estamos trabalhando! Algumas coisas já foram feitas. É preciso fazer mais, com mais sentido de urgência, para que a gente possa, já no início do ano que vem, ver um ambiente diverso que vá apontando na direção da retomada do crescimento. O tombo foi muito forte, foi muito grande e a população mostrou claramente o repúdio àqueles que nos levaram a esta situação.

No Estado de São Paulo, o PT perdeu praticamente todas as cidades que administrava, pelo menos as mais importantes. São Bernardo, já perdeu, São Paulo, já perdeu, São José dos Campos, já perdeu, várias outras, ainda vão perder, Santo André... Enfim, o PT está reduzido a uma expressão marginal em São Paulo, mas também é assim no Brasil. Enquanto nós crescemos 25,1% do ponto de vista de eleitores, Sr. Presidente, o PT perdeu 60,9% dos seus eleitores, caiu de 17,5 milhões para 6,8 milhões. Isso é uma debacle que testemunha, mais do que qualquer conversa ou reflexão, a repulsa do povo brasileiro a um Partido que nos mergulhou em uma situação que permanece grave. Não vamos nos iludir. E é importante acentuar que isso é resultado da gestão desastrosa, ruinosa e corrupta. E os eleitores deram o recado aos eleitos. Eles querem gestões transparentes, eficientes, mas com acento fundamental na promoção da igualdade, na melhoria de condição de vida, na atenção à saúde, aos idosos, aos jovens, na criação de oportunidades.

O eleitor brasileiro está muito atento, e o Senador Cristovam Buarque sabe disso, o Senador Aripino, também, assim como o Senador Raimundo Lira. Os brasileiros estão muito atentos. Eles têm disposição de esperar, desde que sintam que nós estamos fazendo a nossa parte. E têm disposição de dar crédito aos novos eleitos, desde que vejam as suas boas intenções.

O Brasil deu uma demonstração forte de compromisso com a democracia. As tendências mais radicais, mais descomprometidas com a democracia foram rejeitadas. Propostas conservadoras também não progrediram. Então, é preciso que todo esse recado das urnas esteja presente em nós.

O Parlamento não pode se autonomizar com relação ao que está sendo manifestado pela sociedade. Ao contrário, ele tem que se comprometer cada vez mais com aquilo que está sendo dito pela sociedade não só nas urnas, como no cotidiano em que, com grandes dificuldades, os brasileiros esperam que nós façamos a nossa parte para que o Brasil possa melhorar o quanto antes.

O Presidente do Banco Central hoje deixou claro, a todo o momento, um forte compromisso em segurar a inflação, que é o pior dos impostos para os trabalhadores, e, dentro das condições que estão sendo criadas com indicações aqui e acolá, começar um processo de redução da taxa de juros dentro daquilo que for considerado suportável, afinal esse Partido e essa Presidente que foi recentemente destituída brincaram com a inflação. A inflação é como o alcoolismo: você o combate todos os dias, mas, se der algum gole, ele toma gosto e volta. Você não pode dar gole nenhum. Ao contrário, você tem que manter a abstinência, fazer as coisas certas, organizar as contas públicas e fazer programas que sejam sustentáveis e que atendam principalmente àqueles que mais precisam da ação do Governo, e não programas sustentáveis para acobertar má gestão e corrupção. Isso o Brasil não tolera mais. E viva a democracia tão presente nessas eleições de dois dias.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, um minuto.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permite um aparte?

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pois não.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Primeiro eu quero dizer que é pior do que o alcoolismo. O alcoolismo afeta o fígado e o cérebro. A inflação afeta todo o organismo social.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Todo! A economia e as relações entre as pessoas, tudo. Por isso é preciso barrar a maior das mentiras e das corrupções...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... a corrupção da inflação, que rouba todo o mês um pedaço do dinheiro, e a mentira ao dizer que é possível gastar mais do que se arrecada. Tem dois mais dois, mas a gente gasta cinco. E a maneira de dizer é que a gente gasta cinco, mas só vale quatro. E as pessoas pensam que estão com cinco. Bem, esse é o primeiro. Segundo, eu quero lhe dizer que o senhor tem razão em sua análise e que, para mim, não foi apenas a corrupção que derrotou o Partido dos Trabalhadores. Foi a corrupção, foi o acomodamento, foi a arrogância, foi não ouvir tantos alertas que fizemos



aqui de que isso ia acontecer, foi o fato de o aparelhamento, que não é exatamente igual à corrupção, ser o que leva à corrupção, mas também tem uma característica intrínseca: é o fato de achar que o que interessa é o Estado, e não o público; não perceber a evolução em marcha do mundo, com a robótica, com a globalização; e que, para ser progressista, é preciso estar em sintonia com o espírito do tempo. Ninguém pode se dizer progressista de esquerda se está pensando em meados do século passado. Tudo isso junto é que provocou, domingo, um golpe eleitoral. O PT fala tanto em golpe parlamentar... Eu acho que eles deveriam dizer que receberam um golpe eleitoral. Os dois dentro da Constituição, perfeitamente dentro da Constituição. Não estou assumindo o título de golpista ou dizendo que foi golpe, mas foi um golpe eleitoral, se eles chamam o outro de golpe parlamentar. E, aí, vem uma coisa grave: ainda não pediram desculpas, ainda não reconheceram os erros. A impressão que passam é que, do mesmo jeito que mais de dois terços dos Parlamentares votaram pelo *impeachment*, e dois terços é que estão errados, não o Governo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... a ideia agora é que os eleitores estão errados, e não o comportamento de um governo ao longo de 13 anos – 13% de um século, mais de 10%, 11% ou 12% de toda a história da República. E não há um reconhecimento dos erros, não há uma autocrítica e nem há, ao mesmo tempo, um pedido de desculpas pelos erros cometidos, pelas omissões. Só que, dito isso, Senador, creio que precisamos começar a pensar em como trazer uma proposta progressista nova. Aquela foi enterrada. E não foi só a do PT, não; também a de todos nós que nos consideramos de esquerda – se for a esquerda velha, eu fico à vontade, porque sempre fui crítico dela – foi enterrada. Está na hora de trazermos uma coisa nova, e não creio que venha por dentro do PT. Não creio muito na ideia de vir por dentro, a não ser daqui a 20 ou 30 anos. Tem que ser alguma coisa de fora que possa reaglutinar as pessoas na busca de um projeto alternativo para o Brasil.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito bom.

Muito obrigado, Senador Cristovam.

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Permite-me um aparte também, Senador.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Como sempre, mais esclarecedor do que eu próprio.

Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Senador José Aníbal, é muito oportuno seu pronunciamento, abrangente e tópico, em cima do fato. Eu gostaria de, sem me alongar muito, fazer duas considerações. Primeira: V. Ex^a falou da perda de 60% dos votos ou das prefeituras do PT. É preciso que se avalie o seguinte: alguns partidos cresceram. O partido de V. Ex^a cresceu, o meu partido cresceu. Por enquanto, 8% em matéria de votos comandados por prefeituras do Democratas, mas, com o segundo turno, isso vai crescer, vai passar de 8%. Mas o fato é que o PT perdeu 60%. Foram 60% de adeptos do PT que deixaram de votar no PT. Perdeu do próprio eleitorado, que se mudou; mudou para outras siglas. O Senador Cristovam fala sobre o novo modelo. Esse modelo vai ser construído. Agora, o eleitor falou agora... Senador José Aníbal, o seu Estado – e eu estive na Paulista mais de uma vez – fez as maiores concentrações dessa recente manifestação contra o governo do PT. A maior multidão foi a do dia 2. Foram três milhões de votos dados ao candidato contra o PT, que foi derrotado logo no primeiro turno, um fato inédito. A maior multidão falou no voto. Foi a maior multidão, junta, que se manifestou claramente por ideias e por posturas e que deu uma demonstração ao Brasil do que não quer. Pode até ser que acerte ou que não acerte no que quer...

(Soa a campainha.)

O Sr. José Agripino (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – ... mas o que não quer já mostrou claramente. Então, o fato que V. Ex^a coloca é que essa tese do golpe faleceu no dia 2 de outubro. Ela faleceu! Que não se fale mais em tese de golpe. Ela foi referendada. A tese foi rejeitada pelo voto. Não houve golpe, houve preferência. A população do Brasil manifestou-se claramente a favor da substituição do governo. Não houve golpe, houve substituição movida pelos ditames constitucionais, e o povo acabou de referendar – acabou de referendar! – aquilo que nós fizemos neste plenário. E que nunca mais se fale em uma tese que faleceu no dia 2: a tese do golpe pregada pelo PT, que não tem o que dizer.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Eu queria, Sr. Presidente, para terminar, dizer que nós vemos, numa conversa que começou com o discurso do Senador Otto Alencar, com o aparte do Senador Raimundo Lira, agora com a minha fala, o Senador Cristovam, Senador José Agripino...



(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... que há um bom ambiente para conversa. Nós não podemos travar a conversa. Nós não podemos – muito menos – criminalizar, dificultar. Agora, é conversar e tentar essa sintonia cada vez mais apurada com a sociedade brasileira. O Brasil precisa disso, e nós precisamos disso como representantes da população.

Muito obrigado pelos apartes e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Cumprimento o Senador José Aníbal pelo seu pronunciamento, todos os apartes.

O próximo orador inscrito falará pela Liderança do PMDB, o Senador Raimundo Lira, e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

Enquanto V. Ex^a se dirige à tribuna, há sobre a mesa alguns requerimentos que eu gostaria de submeter à aprovação e apreciação das Sras e dos Srs. Senadores.

Requerimento nº 723, de 2016, do Senador Lindbergh Farias, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da 42^a Sessão Ordinária do Parlamento Mercosul em Montevidéu, Uruguai, no dia 6 de outubro do corrente ano, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País nos dias 5 e 7 de outubro de 2016.

(íntegra do Requerimento nº 723, de 2016 - vide item 2.1.10 do sumário)

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Senador Raimundo Lira, só mais um minuto, por favor.

Requerimentos nºs 720 e 721, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que solicitam, respectivamente, licença dos trabalhos desta Casa, por motivo de doença, entre os dias 26 e 30 de setembro de 2016 (art. 43, inciso I, do Regimento Interno), e também para tratar de assuntos particulares entre o dia 1º de outubro de 2016 e 26 de janeiro de 2017 (art. 46, inciso II, do Regimento Interno). **(íntegra dos Requerimentos nºs 720 e 721, de 2016 - vide item 2.1.10 do sumário)**

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário, e a Presidência fará a convocação do Primeiro Suplente.

Por fim, Senador Raimundo Lira...

Em votação o Requerimento nº 722, de 2016, da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer o adiamento do Requerimento nº 704, de 2016, para que a licença concedida para participar da Conferência da Aliança Parlamentar Progressista, na cidade de Bruxelas, Bélgica, seja ampliada, iniciando dia 13 e encerrando no dia 19 de outubro de 2016, como exercício de missão oficial. **(íntegra do Requerimento nº 722, de 2016 - vide item 2.1.10 do sumário)**

Então, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, comunica que estará ausente do País na data acima referenciada.

É o requerimento.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

E agora, sim, com muito prazer, concedo a palavra a V. Ex^a, querido Presidente Raimundo Lira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, se puder me inscrever como Líder depois.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu amigo, Senador Dário Berger, Sras e Srs. Senadores, caríssimos ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, os meus cumprimentos aos estudantes que estão aqui, na galeria do Senado Federal.

No último domingo, quase 497 mil candidatos disputaram 69 mil cargos eletivos em 5.568 cidades brasileiras.

A disputa foi acirrada em diversos municípios, e o debate republicano de ideias e propostas pautou a maior parte das eleições – prova de que o sistema democrático brasileiro amadurece ano a ano.

O Tribunal Superior Eleitoral contabilizou 144 milhões de eleitores em todo o Brasil. Somos uma



verdadeira legião de cidadãos e cidadãs chamados a eleger nossos representantes a cada dois anos.

E aqui eu gostaria de referenciar o discurso do Senador Otto Alencar, a quem fiz um aparte, para o fato de que nós precisamos mudar esse processo eleitoral de dois em dois anos, possivelmente com a ideia de eleições gerais a cada cinco anos, eleições gerais para o País.

Esse número cresce a cada certame. Para se ter uma ideia, em apenas oito anos, ganhamos 15 milhões de novos eleitores. Com eles, 15 milhões de novos ideais, de novas convicções.

Somos um grupo diverso, com uma maioria de 52% de mulheres inscritas. São mais de quatro milhões de eleitores com 79 anos de idade ou mais. Outros 2,3 milhões de inscritos são jovens com apenas 16 ou 17 anos. E, assim, com pluralidade e respeito, a democracia brasileira cresce e nos enche de entusiasmo.

Assim como muitos dos senhores, eu tive a honra de participar ativamente deste processo eleitoral. Este ano, 2 milhões 889 mil eleitores foram chamados a comparecer às urnas em 223 Municípios paraibanos.

Eu estive em diversas dessas cidades. Percorri 5.600km, de norte a sul, de leste a oeste da Paraíba. Foi, de fato, uma verdadeira maratona.

O empenho, no entanto, foi muito bem recompensado pela alegria de poder celebrar com os eleitores paraibanos a vitória da representação popular.

Fiz questão de subir hoje nesta tribuna para compartilhar com os senhores e senhoras mais essa minha caminhada, que, como tantas outras feitas ao longo de minha vida pública, tanto me orgulha.

Parabenizo todos os candidatos a prefeito e a vereador, vencedores e perdedores, mas todos construtores da democracia brasileira.

Venho aqui hoje, igualmente, para parabenizar os candidatos eleitos pelas suas propostas, pelas suas ideias. Desejo, com sinceridade, que, independentemente dos partidos políticos que os representem, seus projetos de gestão reflitam-se em ganhos reais para a população brasileira, especialmente para a população paraibana.

Que o ano de 2017 seja um ano de renovação da política nacional – renovação tão esperada por todos aqueles que, como eu, sonham com um País justo e próspero. Mais uma vez, coloco o meu gabinete à disposição de todos os Municípios paraibanos, independentemente de cor partidária, porque essa é a minha obrigação como Senador da República. Estaremos todos juntos em favor da Paraíba e dos paraibanos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, fui até surpreendido pelo Senador Raimundo Lira, que usou parcialmente o tempo, o que não é usual – vamos dizer assim – entre os Senadores.

Cumprimento V. Ex^a, Senador Raimundo Lira, pelo pronunciamento.

Concedo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o debate tem sido aqui, desde segunda-feira, desde ontem, sobre as eleições e com esse viés, que tem sua lógica, da derrota que teria tido o Partido dos Trabalhadores.

Eu creio que isso é verdade. Mas não foi só o Partido dos Trabalhadores, foi a política em geral – basta ver a quantidade de abstenção e de votos nulos e brancos –, foi, sobretudo, uma visão da política que a gente sempre chamou, no mundo, de esquerda. Houve esse fracasso. E aí eu me incluo também, faço parte desse grupo.

Senador Moka, nós fracassamos eleitoralmente, é verdade, por causa da corrupção, por causa da inflação, por causa dos 14 milhões de desempregados, por causa das promessas não cumpridas. Mas nós fracassamos, sobretudo, porque, como progressistas, temos que estar sintonizados com a evolução do mundo e ficamos para trás.

Eu não acredito que virão das forças conservadoras a construção de uma nova sociedade, Senador Lindbergh. Porque três condições caracterizam alguém que pode se dizer de esquerda – e aqui muitos que pensam que não são, são –: um, descontentamento, indignação com o *status quo*; dois, o sonho de uma sociedade melhor, até aí quase todo mundo está; três, achar que isso não vem pelo mercado apenas, pelas regras naturais, vem pela política. A política é a medicina da sociedade. Agora, precisa ter entendimento do que está acontecendo.

Por exemplo, essa esquerda que fracassou domingo não entendeu que há um mundo global, que nos amarra, que não permite que a gente faça o que quiser independentemente do que acontece no mundo. Não entendeu também que há um mundo em transformação tecnológica e que as regras trabalhistas de 80 anos atrás já não servem. Não entendeu que a esperança de vida amentou e a taxa de natalidade diminuiu, logo, as regras da Previdência de 50 anos atrás não servem. E não entendeu uma coisa, meu caro Lindbergh



– e aí é uma discussão que eu reconheço –, que o lugar para fazer justiça não é dentro da economia, que na economia, hoje, a margem de debate ideológico é muito pouca, que o papel da economia é ser eficiente. E, com a eficiência na economia, a gente vai tirar os recursos para fazer justiça na sociedade.

A esquerda não pensou isso.

Claro que, na época de Marx, a justiça e a eficiência vinham do Estado. É outra coisa que não se entendeu: que o Estado não é mais público, que o Estado foi apropriado, que o Estado foi apropriado pelas corporações de trabalhadores, pelos partidos, foi apropriado pelos que controlam o Estado e que não tem servido. Este, para mim, é um dos maiores pontos da derrota de domingo: os serviços públicos caóticos. A população diz que a saúde é estatal e não funciona. É preciso entender que temos de fazer com que a saúde do Estado seja pública. Aí não vai dar para transigir com alguns vícios que eu acho que são aristocráticos de uma parte dos trabalhadores do setor de saúde.

Nós precisamos entender que temos de servir ao público. E aí nem sempre é através do Estado. Às vezes é através do setor privado e através de uma combinação público-privada que a gente pode servir melhor ao público. É preciso trazer o compromisso com o público acima dessa ideia de um compromisso com o Estado. Isso não se tem tido e isso o povo cobrou para valer.

O povo cobrou, também, que a gestão pública tem que ser eficiente, a gestão do Estado. Até pouco tempo atrás, quando se falava em gestão eficiente, as pessoas se arrepiavam. Tem que ter gestão eficiente e, mais, tem que ter meritocracia. Esqueceram-se de que ou é meritocrática ou é aristocrática. Se você não respeita, não privilegia o mérito do trabalhador, você está protegendo, está passando a mão na cabeça do filho do patrão ou do trabalhador com estabilidade. Você aristocratizou uma categoria. Nós temos, sim, que descobrir a importância do mérito.

Temos que mostrar compromisso com a liberdade e aí com a liberdade de expressão também. Não se pode titubear na ideia de qualquer forma de controle que se faça. A robótica, a informática, mudaram-se as relações. O Uber vai chegar a todos os setores de atividade. Aí, tem duas maneiras de resolver, aliás, três: uma, proíbe-se essa “uberização”, que não tem como parar; dois, você libera total, o que vai gerar problemas muito sérios como, por exemplo, no lugar em que a gente mais vê, com os taxistas – é uma tragédia; três, ajustar para que isso sirva ao povo, e não para proibir quem não consegue.

Nós temos de saber como utilizar as mais modernas técnicas a serviço de tudo. Isso é o que caracteriza um discurso progressista. Ser progressista não é parar o avanço técnico porque, às vezes, ele é antissocial. Não, não é pará-lo. Também não é subordinar a sociedade ao avanço técnico, mas aproveitar o avanço técnico para servir à sociedade.

Tenho ainda um pouco, mas quero passar a palavra ao Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador Cristovam Buarque, quero me ater exatamente ao que V. Ex^a deu de exemplo, o Uber. A mim me parece que temos de trazer isso para a política. Você tem ideias importantes, consequentes, de segmentos importantes, de partidos da esquerda com viés ideológico e tem, também, ideias importantes dos ditos mais conservadores ou liberais, como querem alguns. A verdade é que eu sempre sou daqueles que acha que o País está precisando exatamente fazer lideranças capazes de pegar essas ideias e trazê-las para um consenso. Por isso são importantes esses vieses diferentes: para que você encontre o meio-termo. E, aí, V. Ex^a usou essa expressão: “O que está acontecendo com o mundo globalizado?”. Então, eu acho importante este debate – é um debate que esta Casa tem que fazer – e o surgimento de lideranças como V. Ex^a, que tem – todo mundo reconhece – uma origem e toda uma militância de esquerda, mas que, acima de tudo, é um economista. É isso que o faz diferente, porque V. Ex^a vê o que está acontecendo globalmente. Nós vamos ter que atualizar várias coisas, para que o País realmente possa avançar. Nós vamos precisar do surgimento de lideranças entre Parlamentares de viés de esquerda e outros conservadores, trazendo esse consenso – seja centro-esquerda ou centro-direita – que represente a vontade da população, para que a população se sinta mais bem representada nos parlamentos, no Executivo. Enfim, que a representatividade democrática seja realmente muito mais forte, porque hoje a insatisfação ficou demonstrada na última votação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador Moka.

Eu vou caminhar para terminar, lembrando mais um item fundamental, Senador José Medeiros, dessa nova esquerda que tem que surgir: é o compromisso com a estabilidade monetária, é não aceitar um rombo contra o povo, dizendo que o salário é R\$100, e só vale R\$80. E aí uma palavra nova, que tem sido vista como absurda na esquerda: austeridade. Nós temos que ter austeridade no consumo burguês. Eu sempre ouvi falar que o consumo era uma coisa da burguesia.

Nós temos que ter é bem-estar, nós temos que ter felicidade para as pessoas. No mundo de hoje, se queremos proteger o meio ambiente, é preciso ter austeridade no consumo. O povo, o eleitor muitas vezes não quer ouvir isso. Mas ser de esquerda não é ir atrás do eleitor apenas, é ir atrás de uma utopia. E essa utopia,



daqui para frente, vai exigir uma austeridade no consumo e uma austeridade nos gastos públicos.

Estado que desperdiça não pode ser considerado de esquerda, porque é contra o povo. Tem que se trazer a ideia de austeridade como algo progressista e o desperdício como algo reacionário, que foi o que a gente viu recentemente nessa esquerda arcaica, antiga, desperdiçadora e consumista, portanto, burguesa.

Nós temos que radicalizar no discurso. Agora, nessa radicalização, para entender a realidade de hoje, creio que é fundamental entender que o discurso ideológico não está mais dentro da economia. A economia tem que ser eficiente, o que tem que ser justa é a sociedade. E não tem como construir a justiça na sociedade sem uma economia eficiente.

Não tem como fazer o socialismo em cima de uma inflação. Você pode até ganhar o poder, mas depois tem que trazer a estabilidade.

Finalmente – mas depois vou passar o aparte –, eu continuo insistindo, e já faz muito tempo, que para mim o que faz a esquerda do futuro não é tomar o capital do capitalista e colocar nas mãos do Estado, mas pegar o filho do trabalhador e colocar na escola do filho do patrão, a escola igual para todos.

E essas crianças com as mesmas chances é que vão inventar a utopia nova, que é outra coisa que tem que mudar. A utopia não pode ser mais um produto de uma engenharia...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... social, inventada por intelectuais e políticos. A utopia é um processo democraticamente em marcha, jamais concluída. Até os anos 60, 70 do século passado, acreditava-se na utopia desenhada, formulada e construída por uma espécie de engenharia social. Temos que perder isso. É um processo e só faz sentido se for em marcha democrática.

Gostaria de passar a palavra, primeiro, ao Senador José Medeiros, se o Presidente permitir.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Cristovam. Quero rememorar o que o senhor disse há poucos dias aqui da tribuna e que talvez até tenha dito de novo hoje – eu estava em outra dependência. A provocação que o senhor fez de que uma esquerda que não quer mudança não é esquerda, porque justamente se pressupõe a vontade de mudança. Vejo que boa parte da esquerda brasileira passou 13 anos no poder e parece que ficou um pouco alinhada àquele pensamento que dizia: nada mais conservador que um liberal no poder e nada mais liberal do que um conservador no poder. Então, neste momento, acho interessante essa reflexão que V. Ex^a propõe. Porque, sem querer usar o chavão de recado das urnas ou qualquer coisa, houve algo diferente nessas eleições. As pessoas foram. Eu vi uma eleição silenciosa, com um misto de frustração, um misto de expectativa quebrada. Mas, acima de tudo, deixa-nos o recado de que devemos refletir, principalmente a esquerda. É lógico que grandes partidos que representavam a esquerda foram destroçados. E aí quero destacar uma coisa – e já marcho para o final – que é o seguinte: de certa forma, boa parte da esquerda se uniu neste momento, mas historicamente a esquerda sempre foi desunida. Eu tendo a achar que agora, com a queda do PT do poder, cada um vai pegar o seu fusquinha e ficar mais desunido ainda. Isso é ruim para o processo político. Mas, enfim, a palavra-chave é mudança, a palavra-chave é inquietação e utopia, do que V. Ex^a traz aqui para nós hoje. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Senador. Eu diria mais uma coisa: acabar com privilégios. A esquerda nostálgica que está aí defende privilégios, ela tem defendido privilégios em certas categorias do setor público e mesmo do setor privado. Direitos, sim; privilégio não é uma bandeira da esquerda.

Finalmente, que a esquerda não pode se contentar apenas que um filho de um trabalhador, graças a uma cota, entre na universidade. Ela tem que trazer a ideia de que todos os filhos de todos os trabalhadores vão disputar um lugar na universidade com as mesmas condições...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... que os filhos dos patrões e dos trabalhadores. A revolução está na igualdade de oportunidade e não no favor a um ou outro, que é correto, que tenho defendido, que é generoso, mas não é revolucionário. Nem sempre o que é necessário e generoso é revolucionário. Revolucionário é tocar nas estruturas, e os últimos anos não foram pródigos em tocar nas estruturas. As estruturas hoje continuam intactas.

Nós tivemos essa maravilha de ter um Presidente vindo dos pobres, sem diploma universitário. Isso foi bom. Isso mudou a cultura, para aumentar o respeito às camadas pobres. Mas foi um problema na cultura, não foi na estrutura. Na estrutura nós não tocamos.

Senador Ataídes.



O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu vou ser o mais breve possível, Senador Cristovam, para não atrapalhar o seu belo discurso. Eu não me esqueço de que, em 2011, quando eu cheguei aqui como suplente, eu fazia questão de presidir a Casa ou de estar aqui embaixo para ouvir os discursos de V. Ex^a. Este discurso hoje faz a gente refletir. Mas eu quero tocar só num pontinho que V. Ex^a colocou: o problema de gestão. O problema do Brasil não é só a corrupção. O grande problema do Brasil é a má gestão: “Mas este Prefeito é bonzinho, ele é querido, vai para o boteco tomar cachaça com todo mundo, nós temos que eleger esse Prefeito”. Não. Agora chegou a hora da verdade no Brasil. Agora chegou a hora da competência, da boa gestão. Como é que eu vou administrar o dinheiro do contribuinte, o dinheiro do povo? Quanto é que eu tenho de receita? Quanto é que eu tenho de despesa?

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – V. Ex^a trouxe este assunto. É um assunto sobre o qual nós temos que falar muito. Quanto a essa história de reeleição, nós temos que acabar com a reeleição. Temos que estabelecer esses gastos, essa PEC nº 36, muito importante. Então, eu só queria deixar esse recado e parabenizar V. Ex^a. Agora, não dá mais pra brincar com o dinheiro do povo. O gestor público hoje – e essas eleições mostraram isso – tem que saber, primeiro, quanto recebe, quanto gasta, e, acima de tudo, respeitar o dinheiro do contribuinte. Eu quero parabenizar V. Ex^a. E V. Ex^a sabe que eu sou seu fã de longa data, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Para concluir, Senador, com um minuto a mais apenas, porque vão terminar agora os segundos...

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Senador Cristovam, eu queria também fazer um breve comentário, por gentileza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Por mim tudo bem.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Rapidamente, Senador Cristovam. Eu só quero constatar algo aqui. Estou aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Pois não. Eu estou aqui com os números, Senador Cristovam Buarque. A gente nota, com tristeza, uma queda muito grande de todos os partidos de esquerda na votação. O PT caiu de 17 milhões para 6 milhões, o PSOL caiu de 2,4 milhões para 2 milhões. Está certo? Olha que o PSOL ficou em segundo turno em cidades importantes e caiu a sua votação! O PSTU caiu; o PV caiu; o PSB caiu, 5,2%, e assim por diante. Então, para a centro-esquerda e a esquerda toda caiu o número de votação. Subiu a votação no PSDB, subiu a votação no DEM. Para nós que somos do campo da centro-esquerda ou da esquerda é realmente muito triste. E eu gostaria de deixar registrado que concordo com V. Ex^a nesse artigo “Uma outra esquerda”. Temos que repensar a forma, a tática, a abordagem, como defender. Nós que somos servidores públicos – o senhor é um servidor público aposentado, eu sou um servidor público ainda na ativa – temos que repensar como discutir essa questão dos direitos, e não de privilégios, como é que nós poderemos fazer uma equidade realmente de tratamento, de trabalho. Eu acho que essa eleição – sendo breve agora, para concluir – demonstrou pedagogicamente que algumas mudanças importantes, como nós debatemos ontem aqui, neste plenário, têm que ser feitas na lei que nós acabamos de aprovar. Porque com essa lei, que nós testamos agora, notou-se que os milionários podem fazer a campanha tranquila distribuindo entre os vereadores, com sua própria doação, enquanto os outros ficam a ver navios. E outra: mostrou que o caixa dois correu solto, com muito mais ênfase do que em outras situações, e que precisamos mudar isso. E demonstrou mais ainda: precisamos radicalizar na contribuição individual por internet, para ficar transparente, para ficar claro quem contribuiu e por que contribuiu, a pessoa física individual, para podermos melhorar a forma de fazer eleição. Então, eu vou concluir, porque o tempo já se esgotou, mas quero ser parceiro de V. Ex^a nesse extraordinário artigo, “Uma outra esquerda”, que V. Ex^a coloca. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero apenas dizer que esse resultado mostra bem que não foi só o PT.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É preciso reconhecer que foram erros cometidos por todos nós. E o maior erro de todos é não reconhecer o erro. Eu estou reconhecendo o erro, eu faço parte desse grupo. Sou crítico a esse grupo há dez anos, mas faço parte, afinal de contas, desse



bloco, como o senhor disse.

Então, ou reconhecemos o erro, ou pedimos desculpas, ou formulamos algo novo – como eu tento, com essa ideia de uma outra esquerda –, ou vamos estar dizendo, o que é um absurdo, que o povo estaria errado, que o povo deu um golpe. Então, vamos reconhecer o erro, e o povo está nos alertando. E vamos inventar o discurso que mantém os princípios de sempre, uma sociedade justa, que hoje não passa por uma economia justa, mas sim por uma economia eficiente, que leve à justiça social. Uma sociedade que seja capaz de entender que o bem-estar não é aumento de consumo e que é preciso austeridade, tanto para que o povo não seja lesado pela inflação como para que a natureza não seja lesada pelo consumismo. Trazer um projeto novo, alternativo, democrático, moderno, sem querer frear o avanço técnico, mas sem querer deixar que o avanço técnico destrua ou prejudique a sociedade, ajustando a sociedade. Marx teve como maior característica...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... criar uma filosofia social a favor do espírito do tempo, que era a revolução industrial; não tentou barrar isso.

Portanto, está na hora de reconhecermos a derrota, de pedirmos desculpas pelos erros e de formularmos uma alternativa. Porque dos conservadores, Senador Jorge, eu não acredito que venha a construção da sociedade que nós desejamos; virá dos progressistas. Mas para isso os progressistas precisam colocar o chapéu de progressistas, e não de conservadores medrosos diante das transformações sociais e das transformações econômicas, como nós temos visto. E o povo disse: "Não é isso que queremos; nós queremos algo mais avançado."

É isso, Sr. Presidente. E agradeço o tempo que foi dado.

(Soa a campainha.)

(Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam. Até conversávamos, e eu acho que há coisas tão graves quanto as análises já feitas aqui.

Eu mesmo estou inscrito e vou falar daqui a pouco sobre o resultado no Acre, que, no meu ponto de vista, até foi muito bom para nós, conseguimos eleger o prefeito da capital. Ele conseguiu se reeleger no primeiro turno. Mas a situação é tão grave que não cabe soberba para ninguém. Porque vejam só: a soma dos dois candidatos mais bem votados no Rio de Janeiro é menor do que a abstenção na mesma eleição, na cidade do Rio de Janeiro. A soma do eleito em São Paulo no primeiro turno, com votação expressiva, é menor do que o número de abstenções.

Então, de fato, todos nós temos que refletir sobre que momento da vida nacional estamos vivendo na política; que política estamos tendo; qual o nosso grau de culpabilidade ou de responsabilidade disso tudo.

Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria dar início à Ordem do Dia sem prejuízo de ouvir e ouvindo a fala de alguns colegas, como eu mesmo estou inscrito e vou falar, porque entendo que daria para fazermos isso.

Nós tivemos uma reunião de Líderes com o Presidente Renan, temos medidas provisórias a serem apreciadas.

Eu começaria a Ordem do Dia trazendo e colocando para apreciação a indicação do Dr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento. Ele foi sabatinado, teve como Relator o Senador Flexa Ribeiro e é uma indicação do Senhor Presidente da República para a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, em decorrência da renúncia do diretor da Agência Sr. João Batista de Rezende. Então, iniciaríamos a Ordem do Dia colocando para apreciação das Sras Senadoras e dos Srs. Senadores, apreciando autoridades, a indicação do Dr. Juarez Martinho Quadros do Nascimento.

Vamos preparar o painel. (Pausa.)

Estamos preparando o painel. Aproveito para pedir às assessorias que informem aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras que estamos iniciando um processo de votação nominal. É provável que tenhamos ainda a apreciação da indicação de dois embaixadores, mas começamos com a indicação do Dr. Juarez Martinho



Quadros do Nascimento para exercer o cargo de membro e presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. É uma indicação do Senhor Presidente Michel Temer.

É a seguinte a matéria apreciada:

MENSAGEM (SF) Nº 87, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem (SF) nº 87, de 2016, de autoria do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.) (íntegra do Parecer nº 800, de 2016 - CI - vide item 2.1.8 do Sumário)

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Presidente, como se vota aqui? Mudou o sistema, é preciso uma orientação aqui. Coloco os três dígitos e a digital?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Três dígitos, entra, e depois a digital, o dedão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Como orador inscrito, enquanto votamos, Senador Jorge Viana, nosso Presidente em exercício.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, queria cumprimentar os colegas, pois estávamos em um calendário especial, hoje já pude abraçar vários colegas Senadores e Senadoras; também quero cumprimentar os servidores da Casa que nos auxiliam e cumprimentar a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado. Quero dizer que o meu propósito é fazer aqui um breve relato sobre o resultado das eleições no meu Estado, o Estado do Acre. E também, obviamente, algum comentário sobre o momento político que vivemos no nosso País.

Penso que diferente do que deveria ter sido, não vi no Brasil, não vi pelos meios de comunicação, não vi a festa da democracia como já vimos em outros momentos. Essas eleições passaram e, após o resultado das urnas, parece que elas nos impõem um clima de preocupação, alguns muito críticos, sobre o momento que vivemos. E não é sem razão.

Eu venho de um Estado onde tivemos uma disputa acirrada, dura, difícil. E quero cumprimentar os adversários que disputaram conosco, cumprimentar os eleitos de oposição, os que foram escolhidos, mas cumprimentar também os que foram escolhidos e que nos ajudaram, nos representam e que eram parte das nossas coligações e da nossa representação. E quero especialmente agradecer ao povo do Acre, que votou nos nossos candidatos, respeitando as escolhas feitas, às vezes ou em muitos casos, contra os nossos candidatos.

Quero, em um primeiro momento, referir-me à eleição na capital, onde temos quase a metade da população do Acre. Refiro-me à reeleição do Prefeito Marcus Alexandre. O Prefeito Marcus Alexandre, do Partido dos Trabalhadores, um jovem, trabalhou comigo oito anos, quando eu era Governador; trabalhou com o Governador Binho; seguiu trabalhando com o Governador Tião Viana; e, depois, nós o convidamos para que ele fosse candidato a Prefeito há quatro anos. Ele disputou o segundo turno há quatro anos, foi eleito com um percentual de votos que passou um pouquinho dos 50% e, no domingo passado, foi eleito com quase 55% dos votos.

Com uma votação incontestada, Marcus Alexandre foi eleito, inclusive, com os votos dos que não tinham votado nele na primeira eleição. E tudo isso no meio de um turbilhão, em um caldeirão político, no qual especialmente nós do Partido dos Trabalhadores vivemos uma gravíssima crise, no nosso ponto de vista, pelo menos no meu, em decorrência de problemas que temos que resolver, mas também muito em decorrência de uma verdadeira ação dirigida que procurou e procura inviabilizar definitivamente, na vida pública, o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças.

Mas não vim aqui para fazer esse debate. Eu vim aqui para fazer um registro. Queria cumprimentar o Dr.



Rodrigo, Prefeito de Tarauacá, o Mêrla, Prefeito de Feijó, que não conseguiram se eleger; cumprimentar os que se elegeram, o Kiefer, lá em Feijó, desejar-lhe sorte, a Marilete, partidária do colega Senador Petecão, desejar a ela também sorte na condução do destino do povo de Tarauacá, e de Feijó, porque eu tenho muito carinho por aquele povo, e vou torcer e me colocar à disposição pelo melhor.

Da mesma maneira, queria dizer que uma das campanhas mais fantásticas que vivi, que vivenciei foi a da Carla Brito, lá em Cruzeiro do Sul, um fenômeno! Em 45 dias, ela saiu de zero nas pesquisas, candidata da nossa coligação pelo PSB, e virou um fenômeno. Delegada de polícia, professora, trouxe a nova política, uma fala nova, e fez com que as pessoas votassem a ter fé e esperança numa renovação política na nossa querida Cruzeiro do Sul.

Da mesma maneira, quero cumprimentar o Prefeito eleito Iderley, desejar-lhe a melhor sorte, porque quero o melhor para o povo de Cruzeiro do Sul.

Quero lamentar também a derrota do Prefeito Aldemir, lá em Taumaturgo. Nós tínhamos confiança de que ele poderia ter oportunidade de continuar o trabalho, mas não foi essa a decisão das urnas. Nesse caso, quero cumprimentar o Isaac Pyânco, que foi o eleito, o escolhido.

Quero desejar também sorte ao Isaac, eleito, com ampla margem de votos, em Mâncio Lima. Há muito tempo ele procura ter oportunidade de trabalhar pelo povo de Mâncio Lima, com a Srª Ângela. E eu acredito que eles agora terão essa oportunidade. Eu quero desejar-lhes sorte.

Quero também dizer aqui, na tribuna do Senado, que para nós, mesmo perdendo alguns Municípios importantes, a vitória em Xapuri, com o Bira, foi simbólica, Senador Capi. Já tivemos o Júlio Barbosa, Prefeito por oito anos. Depois tivemos também o Bira, Prefeito por quatro anos, e, na terra de Chico Mendes, conseguimos eleger, com extraordinária votação, o Prefeito Bira, um técnico que certamente, com a ajuda de todos nós, fará um bom trabalho à frente da Prefeitura de Xapuri.

Mas queria fazer um registro aqui de uma eleição também da maior simbologia para nós que foi a da Fernanda Hassem, em Brasileia. O Partido dos Trabalhadores elegeu as Prefeituras de Xapuri e de Brasileia. E a Fernanda Hassem é uma Vereadora, uma professora atuante, graças também à colaboração de muitos. Eu citaria a Deputada Leila Galvão. Temos agora, com a eleição da Fernanda Hassem, uma oportunidade de termos em Brasileia a retomada da fé, da esperança da população – terra de meu pai –, na administração municipal.

Tanto em Epitaciolândia, com Tião Flores, como também com Zum, em Assis Brasil, quero desejar também sucesso na gestão. Da mesma maneira, ao Prefeito eleito José Augusto, lá em Capixaba; ao Prefeito eleito em Acrelândia e, também, ao eleito em Plácido de Castro.

Quero cumprimentar o Bené Damasceno pela vitória em Porto Acre. Porto Acre é um Município histórico importante.

Quero desejar também para o Romualdo, que foi eleito – já foi colega nosso de PT e está no PCdoB agora – Prefeito de Bujari. Desejo a ele toda a sorte. E espero também que o eleito Mazinho, em Sena Madureira, possa dar conta dos desafios que aquele Município tem. O mesmo faço com Tanísio, eleito em Manoel Urbano; e, claro, o Elson, eleito Prefeito em Jordão. E quero desejar melhor sorte ao Prefeito eleito em Santa Rosa.

Mas queria, rapidamente, descrever que...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... fui cumprimentado muito hoje aqui pelos colegas, pelas colegas, pela eleição do Marcus Alexandre.

De fato, foi uma eleição bonita. Acho que ele merece. A população de Rio Branco escolheu Marcus Alexandre, no meio desse turbilhão político, porque entendeu que ele está fazendo um bom trabalho e está dando oportunidade a ele de concluir o trabalho que começou. Acho que foi uma disputa leal e inquestionável. Cumprimento os que concorreram, e não tiveram sucesso. Mas faço aqui um registro: o Partido dos Trabalhadores...

Quero cumprimentar o Ermílio, o Gabriel, Presidente do diretório de Rio Branco, todos que ajudaram, mas, especialmente, o Marcus Alexandre, o Márcio Batista, nosso Vice, que agora foi substituído pela Socorro Nery.

Quero cumprimentar o Governador Tião Viana, que, com sua equipe, se dedicou e fez o que pôde para esse resultado. Digo também que toda a bancada federal...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... a bancada estadual também deu uma contribuição enorme. Quero saudar todas as Vereadoras e aos Vereadores eleitos.



E aqui faço um breve resumo. No Acre, temos 22 Municípios. O PMDB elegeu seis; o PT, quatro; o PSD, Partido do Senador Petecão, dois; o PSDB, dois; o PP, do Senador Gladson, dois; PCdoB, dois; PSB, dois; PRP, um; e PROS, um prefeito. Com isso, nossa coligação alcançou dez prefeituras, incluindo a capital.

O Partido dos Trabalhadores tem, no Acre, 229 Vereadores e Vereadoras, a Frente elegeu 101 representantes, dos quais 40 Vereadores e Vereadoras são do Partido dos Trabalhadores. O Partido que alcançou o número mais próximo foi o PMDB, com 31; depois, o PP, com 22; e o PSDB, com 16, para citar alguns.

E queria dizer que a votação para o Partido no Estado, o Partido dos Trabalhadores, alcançou 46,9% dos votos, seguido do PMDB, que alcançou 31; do PSDB, que alcançou 14; do PP, que alcançou 5%; e do Democratas, que alcançou 6,9%, para citar os que tiveram uma votação de maior destaque.

Eu só queria, de fato, concluir, fazendo este registro, dizer que estou muito preocupado com o momento político que vivemos no nosso País. É inexplicável que tenhamos tido, no domingo passado, uma abstenção do tamanho que tivemos. Freixo e Crivella, os dois candidatos que passaram para o segundo turno no Rio de Janeiro, um dos maiores colégios eleitorais do País, tiveram menos votos somados, os dois, do que o número de eleitores que se abstiveram de votar na eleição. O Prefeito eleito de São Paulo teve menos votos, mesmo tendo sido eleito com mais de 50% dos votos, no primeiro turno, do que o número daqueles que não foram às urnas votar, somados aos nulos e brancos.

Essa é uma situação gravíssima e nos impõe uma reflexão. Mais do que uma reflexão, temos de reconhecer que o Brasil vive, talvez, uma das suas fases políticas mais graves, com a política não só judicializada, mas a política criminalizada. Essa situação de crise que afeta a democracia representativa tem que ser refletida por todos.

Entendo e espero que os meios de comunicação, que são livres no País, e assim têm de ser livres num país livre, entendam a responsabilidade que têm, de não colaborarem para que a situação ainda se agrave mais. Mas acho que a responsabilidade maior é dos partidos políticos, de todos nós que ocupamos função pública, de entendermos que, sem uma profunda reforma política, sem modificações que tragam de volta a crença, a credibilidade dessa atividade tão importante na vida democrática, que é a atividade política, que é a democracia representativa, nós não vamos trazer de volta a esperança e a confiança da população.

Espero sinceramente, já que entendo que a mensagem que as urnas mandaram, mensagem dura, crítica e que deve agravar-se no segundo turno agora, com abstenção ainda maior, foi dada a todos os partidos... No nosso caso, temos um trabalho feito no Brasil que nenhuma borracha há de apagar. Isso não exime os erros cometidos por nós, mas também ninguém tem o direito de apagar as conquistas que, a duras penas, o Presidente Lula, a Presidente Dilma e nossos governos alcançaram neste País.

Faço aqui o encerramento dizendo que o trabalho feito também pelos nossos governos no Acre, por nossas administrações municipais, certamente alicerçaram a vitória que tivemos, que não é uma vitória a ser celebrada, como uma vitória que pôs num nível menor os partidos de oposição. Não! Temos que receber os números positivos, celebrá-los, mas com todo o cuidado, porque, junto com eles, recebemos também mensagens de que temos de trabalhar profundas mudanças para que o respeito da sociedade possa voltar para a atividade política.

Não há como, não há hipótese de melhorar a vida dos Municípios e nos Estados, de melhorar a vida dos cidadãos e de melhorar a vida das famílias em um país democrático se não for através da boa política.

Lá em Rio Branco, estou certo de que venceu a boa política, com Marcus Alexandre. Ele trabalhou junto das pessoas diuturnamente e merecia esse resultado, um resultado surpreendente – foi a única capital que o Partido dos Trabalhadores venceu no primeiro turno –, mas eu acho que os desafios que o Marcus Alexandre tem e que nós temos são enormes, porque extrapolam os limites do Município, extrapolam os limites do Estado e fazem com que todos nós brasileiros tenhamos a responsabilidade de pensar sobre o que está ocorrendo na vida pública nacional, qual o tamanho dos erros que o Senado tem e que a Câmara Federal tem.

Amanhã, está sendo chamada uma reunião pelo Presidente Renan. Eu conversava com ele, entre o Presidente do Congresso, o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e algumas Lideranças, para que se possa fazer uma reflexão ainda antes do segundo turno sobre a gravidade da crise que a representação política vive no Brasil hoje. É péssimo para a nossa democracia, é péssimo para o País.

Eu atuo do lado do que se entende como partidos progressistas. E, nesse lado, nós estamos vivendo também um desafio tremendo, uma crise grande que tem que, primeiro, ser reconhecida. Os erros também têm que ser reconhecidos, para que possamos estabelecer um diálogo com a sociedade e, a partir de novas propostas, a partir...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... de uma leitura mais



adequada do mundo em que estamos vivendo, dos erros que cometemos, do desafio que temos, encontrar uma maneira de reagrupar aqueles que defendem uma sociedade mais justa para aqueles que mais precisam, aqueles que defendem a boa política, a política que trabalha com honestidade, a política que faz inversão de prioridades, que não aceita que uma elite assuma a condução e o destino de um país em detrimento do sofrimento e das mazelas que uma parcela excluída da população vive.

O desafio da reinvenção da política, da reinvenção dos democratas, dos progressistas está posto pelas urnas. E cabe a todos nós reflexão e atitudes em cima do recado que as urnas nos mandaram, independentemente do meu caso, diante de uma vitória que tivemos em Rio Branco.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permite um curto aparte? É possível, Presidente?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É esse discurso que a gente precisa fazer nas próximas semanas aqui. Eu sei que o Valadares está nessa também. Essa palavra que o senhor usou no final, a invenção da política...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Reinvenção.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É isso que tem que se fazer. Essa que está aí acabou, não vai dar mais. Estavamos antes falando aqui: os prefeitos foram eleitos com 20% dos eleitores; o próprio João Doria, com trinta e pouco dos que votaram, mas, se for dos eleitores em geral, é ainda muito menos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ele perdeu para os que não votaram.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ele perdeu para os que não votaram. Então, isso daí exige uma reinvenção.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Os dois candidatos no Rio que estão no segundo turno perderam, somados, dos que não votaram.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Algo está errado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito gravemente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós precisamos reinventar a política. E eu diria também reinventar a esquerda.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Cristovam, pelo aparte.

(O Sr. Antonio Carlos Valadares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria informar a todos que estão no plenário que nós já temos 52 votos e eu faria a abertura a painel da indicação do Sr. Juarez Quadros, a quem eu tenho, inclusive, na melhor conta. Ele trabalhou no Acre conosco, durante muito tempo, é um grande servidor público, como falei hoje na Comissão de Infraestrutura do Senado, durante a sua sabatina. Eu faria a abertura do painel, colocaríamos mais uma autoridade, indicação de embaixador, e teríamos a oportunidade de aqueles Srs. Senadores que ainda não votaram poderem fazer uma votação nominal.

Eu acho que o Senador Elmano ainda está votando.

A sistemática mudou um pouco agora. Temos de colocar os três dígitos da senha, depois dar enter e, depois, a digital. É uma sistemática mais segura do Senado Federal. Cumprimento a Diretora-Geral e o Secretário da Mesa, Dr. Bandeira, pela iniciativa que estamos adotando.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Excelência, Presidente, essa biometria do Senado não está funcionando.

Já tive uma dificuldade enorme para colocar a presença pela manhã e não consigo votar agora. Será que nós temos um voto automático já, com resultado conhecido?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós estamos tendo, de fato, ainda alguns ajustes, mas V. Ex^a pode usar a senha toda, completa, sem ser a biometria, que funciona, Senador Requião. Por gentileza. Vamos tomar providência.

Vamos à abertura do painel.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não. (Pausa.)

Presidente, nem com a senha toda. Essa maquineta não funciona.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou pedir a alguém que auxilie V. Ex^a imediatamente. Está chegando alguém para auxiliá-lo.

Não estou vendendo o Dr. Juarez Quadros, mas acho que ele estava aqui ainda há algum tempo. (Pausa.)

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – É apenas para solicitar a V. Ex^a que desse início à Ordem do Dia, porque nós temos duas MPs trancando a pauta. Além do mais, haverá uma sessão do Congresso Nacional importante por demais, com o término da votação da LDO e do Fies, pois já há mais de 2 milhões de alunos sofrendo com o descaso dessas votações que não se realizam. Se V. Ex^a pudesse iniciar a Ordem do Dia, eu ficaria grata.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, nós já começamos a Ordem do Dia. Estamos apreciando as autoridades. Eu queria pôr mais uma autoridade, porque há colega chegando. Depois, imediatamente, atenderíamos V. Ex^a, porque o propósito é este mesmo: apreciarmos as medidas provisórias. Como o quórum estava muito baixo, resolvemos iniciar apreciando autoridade, até que os colegas possam estar no plenário, porque vamos ter apreciação de medidas provisórias.

Só esperando o Senador Requião, assim que ele conseguir. (Pausa.)

Muito bem, já deu certo.

Senador Requião, vamos então...

(Procede-se à apuração.) (vide item 2.2.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – SIM, 49; NÃO, 06.

Uma abstenção.

Fica, então, aprovada a indicação do Dr. Juarez Quadros.

Quero cumprimentá-lo – ele está ali no fundo. Ele foi Ministro e, certamente, vai exercer, como sempre fez na vida pública, mais essa função a que está sendo desafiado.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Mais uma vez, eu cumprimento o Senador Aníbal Diniz, que está ali também, Conselheiro da Anatel, e o Dr. Juarez Quadros, pela indicação referendada agora pelo Plenário do Senado Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Ata registrará, Senador Pedro Chaves, a manifestação de V. Ex^a. E, na próxima votação, V. Ex^a pode...

Mensagem nº 86, de 2016, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado, a indicação do Sr. Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Mianmar (Birmânia, no caso).

É a seguinte a matéria apreciada:

MENSAGEM (SF) Nº 86, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem (Sf) nº 86, de 2016, de autoria do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Mianmar.)

Há sobre a mesa parecer da CRE. (Parecer nº 801, de 2016)

Relator: Senador Ricardo Ferraço.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria que, nos termos regimentais, deverá ser procedida por escrutínio secreto.



Vou abrir o painel para que as Sras e os Srs. Senadores já possam votar.
As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Passo a palavra ao Senador Valadares, para que, enquanto fazemos a apreciação dessa indicação, possa também usar a tribuna.

Peço as Sras e Srs. Senadores que já votem. Estamos em votação nominal.

Com a palavra V. Ex^a, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em breves palavras, eu queria falar que, a cada eleição que passa, ressurge no debate público o tema da reforma política. Hoje mesmo, vários Senadores acentuaram essa questão.

Os períodos de campanhas eleitorais parecem despertar, na memória do brasileiro, a lembrança do quanto nosso sistema político-partidário está desgastado. O eleitor não se identifica com aqueles que se apresentam pedindo votos para representá-lo. A grande maioria das siglas partidárias não significa nada no sentido de permitir ao eleitor diferenciar um candidato de outro ou distinguir o conjunto de ideias que cada um representa. A impressão que fica, para o eleitor, por aquilo que se ouve nas conversas entre familiares e amigos, é que, ao fim, são todos iguais.

O elevado índice de abstenções das eleições municipais deste ano, de quase 17%, embora também seja explicado pela falta de cadastramento de eleitores em algumas cidades, é um sintoma do desânimo do eleitorado em relação à escolha de seus representantes.

A crise de representatividade faz aumentar o sucesso daqueles candidatos que se apresentam como não políticos ou como não políticos profissionais, mesmo que, na prática, abracem a política com muito profissionalismo. É a mesma conjuntura que favorece a eleição de celebridades, subcelebridades e outras figuras que se lançam na disputa.

No fundo, o eleitor é movido pela esperança, pelo desejo de mudança. Esse impulso, sem dúvida, é fundamental para a saúde da democracia. A renovação é importante e necessária. Precisamos, realmente, que nossa vida política seja oxigenada com novas ideias, novos quadros, novas lideranças. Só não podemos acreditar na ilusão de que basta a renovação para termos uma nova política. O problema da representação, que é o distanciamento entre eleitos e eleitores, depende de reformas em nosso sistema político. A cada eleição, a reforma política ganha novo fôlego, que, depois de algum tempo, atenua, e quase todo mundo esquece.

Aqui, no Senado Federal, temos debatido e aprovado matérias importantes. Esperamos que a Câmara dos Deputados, que tem resistido às mudanças da reforma política, possa agir de maneira concertada com esta Casa. E eu enalteço o Presidente Renan que amanhã está provocando uma reunião com as Lideranças do Senado e da Câmara a fim de tratarmos com o Presidente da Câmara dos Deputados sobre o andamento da reforma política.

Neste momento, Sr. Presidente, temos na Ordem do Dia do Senado Federal duas propostas de emenda à Constituição: a PEC nº 113-A, de 2015, que veio da Câmara dos Deputados e da qual fui relator na Comissão de Constituição e Justiça; e a PEC nº 36, de 2016, subscrita inicialmente pelos Senadores Ricardo Ferraço e Aécio Neves, relatada pelo Senador Aloisio Nunes Ferreira. As duas PECs tratam de um tema que será fundamental para dar mais consistência ao nosso sistema partidário, hoje composto por 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, sendo 27 com representação na Câmara dos Deputados.

Essa fragmentação é deletéria à governabilidade e fragiliza a própria democracia. Temos um pluripartidarismo extremado, em que partidos deixam de representar distintas correntes políticas e diferentes conjuntos de doutrinas ou ideais organizados para conduzir os rumos da sociedade. Eles passam a existir tão somente como instrumentos de acesso ao poder, de venda de tempo de televisão e de apoio, muitas vezes espalhando projetos e ambições personalíssimas.

É por isso que a proposta de uma cláusula de barreira ou de desempenho para funcionamento parlamentar, tal como proposto pelas duas PECs a que me referi, é salutar para a melhoria do nosso sistema partidário. Precisamos pensar em formas efetivas de redução do número de partidos sem ferir os princípios constitucionais do pluralismo político e do pluripartidarismo. Logicamente, a cláusula de barreira, se dependesse da Constituição que nós reformamos, já estava em vigor. Ela só não entrou em vigor por causa da ação que eu achei errada e equivocada do Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, eu quero fazer um resumo de algumas propostas que estão em tramitação nesta Casa e que falam sobre reforma política.



A PEC nº 61, sobre o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, estaduais e vereadores; a PEC nº 32, que trata da coincidência de mandatos eletivos a partir das eleições gerais de 2018; a PEC nº 21, que trata sobre o direito de revogação de mandato eletivo e o voto popular, o chamado *recall*, que é a revogação de mandatos; a PEC nº 56, que trata da coincidência de eleições a partir do ano de 2024. Reduz de oito para seis anos o mandato de Senador e estabelece um mandato de seis anos para os cargos eletivos, inclusive de governador, de prefeito e de Deputados Federais e põe fim ao instituto da reeleição para os cargos do Poder Executivo. A da adoção do Parlamentarismo é a PEC nº 102. O PLS nº 211, de 2011, da federação de partidos político. E afinal, Sr. Presidente, várias e várias proposições de outros Senadores.

Essas que eu relatei são todas de minha autoria, mas há várias PECs, vários projetos, várias proposições, que introduzem emendas e alterações substanciais em nosso sistema político e que, infelizmente, por culpa, a meu ver, mais da Câmara dos Deputados do que do Senado e de uma parte do Supremo Tribunal Federal... Mas haveremos de corrigir essas distorções em nosso sistema político que impõem ao eleitor escolher candidatos entre 35 partidos políticos, uma verdadeira enxurrada de siglas partidárias. O povo não entende o porquê de tantas siglas, de tantos números, de tantos candidatos com pensamentos mais ou menos iguais, cujos estatutos também são iguais, e que na aparência são diferentes.

Por isso, Sr. Presidente, eu, ao lado do Presidente Jorge Viana, ao lado de todos os Senadores que propugnam por uma nova vida política para o nosso País, por um sistema político equilibrado, que venha a fortalecer a nossa democracia, que venha a combater a corrupção, que venha, sem dúvida nenhuma, a contribuir para atender às aspirações de um povo sofrido como é o povo brasileiro, seja na empresa privada, seja no campo ou na cidade, temos o dever e a obrigação de darmos uma resposta ao povo brasileiro, apresentando a verdadeira reforma política, que não morra depois das eleições, mas que sobreviva e chegue ao seu final no ano de 2016, até dezembro de 2016, para que seja aplicada essa reforma nas eleições de 2018.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

E peço a leitura integral do discurso, já que da maior parte fiz uma subtração em função do tempo, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- Matérias de autoria do Sen. Valadares sobre reforma política em tramitação. (vide item 2.1.5 do sumário)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Jorge Viana, ainda haverá outra autoridade?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Temos ainda mais uma autoridade, mas dependerá da disposição de Líderes, como V. Ex^a.

Peço aos Senadores e às Senadoras que votem. Nós estamos em uma votação nominal. É importante. Temos alguns colegas Senadores, no plenário, que não votaram. (Pausa.)

Nós vamos abrir o painel. A Senadora e Líder no Congresso Rose de Freitas solicitou, então nós vamos abrir o painel.

Parece-me que as medidas provisórias têm entendimento, não é isso? Então, nós faríamos a Ordem do Dia rapidamente, como já estamos fazendo. Se for...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu peço aos Líderes que...

Nós vamos abrir o painel.

(Procede-se à apuração.) (vide item 2.2.2 do aumário)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – SIM, 47 votos; NÃO, 3.

Duas abstenções.

Quórum: 52.

Fica, então, aprovada a Mensagem nº 86, de 2016, com a indicação do Sr. Antônio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial de Carreira Diplomática do Ministério das Relações



Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a gentileza de colocar em votação o aditamento ao Requerimento nº 566, de 2016, pelo qual comemoramos duas datas muito especiais para a Comunicação Social da UnB: os dez anos da fundação da UnBTV e os 30 anos do Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE).

Em julho deste ano, eu e mais seis Parlamentares apresentamos o requerimento da sessão especial, inicialmente agendada para ser realizada no próximo dia 17 de outubro. O ato legislativo prestigiará a TV universitária e prestigiará a produção cultural, educativa e universitária da UnB. Isso representa um anseio da população e um atendimento às diretrizes constitucionais.

Por uma inesperada missão internacional ao Parlatino, estarei ausente de Brasília nesta data, motivo pelo qual apresentamos novo requerimento, objetivando a alteração da data da solenidade, do dia 17 para o dia 24 deste mês.

Por todo o exposto, solicito a V. Ex^a colocar em votação o aditamento ao Requerimento nº 566, de 2016. Estou certo de que contaremos com o lúcido e generoso apoio dos nobres colegas Senadores e Senadoras, principalmente de V. Ex^a, ex-aluno da UnB.

Obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só peço ao nobre Senador Hélio José que encaminhe o requerimento para a Mesa, que nós faremos a votação, conforme solicitado por V. Ex^a. É apenas para trocar uma data de uma sessão especial...

Mensagem nº 83, de 2016, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

É a seguinte a matéria apreciada:

MENSAGEM (SF) N° 83, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem (Sf) nº 83, de 2016, de autoria do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.)

Há, sobre a mesa, parecer da CRE. O Relator foi o Senador Armando Monteiro, e o parecer foi favorável. (Parecer nº 802, de 2016 - CRE)

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não há oradores inscritos.

Passa-se à votação da matéria que, nos termos regimentais, deve ser realizada em escrutínio secreto.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Randolfe Rodrigues. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, agradecendo V. Ex^a, eu queria justificar o meu voto favorável na autoridade anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrara a manifestação do Senador Randolfe Rodrigues.



O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu queria que fosse consignado em ata o meu voto favorável nas duas votações anteriores, especialmente com relação ao Sr. Juarez, para a Anatel.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente Renan, V. Ex^a me permite?

Presidente Renan, eu gostaria, com a sua permissão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa Grazziotin, com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Eu gostaria, com a sua permissão, de fazer um convite, não só às Senadoras, mas também aos Senadores, porque logo mais, às 18 horas, teremos uma solenidade aqui no Salão Negro, com o acendimento das luzes do Outubro Rosa. Como todos sabem, Outubro Rosa é uma campanha que realizamos em vários lugares do Brasil e do mundo, no sentido de chamar a atenção para a necessidade da prevenção do câncer de mama.

V. Ex^a deverá estar conosco, Presidente Renan, e seria importante que fossem não apenas as mulheres, mas os homens também, porque é um orgulho muito grande de todas nós, de todos nós, do Senado e da Câmara – é uma atividade conjunta entre Câmara e Senado Federal –, e devemos ter muito orgulho de dizer do nosso protagonismo na luta pelo combate ao câncer de mama, que infelizmente acomete muitas mulheres. É uma doença fácil de ser detectada e uma doença mais fácil ainda de ser tratada quando detectada de forma precoce.

Então o Congresso Nacional estará cor-de-rosa durante todo este mês de outubro, e seria importante que pudéssemos todas e todos estarmos no Salão Negro, para a solenidade de acendimento das luzes cor-de-rosa do Congresso Nacional.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (vide item 2.2.3 do aumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 46; NÃO, 02.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome de José Marcos Nogueira Viana para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há poucos dias eu fiz uma manifestação aqui no Plenário, em solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin, por conta das agressões covardes de que ela foi vítima em Curitiba.

Eu faço questão, Senador Renan, Presidente do Senado... Da mesma forma que solicitamos a providência por parte da Mesa do Senado em relação às agressões de que a Senadora Vanessa foi vítima, eu faço questão agora de lamentar e denunciar as agressões de que, há pouco tempo, há uma semana, o Senador Cristóvão tem sido vítima.

Ao longo da escola onde os netos do Senador Cristovam estudam, foram afixados cartazes agredindo – e isso que é mais grave – não a posição política do Senador Cristovam Buarque, mas agredindo a condição de avô do Senador Cristovam Buarque. É um dos ataques mais covardes que se imagina. Não se justifica nenhum tipo de agressão, seja à esquerda ou à direita, por qualquer posição política, contra qualquer um dos membros do Congresso Nacional, e notadamente contra as Sr^as e os Srs. Senadores desta Casa. Esse tipo de atitude tira completamente a razão dos que, assim como eu, questionaram e votaram contra o afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

Eu tenho uma posição, eu tenho a minha convicção e a minha posição em relação ao processo de *impeachment*. Expressei-a aqui, mas eu reitero: alguém da estatura de Cristovam Buarque, alguém com... Nós podemos divergir de Cristovam Buarque, podemos ter posições diferentes da de Cristovam Buarque, mas nada, nada retira a história e a contribuição que Cristovam Buarque deu para a educação brasileira, a história e a contribuição que Cristovam Buarque deu para as instituições republicanas. Além do mais, não se justifica nenhum tipo de ataque covarde, principalmente quando esse ataque supera a condição da política e passa a ser uma agressão individual, uma agressão pessoal.



Então, eu queria, Senador Renan, registrar, expressar minha solidariedade ao Senador Cristovam Buarque, assim como já fiz em relação à Senadora Vanessa Grazziotin. E sugiro, recomendo que a Mesa do Senado, dentro dos limites que a Constituição e a lei impõem, possa tomar as providências devidas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento o Senador Reguffe – e com a palavra V. Ex^a –, cumprimento o Senador Randolfe Rodrigues pela intervenção, e apresento aqui, da Presidência do Senado Federal, a nossa total solidariedade ao Senador Cristovam Buarque. São poucos os políticos do Brasil com a estatura e com os serviços prestados ao País pelo Senador Cristovam Buarque, de modo que nós temos muito orgulho da sua participação nesta Casa. É um dos melhores quadros da política nacional e, do ponto de vista do Senado, nós vamos repelir absolutamente qualquer manifestação contra integrante desta Casa.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui também prestar minha solidariedade ao Senador Cristovam Buarque, um político e uma pessoa honrada, honesta, correta, digna – mas, mais do que isso, eu penso que é muito triste nós chegarmos a um momento em que a pessoa é agredida por causa de uma opinião, por causa de um pensamento, por causa de uma ideia, por causa de uma convicção. Isso é muito triste.

Quando a Senadora Gleisi Hoffmann foi agredida no aeroporto e a Senadora Ana Amélia também foi constrangida publicamente, eu vim a este microfone prestar minha solidariedade às duas, porque não considero isso uma atitude correta. A pessoa está ali, ela não pode ser constrangida por causa de uma posição que tenha. Também prestei minha solidariedade à Senadora Vanessa Grazziotin, que foi covardemente agredida. E aproveito aqui – não tive a oportunidade ainda – para falar em solidariedade ao Senador Lindbergh, que também foi agredido, envolveu-se em uma... Foi constrangido publicamente em um restaurante.

Eu penso que a gente tem que estimular que as pessoas possam defender o que pensam. Isso é diferente se houver desvio de dinheiro público, se houver alguém roubando, etc.

Agora, a pessoa ter um posicionamento, ter uma opinião, e não poder expressar a sua opinião, isso é uma forma de fascismo, porque uma das formas de fascismo é você não respeitar uma opinião do outro, mesmo que essa seja divergente da sua. A gente tem que colocar nossas posições com toda franqueza, com toda sinceridade, e respeitar as do outro. Assim a gente constrói um País diferente.

Então, quero dar um abraço no meu amigo o Senador Cristovam Buarque e prestar a minha solidariedade a ele por esse ato que, na minha opinião, não é correto. Ele tem o direito de ter a opinião dele, que a convicção dele determina. E acho que esta Casa, como uma Casa democrática, precisa respeitar a opinião que cada um dos Parlamentares possui.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Edison Lobão, Senador Medeiros, Senadora Lídice, Senadora Vanessa, Senador Capiberibe, Senadora Regina, Senador Hélio José, Senador Cristovam.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre a minha presença na votação recente para indicação do Embaixador.

E, por igual, Sr. Presidente, deixo também aqui a minha manifestação de solidariedade completa ao Senador Cristovam Buarque. Não preciso me alongar sobre encômios a respeito deste grande político brasileiro. Não só o Senado, mas o povo brasileiro conhece profundamente o comportamento do Senador Cristovam Buarque. E, portanto, ele merece, não apenas de nós, mas da nação brasileira, a solidariedade que nós agora lhe prestamos.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me solidarizar com todos os agredidos. Isso me fez lembrar Nelson Rodrigues, que dizia o seguinte: "Os idiotas vão tomar conta do mundo não pela capacidade, mas pela quantidade". O debate político, quando passa para esse expediente, fica muito ruim. E me faz lembrar também o tanto de violência que houve contra candidatos nessa eleição.

Quero deixar esse registro aqui e me solidarizar com cada um dos agredidos. Creio que uma pessoa da estatura do Senador Cristovam Buarque merece respeito, assim como cada um dos Senadores aqui presentes.

Muito obrigado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, Senadora Lídice da



Mata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice, por favor.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para me solidarizar com o Senador Cristovam Buarque, com todos os outros Senadores – Senador Lindbergh, Senadora Gleisi, Senadora Vanessa, Senador Humberto – que foram agredidos nesse processo, constrangidos em espaços particulares. Especialmente, Sr. Presidente, é inadmissível quando se trata, inclusive, de um espaço familiar. Acho que é uma atitude inaceitável; inaceitável com o Senado Federal, com o exercício do livre direito de opinar, de ter posição, mas inaceitável também com qualquer pessoa, com qualquer político que, mesmo não sendo um Senador, não pode ser agredido como estamos sendo, no momento em que se estimula isso acontecer no Brasil.

Portanto, quero me solidarizar com o Senador Cristovam, nesse momento em que é agredido, inclusive na sua condição de avô. É inaceitável esse tipo de agressão. Isso realmente beira o fascismo.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me juntar a todas as manifestações de apoio e solidariedade ao Senador Cristovam Buarque – não apenas ao Senador, mas ao meu amigo de mais de 40 anos.

O Senador Cristovam é um cidadão de bem, é um cidadão exemplar, e as suas posições políticas devem ser respeitadas. Sei que muitas vezes a gente se excede aqui e isso termina virando um exemplo ruim para a sociedade. Então, mais uma vez, a gente precisa se conter aqui no plenário para que essa ideia de antagonismo e de confronto não passe para a sociedade.

Portanto, minha manifestação e meu apoio ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

Senadora Vanessa na sequência, Senador Hélio José, Senador Waldemir Moka, Senadora Simone Tebet.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Srs e Srs. Senadores...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senador Renan, eu me inscrevi faz horas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Eu devo, em nome do PSDB, prestar aqui a mais absoluta solidariedade e, mais do que isso, as nossas permanentes homenagens ao brasileiro, ao homem público, ao idealista, ao extraordinário Senador Cristovam Buarque.

O que ocorreu em relação ao Cristovam Buarque em seu ambiente familiar é algo que merece a repulsa não apenas daqueles que têm uma posição política clara e definida, seja de apoio ao atual Governo, ao processo de *impeachment* por que passou o País... Essa ação merece a mais veemente repulsa de todos aqueles que compreendem que a política é o espaço do debate, da controvérsia, mas, sobretudo, do respeito. O que atingiu o Senador Cristovam, longe de atingi-lo, pela sua grandeza, pela sua dimensão, atinge a todos nós que continuamos acreditando na política como instrumento de superação das nossas dificuldades.

Aqueles que se dispõem a produzir uma peça como aquela – energúmenos é o termo mais brando que encontro aqui para qualificá-los – merecem, em especial daqueles que têm posições diversas das do Senador Cristovam, também uma manifestação veemente. De parte a parte, de onde quer que venham, manifestações como essa não podem e não devem ser toleradas no Brasil.

Portanto, eu quero mais uma vez cumprimentá-lo, Senador Cristovam Buarque, e, de público aqui, reiterar o convite que pessoalmente já lhe fiz, pela sua grandeza e pelo que V. Ex^a representa, principalmente para os jovens brasileiros, em especial para seus filhos e netos: convidá-lo para que possamos estar juntos brevemente na minha cidade, na capital do meu Estado, Belo Horizonte, discutindo políticas públicas para a educação. Aonde V. Ex^a for, mesmo por aqueles que divirjam das suas posições, merece o mais absoluto respeito.

V. Ex^a, a quem conheço há tanto tempo, honra o Parlamento e honra esta política tão degradada. Ao atingi-lo, tenha certeza, todos os homens e mulheres de bem deste País se sentiram também atingidos.

(Durante o discurso do Sr. Aécio Neves, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um pouquinho.



A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente, eu me inscrevi faz tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Regina Sousa e depois o Senador Hélio José.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu fui anunciada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu fui anunciada antes, Presidente.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – É a Vanessa e depois sou eu.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não...

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Na inscrição foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Vanessa, houve um equívoco nosso.

Senadora Vanessa, Senadora Regina e Senador Hélio.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – É muito rápido, Presidente.

Eu não poderia também deixar de vir aqui, Senador Cristovam, para prestar minha solidariedade a V. Ex^a, que acaba de mostrar a agressão que não sofre diretamente, mas em que é tratado como vovô, e exatamente no caminho da escola de sua neta – aliás, uma menina muito doce.

Sr. Presidente, eu acho que, apesar de vivermos um momento político de muita dificuldade, de muitos embates, não podemos permitir que as diferenças se transformem em ódio, em violência, em intolerância, porque aí perderemos o respeito uns pelos outros. Eu creio, Sr. Presidente, que aqui mesmo, no plenário deste Senado, nós temos diferenças políticas profundas, mas temos uma boa convivência, sabemos que os diferentes têm uma boa convivência. É assim que tem de ser aqui, é assim que tem de ser em qualquer lugar.

Muito mais do que prestar minha solidariedade ao Senador Cristovam, faço um chamamento para que este momento não se transforme – um momento tão difícil, politicamente – num momento marcado pelo ódio, marcado pela intolerância, porque para se chegar à barbárie é apenas um passo, e um passo muito pequeno.

Então, minha solidariedade ao senhor, à sua família pela agressão vil que recebeu, Senador Cristovam. Sabemos eu e V. Ex^a que discordamos politicamente, mas ninguém tem o direito de fazer com V. Ex^a o que fizeram. Minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria agradecer a presença dos alunos do curso de Direito da Unipac, de Barbacena, Minas Gerais.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente, é só para justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Como os colegas, sou absolutamente solidário ao Senador Cristovam. Eu acho que a gente vive uma espécie de marcha da insensatez. É muito importante que haja essas manifestações suprapartidárias e que V. Ex^a saiba que é um grande brasileiro que precisa e merece todo o respeito de todos nós, independentemente de uma posição ou outra que cada um de nós venhamos a adotar nas nossas vidas. Acho muito bonita essa manifestação do Plenário do Senado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente Jorge, só para justificar o meu voto nas votações anteriores. Eu votei com a orientação do meu Partido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Obrigado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Regina Sousa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, também quero justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Já está



inscrito, já inscrevi V. Ex^a.

Senadora Regina.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a gente percebe o crescimento do ódio, da intolerância neste País. Então, em nome da Bancada do PT, eu quero me solidarizar com o Senador Cristovam, que é uma pessoa que nós respeitamos muito pela convivência que tivemos.

Eu queria aproveitar para dizer que também fui vítima, aqui neste Senado, na votação do *impeachment*, precisamente no dia em que a Presidenta Dilma veio aqui, de uma senhora que se diz jornalista, convidada por alguém desta Casa, naquele dia em que havia convidados. Ela postou num blogue coisas terríveis, que foram vistas por 100 mil pessoas. Eu não falei antes porque logo depois fui acometida de problemas pessoais, familiares, e me esqueci, mas tomei as providências jurídicas. Para vocês terem uma ideia, ela postava... Enquanto eu falava, ela estava transmitindo a minha fala e narrando, me chamando de semianalfabeta, cretina, anta, gentalha, mentirosa, entre outras coisas. Já tomei as providências jurídicas, mas alguém desta Casa convidou essa moça, de quem nem vou dizer o nome, para estar aqui naquele dia.

Ela não estava credenciada como jornalista. Ela se diz jornalista, mas não estava credenciada como jornalista, porque eu fui ver. Estava como convidada de alguém daqui da Casa para, naquele dia 29, assistir à sessão. Ela transmitia a minha fala e falava em *off*, fazendo a narrativa. Isso foi só o que pincei, mas são muitas outras ofensas que ela me fez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senadora Regina, é a Sr^a Sherazade.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Senador.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sou o próximo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex^a e, em seguida, Senadora Rose.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Gostaria de, em nome da classe política do Distrito Federal – eu e Reguffe, que já falou –, me solidarizar com o Senador Cristovam.

É inadmissível essa agressão à pessoa, ao vovô, à pessoa que está aqui, ao pai de família Cristovam Buarque, por uma posição política tomada aqui neste plenário. Acho que o resultado das urnas demonstrou que a intolerância, a arrogância foram derrotadas, que temos que abrir espaço para uma nova política neste País. Até elogiei hoje o artigo do Cristovam, no *Correio Braziliense*, falando da constituição de uma nova esquerda. Nós, que somos de esquerda, não admitimos esse tipo de rótulo. Está certo?

Então, Cristovam, nossa profunda solidariedade, em nome do PMDB do Distrito Federal, do qual faço parte, e em nome da nossa classe política, não admitimos esse tipo de agressão ao ser humano, ao vovô, ao pai e à pessoa humana que é V. Ex^a.

Gostaria de deixar isso bem registrado, meu nobre Presidente Jorge Viana. Concordo plenamente com o Reguffe: o pior tipo de fascismo que existe é exatamente esse, essas atitudes extremadas e sem motivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Rose e, depois, Senador Waldemir Moka.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, me foi permitido falar em nome da Bancada do PMDB sobre esse fato, especificamente, que constrange a todos.

Acho, Senador Cristovam, que as pessoas não queriam mesmo que o senhor visse, queriam que outras pessoas que o senhor ama tanto vissem a mediocridade desse papel espalhado pelas ruas.

A intolerância chegou ao nível que estamos vivendo e vendo aqui, e é preciso reagir a ela. Não é só dizer que estamos aqui prestando uma solidariedade ao nosso companheiro, é dizer que temos que ter instrumento para que essas pessoas, no anonimato, não se escondam do comportamento hediondo, que não têm coragem de subscrever para mostrar a sua feição, mostrar a sua cara covarde, a sua cara que envergonha um País inteiro.

Quero dizer a V. Ex^a que recebe de todos nós o carinho, mas temos que ter uma reação. Esta Casa tarda demais a reagir às coisas que acontecem. "O seu vô é um golpista!" Não era para o senhor, é para as crianças que, muitas vezes, chegariam em casa e perguntariam: "Vô, o que quer dizer isso?" Quer dizer, atingindo o seu coração. Não atinge a sua posição política, não discute a sua posição política, quer atingir o seu afeto, o seu amor, o seu ser humano com sensibilidade.

Portanto, esta Casa tem também que responder não é só com a solidariedade, tem que responder com atitudes, para que coisas como essa não fiquem mais impunes pelo Brasil afora.

Era isto que queria dizer: V. Ex^a não tem nada a não ser o coração para sentir se suas netas vissem isso,



mas essas pessoas que fizeram isso têm muito para sentir vergonha e têm um biombo para se esconder no anonimato. É isso que temos que denunciar ao Brasil inteiro e exigir punição. Punição aberta! A democracia é um jogo franco. Eu digo o que eu penso, V. Ex^a debate as minhas ideias, eu debato as suas. Vamos para o voto, e quem tiver maioria de votos ganha. Essa é a democracia.

Isso aí não é democracia. É uma vergonha lastimável que existam seres humanos capazes de querer ferir o seu coração, a sua família e os seus afetos.

Era isso o que eu queria dizer. Tem, da minha parte, o meu abraço carinhoso, e vamos pensar juntos quais são as ações que nós podemos ter.

Sr. Presidente, eu gostaria – perdoe-me um minuto – de dizer a V. Ex^a que tomei conhecimento, como Líder do Governo no Congresso Nacional, de que foi convocada uma sessão extraordinária para votar uma pauta na Câmara sobre o Supersimples e o pré-sal.

Quero dizer a V. Ex^a que não é um apelo que faço, porque não precisa mais ser feito. Não podemos. Temos de nos sentar em uma mesa rapidamente e conversar, porque o Fies precisa ser votado. Não foi votado, na vez passada, por causa de uma pauta que montaram – não sei em que sala, com quais pessoas – com a anistia do caixa dois. Vergonha nacional!

Empurraram para depois a votação da LDO, com um único artigo, um único destaque para ser votado, e o Presidente precisando sancionar a LDO. Empurraram o Fies: 2 milhões de alunos esperando! Por que é mais importante se tratar de anistia de caixa dois? Será que este País...

Tomara! Tomara que o resultado das eleições no País inteiro tenha mostrado que o caminho que esta Casa segue, em determinados momentos, não com todos, não atende aos anseios da Nação.

Então, queria dizer a V. Ex^a, que está aqui. Sei do pensamento do Presidente Renan, que está ansioso para realizar a sessão do Congresso, mas que nós façamos isso hoje. Não há mais como adiar isso, Senador. Não há. As escolas estão sacrificadas, os alunos estão sacrificados, e esta Casa aqui e a outra Casa também, as duas, que devem juntar-se daqui a pouco, são os lídimos representantes do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Moka e Senadora Simone em seguida.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Estou cumprindo uma lista de inscritos. Estamos inscrevendo todos os que estão levantando a mão.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, é uma atitude, acima de tudo, covarde, porque atinge meninas, as netas do Senador. O objetivo foi muito claro.

Eu queria me dirigir à sua família, Senador Cristovam Buarque, e dizer à sua esposa e às suas netas que o vovô que eles dizem é um homem de bem, é uma referência nacional, é um educador, é um homem sensato, corajoso e muito equilibrado, que não poderia e não deveria, nunca, ser tratado da forma como foi: forma covarde, porque feita no anonimato.

Então, quero dizer à sua família que aqui, no Senado da República, V. Ex^a é um dos Senadores mais respeitados. Tem o respeito de todos os seus colegas e, acima de tudo, é um Senador – vou repetir – corajoso e que não tem, em momento algum, receio de expor as suas ideias. Ideias que, na maioria das vezes, podem ter divergência, mas são sensatas e muito equilibradas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Simone Tebet com a palavra.

A SR^a SIMONE TEBET (PMDB - MS. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu peço desculpas ao Senador Cristovam Buarque, mas o senhor não precisa nem da minha solidariedade, nem da minha defesa. Eu quero dizer ao Brasil que o Senador Cristovam Buarque escreve a história. E quem escreve a história faz história. E a história não mente, Senador Cristovam. Este papel já virou lixo. Agora, a sua história já está escrita, já está nos *Anais* desta Casa. A sua história vai dizer para seus netos e para suas netas que V. Ex^a foi e é um dos homens públicos mais íntegros, mais competentes da República brasileira. A sua história já está escrita como aquele que, como Governador, transformou o trânsito de Brasília, que, como Senador, é o baluarte, aquele que defende, quase como um lobo solitário, a educação pública deste País.

Essa história os seus netos vão poder contar para os seus bisnetos. O restante é lixo que não vai ficar nem no consciente, nem no inconsciente da sua família.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador



Eduardo Amorim e, em seguida, Senador José Aníbal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também para prestar a minha solidariedade ao Senador Cristovam Buarque e a todos aqueles agredidos. Eu me incluo nessa lista de agredidos, Sr. Presidente, de forma covarde também, no aeroporto da minha cidade, logo depois da votação do *impeachment*.

Senador Cristovam, nossa solidariedade. Isso não é democracia. Aqueles que atiram pedras e agride, na verdade, pactuam com a tirania. E tirania é uma coisa antidemocrática e, sobretudo, covarde também. Minha solidariedade ao senhor e à sua família.

E segundo, Sr. Presidente, é para dizer que, nas votações anteriores, se aqui estivesse, teria votado “sim”, de acordo com a orientação do meu Bloco Moderador, tanto no Sr. Juarez, da Anatel, no Sr. Antonio José e também no Sr. José Marcos, aqui justificando o meu voto, portanto também a minha ausência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente.

Hoje eu já tive oportunidade de dialogar com o Senador Cristovam sobre resultados eleitorais, perspectivas, compromissos que devem nos envolver cada vez mais com tirar o País da crise, e agora, diante dessa situação, Senador Cristovam, a única coisa que me ocorre, além daquilo que já foi dito muito apropriadamente por outros Senadores e Senadoras, é dizer que eu imagino que, ao fim e ao cabo, vai ser uma boa oportunidade para V. Ex^a, com o conhecimento que tem, com a sensibilidade que tem, conversar com os seus netos sobre democracia e golpe e dizer o que é que realmente aconteceu no Brasil nesse período recente.

Todos os seus posicionamentos foram posicionamentos de um democrata.

É isso. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, primeiro, mais uma vez, quero me manifestar contra todo e qualquer tipo de violência. Acho que temos que repudiar toda e qualquer forma de violência, todo e qualquer tipo de violência, seja contra os Senadores, as mulheres, as crianças, as pessoas, os homens, os jovens, enfim, toda e qualquer violência.

Segundo, quero dizer, mais uma vez, que esta intolerância que tem tomado conta do ambiente do debate político não constrói a nossa democracia; muito pelo contrário, destrói algo pelo que nós lutamos tanto, pelo que a nossa geração lutou tanto, para que nós pudéssemos restabelecer a liberdade de expressão neste País, para que pudéssemos restabelecer a liberdade democrática neste País. Mas existe um princípio básico da democracia, que é respeitar o direito do próximo.

Eu quero aqui prestar a minha solidariedade ao Senador Cristovam Buarque e, em nome do Senador Cristovam Buarque, prestar a minha solidariedade a todos os Senadores que foram vítimas de intolerância e de violência.

Quero dizer ao meu querido Senador Cristovam Buarque, que é nosso amigo, nosso companheiro aqui, nesta Casa – e, antes disso, tivemos sempre uma relação amistosa, como um grande educador que é –, que esta é mais uma oportunidade para nós mostrarmos aos brasileiros e às futuras gerações de brasileiros que a democracia é o melhor de todos os sistemas, mas ele precisa ser feito com respeito, com intolerância a qualquer tipo de violência e intolerância a qualquer tipo de reação radical, como nós temos visto, absolutamente raivosa, que não estabelece o debate político, e, sim, a ofensa dos pobres em argumento. Apenas quem é pobre em argumento, quem é pobre no conteúdo das suas argumentações é que parte para esse tipo de violência descabida, desproporcional a que nós temos assistido ultimamente.

Portanto, mais uma vez, a minha solidariedade ao companheiro Cristovam Buarque e a todas e a todos os Senadores vítimas dessa violência e o meu respeito à democracia e ao direito do próximo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senador Eduardo.

Senador Ronaldo Caiado.

Em seguida, Senador Agripino.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Presidente, o objetivo é me solidarizar com o Senador Cristovam e dizer do respeito que esta Casa tem, como o Brasil todo, pela sua trajetória de vida como um educador.

Além do mais, aquilo a que eu assisto, durante todos esses anos em que estou no Parlamento, é sempre



a independência moral e intelectual do Prof. Cristovam Buarque em poder contestar, poder concordar ou discordar aqui, no plenário, várias matérias, sempre com o total respeito nosso e sempre produzindo aqui um bom debate, com conteúdo e com conhecimento.

Agora, eu quero dizer a V. Ex^a que me preocupa, sobremaneira, essa campanha que tem sido feita no sentido de querer atingir a classe política, até porque nós temos que estar preparados para isso e, ao mesmo tempo, capazes de mostrar que o jogo se ganha com conteúdo, com argumentos, com preparo de gestão, com responsabilidade, com ética, com honestidade, e não da maneira como estão exatamente se posicionando nesta hora.

Além disso, essa barbaridade que praticaram rotulando o Senador Cristovam como sendo aí o representante e como vovô, no sentido de denegrir a imagem e constranger seus familiares, principalmente seus netos. Acho que isso tem que ter a repulsa de todos nós. Ninguém aqui admite, mas nós pelo menos estamos preparados para esses embates. Agora, filhos, netos, esposas, é algo... Qualquer familiar nosso ser envolvido nesse processo, Sr. Presidente, é realmente inadmissível, inaceitável.

Eu quero concluir dizendo a V. Ex^a que hoje, por exemplo, há uma matéria publicada – é um assunto grave – por um professor da Universidade de Brasília (UnB), em que ele diz, no seu Facebook, Prof. Marcos Bagno: “Depois, quando eu digo que o Brasil só vai se resolver no tiro e na ponta da faca, as pessoas ficam indignadas e o Facebook me bloqueia. Mas como salvar a gente de monstros com ACM Neto, Dória et caterva? Só degolando, decapitando, defenestrando.” Isso está exatamente na página do professor do PT, da Unb, Marcos Bagno.

Então, Sr. Presidente, o que se está criando neste momento... Ao não ganharem as eleições, ao não terem como manter a estrutura que disseminaram, de tanta corrupção, assalto à estrutura de Governo, uso da máquina pública, partem para um lado que, indiscutivelmente, é preocupante. E qual é a vítima maior? É a democracia brasileira! Porque, a partir daí, quando um professor universitário da UnB, como outros que não se identificaram, é capaz de fazer com a família do Senador Cristovam Buarque e é capaz, ao mesmo tempo, de propor o assassinato, a degola de outros políticos que não comungam com os seus ideais, você vê a que ponto nós chegamos. Ou seja, é a tese realmente bolivariana, é a tese do Maduro sendo implantada aqui no Brasil e sendo alavancada pelo PT. É preocupante.

Faço aqui referência a essa postagem feita no Facebook por esse professor da UnB. E medidas deverão ser tomadas por nós, como acredito que por outros também.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que eu tinha a dizer neste momento de muito constrangimento. Até porque seria o momento de estarmos discutindo outras matérias relevantes para o País, que se encontra na crise, e não esse quadro de barbaridade e de total desrespeito aos cidadãos que são oposição ao PT no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nós temos mais três oradores inscritos. E para apreciarmos – estou vendo o quórum diminuindo – há duas medidas provisórias, senão elas ficarão para amanhã.

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser bastante rápido.

Entendo que o Senador Cristovam Buarque tem uma marca de procedimento pessoal. Ele é, acima de tudo, um homem cordial. Ele pode ter divergências com pessoas e com seus pares no campo ideológico, no campo político, mas ele é, acima de tudo, um cidadão cordial. Agora há pouco ele me mostrava, primeiro, a fotografia dele com a netinha, uma bela criança, uma mocinha muito bonitinha, e mostrava os cartazes pregados na sinalização das quadras ao longo da Asa Norte. A netinha mora na Asa Sul, estuda em colégio na Asa Sul. Mas alguém gastou dinheiro para imprimir cartazes com a fotografia do Senador Cristovam, em preto e branco, em que se vê escrito “Vovô golpista”. Você querer atingir, do ponto de vista político, uma pessoa pelo viés de uma netinha é uma coisa tão baixa quanto a que o Senador Ronaldo Caiado acabou de ler. É uma coisa extremamente preocupante um professor da UnB pregar o assassinato, a degola de líderes políticos que acabaram de ser consagrados pelo voto popular, pela urna.

Eu falo isso porque a disputa política é normal em qualquer regime democrático. O brasileiro é, por natureza, polêmico, mas cordial. E o brasileiro está perdendo, nessa disputa indesejável – e temos que encontrar caminhos para repudiá-la –, a cordialidade.

Atitudes como essa a que foi submetido o Senador Cristovam Buarque e a lida pelo Senador Ronaldo Caiado mostram o perigo que a sociedade brasileira está vivendo, da perda da cordialidade, por estímulos, por provocações, por pessoa que têm responsabilidade.

Senador Cristovam, as pessoas que mandaram imprimir e pregar os cartazes gastaram dinheiro,



mobilizaram recursos para atacar-lhe pela via mais perversa e desleal, por meio da sua netinha. Que obra é essa? Está a serviço de quem? Qual é? Será que vai ficar tudo por isso mesmo? Será que a gente não vai encontrar uma forma de baixar a bola disso que está ocorrendo no Brasil? Vamos correr o risco da perda da cordialidade, do golpe baixo por vertente ou por ódio político, da ameaça pelo Facebook, do estímulo à degola de líderes que acabaram de ser eleitos pelo voto popular? Só porque não concordam com as ideias deles? Chega, não é por aí. O Brasil é um País cordial e precisa continuar sendo um País cordial.

Digo isso com imenso constrangimento porque a minha ideia era só a de dar uma palavra não de consolo, mas de solidariedade a um colega que foi atingido de forma descortês, desleal. Se o atingissem, tudo bem, não haveria nenhuma manifestação. Mas atingi-lo por meio da netinha, gastando dinheiro para imprimir cartazes e pregando-os nas indicações da Asa Norte, quando a criança mora na Asa Sul. Qual é o objetivo? Quem é que está por trás disso? Quem é que está por trás disso e não teve a coragem de mostrar a cara? Que coisa feia!

Senador Cristovam, minha solidariedade absoluta. Eu espero que esse tipo de coisa, mais dia menos dia, fique esclarecido, a bem da cordialidade, que é uma marca do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Roberto Muniz.

Eu, mais uma vez, peço aos colegas: nós precisamos dar sequência, porque a Líder do Governo no Congresso, Senadora Rose, tem, com justa razão, pedido. Só peço que os colegas sejam breves, porque ainda temos três oradores inscritos, senão teremos um esvaziamento do plenário.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Sem revisão do orador.) – Será rápido, Sr. Presidente.

Eu só queria dizer ao Senador Cristovam, ao amigo por quem tenho uma admiração profunda: não fique constrangido, porque isso denota que a sua luta, cada ano, cada década que você entregou na luta pela educação, esse tempo ainda não passou.

É claro que alguém que tem uma educação completa não usaria um artifício desse para atacar alguém. A covardia se agiganta nas sombras. A covardia só se apresenta através do uso da manipulação de pessoas que não têm a capacidade de fazer um confrontamento pessoal.

Então, é óbvio que toda a sua história e a sua trajetória têm, neste instante, aqui, não uma solidariedade, por não ser necessário, mas simplesmente um estímulo. Continue a lutar pela educação, porque isso é fruto daquela conversa que já tivemos sobre a desagregação social por que o Brasil está passando. E essa desagregação social não é só coletiva, é uma desagregação que está sendo implementada no caráter da pessoa.

Muitos brasileiros – e aí fico constrangido como brasileiro – estão usando essas sombras, a internet, esses panfletos apócrifos para fazer ataque à honra das pessoas e da família brasileira.

Então, quero deixar aqui não a minha solidariedade, mas um profundo incentivo para que o senhor continue essa luta, que continue timoneiro, porque muitos brasileiros – milhares, centenas, que eu conheço, e milhões de brasileiros – acreditam nas suas palavras.

E esse Brasil que o seu senhor sonhou, infelizmente, ainda não está implementado, ele não alcançou a todos. Um Brasil que inclui a pessoa através da educação; que possibilita uma relação de alto nível através de um bom nível cultural, para que nós possamos ter de volta algo que não conseguimos alcançar, que é a educação, mas que nós também não podemos perder, que é a cordialidade, como disse o nosso Senador Agripino.

Então, eu não quero deixar simplesmente a minha solidariedade, mas quero dizer que estou ao seu lado nessa luta pela inclusão através da educação. Eu tenho a convicção de que essas pessoas que fizeram esse cartaz ou muitos cartazes apócrifos ou muitas colocações dentro dos meios digitais se escondem através de codinomes. Que todas essas pessoas, neste instante, se sintam, sim, constrangidas por não terem coragem de vir a público e colocar, de forma clara, para a sociedade brasileira, o que pensam.

Não somos contra a posição divergente. Não somos contra quem diverge da ideia. Mas somos complementarmente contrários a quem usa de subterfúgios e das sombras para colocar posições que são, muitas vezes, pequenas e pessoais.

Então, quero aqui deixar não a minha solidariedade, mas principalmente o meu incentivo para que o senhor continue a sua luta e que leve à sua neta e à sua família a convicção de que, se um pensa isso, milhões de brasileiros pensam completamente diferente. Eu que tive oportunidade de ser um eleitor de V. Ex^a quando foi candidato a Presidente da República sinto-me cada vez mais aqui, ao seu lado, no Congresso Nacional e no Senado, representado por um político honesto nas suas convicções. Porque não basta ser honesto nas suas



capacidades, nas suas intenções, mas precisamos ser honestos nas convicções. Isso o senhor tem. E tem dado aqui esse exemplo de honestidade como homem público e como alguém que defende com muita força as suas ideias e o seu desejo de fazer esta Nação mais igual e mais justa.

Então, quero me colocar junto ao senhor nessa luta contra esses covardes que fizeram isso com o senhor ou com qualquer outro brasileiro. Quero deixar claro que a nossa posição aqui... Principalmente, quero deixar a minha posição. O meu constrangimento não é pelo Senador Cristovam; é pelo senhor, pelo cidadão, pelo homem de respeito, pelo pai de família que o senhor é. Tanto o senhor quanto qualquer outro brasileiro que sofra qualquer tipo de ataque através de meios e subterfúgios que não gerem uma relação de diálogo e de respeito.

Então, quero registrar essa minha posição, Presidente, porque espero que este momento de divergência tão profunda que estamos vivendo no País não desague nessa desagregação social, que pode ser muito cara às famílias brasileiras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Garibaldi. Por último, Senador Anastasia. E vamos apreciar a medida provisória.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser breve para atender à solicitação de V. Ex^a.

Eu diria que o Senador Cristovam Buarque é inatacável. Sendo inatacável, os que o agrediram procuraram atingir o que há de mais sagrado nele, que é a sua família, que é a sua condição de avô. Só quem é avô pode compartilhar com o Senador Cristovam Buarque essa ferida que se abriu no seu coração, esse constrangimento que mereceu da parte do Senado Federal essa reação tão alta. Porque se há um Senador que merece as nossas homenagens pela sua coerência, pela sua atuação a favor do nosso País, é o Senador Cristovam Buarque.

A minha solidariedade, Senador Cristovam Buarque, é sobretudo pela sua condição de avô, porque acredito que há uma sacralidade nisso que fizeram com V. Ex^a. Atingiram o que há de mais íntimo, de mais sagrado no coração de V. E^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria igualmente de me somar aos meus pares, que me antecederam, eminentes Senador Cristovam, para levar o meu abraço de solidariedade e de apoio num fato abominável que ocorreu. Mas V. Ex^a tem a consciência tranquila, que é o mais importante, e por isso mesmo supera esse episódio de maneira muito fácil e de maneira extremamente positiva em relação ao reconhecimento que está tendo aqui de todo o Senado.

Mas, Sr. Presidente, eu tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex^a para solicitar, se possível, a inclusão na pauta para votação do Requerimento que está na Mesa nº 232, de 2016, que pretende enviar o Projeto de Lei nº 631, de 2015, que é o Estatuto dos Animais. E faço aqui um parêntesis para lembrar ao eminent Plenário que hoje, Dia de São Francisco de Assis, é o Dia Universal dos Animais. E esse Estatuto dos Animais que veio da Câmara, de autoria do Deputado Ricardo Tripoli, por mim relatado na CCJ, já foi aprovado, e esse requerimento pretende, na verdade, atrasar a votação, solicitando o seu encaminhamento a mais uma Comissão, à CAE. E a previsão é, além da CCJ, a CMA.

O meu pedido, portanto, se for possível, é a inclusão na pauta e a rejeição desse requerimento, o que submeto a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho muitos amigos aqui no Senado Federal, independentemente de partidos, mas eu tenho uma amizade muito especial com o Senador Cristovam Buarque. E vi o que aconteceu com ele, envolvendo a própria família, envolvendo pessoas do seu amor, da sua sensibilidade e do seu convívio familiar. Eu tenho a certeza de que isso foram ações de pessoas, de grupos isolados que usaram da forma mais torpe, para agredir um homem da dignidade, da honra e da história do Senador Cristovam Buarque, como Professor, como Governador, como Senador da República.

E eu quero aqui trazer o meu abraço, o abraço de minha esposa e o abraço para ele, para a Gladys, a sua esposa, o abraço mais carinhoso e o reconhecimento da minha amizade, da minha estima, que eu tenho certeza representa a linha de pensamento e a vontade de todos os Senadores desta Casa.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais uma vez, eu quero expressar aqui a minha absoluta solidariedade, presidindo esta sessão, ao colega Senador Cristovam, seus familiares, sua esposa, Gladys, e dizer que esse é um sentimento que nos une a todos, Senador Cristovam. Mais uma vez, eu sou solidário ao senhor, à sua família, à sua esposa, Gladys, e a todos que aqui expressaram esse sentimento que nos une a todos de não aceitar sequer a convivência com coisas parecidas com essa que fizeram contra V. Ex^a.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF. Sem revisão do orador.) – Senador, só para agradecer, eu não diria nem em meu nome, mas em nome dessas duas pequenas, minhas netas, uma não tem dez anos, a outra fez seis na semana passada. Nem entenderão nada disso, mas eu vou guardar esta sessão para elas, em nome da tolerância, para que elas vejam essas falas como exemplo de como deve ser a política, com tolerância.

Quero dizer que, quando eu dei o meu voto, refletindo muito, eu estava preparado para qualquer coisa. Mas para mim essa coisa de usar minha posição de avô e, portanto, misturando minhas duas netas, incomodou-me profundamente, mas não me faz mudar a disposição de luta. Agora, gostaria de que isso fosse visto como tolerância para todos os lados. O que passou o Lindbergh na semana passada poderia ter terminado em uma...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Regininha! A Regina!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – A Regina, a Vanessa. Poderia ter terminado em algo muito grave, no caso do Lindbergh, sobretudo, porque chegou-se às vias dos fatos.

Então, eu creio que isso é uma sessão de tolerância. Eu agradeço em nome das duas pequenas, que não estão entendendo, que nem tomaram conhecimento, eu creio. Tomaram conhecimento, sim, de uma pichação na quadra onde elas moram, dizendo: "Cristovam canalha!" Sobre isso elas próprias me chamaram a atenção.

Aí, pelo menos, era o meu nome, não era: "Vovô é canalha!" Pelo menos, botaram Cristovam. Poderiam ter colocado: "Senador é golpista!", "Cristovam é golpista!", mas usaram uma coisa tão sagrada.

Eu agradeço a cada um dos que falaram, ao Randolfe, que eu não esperava que trouxesse isso para cá. Mas, de qualquer maneira, que seja uma tarde pela tolerância de todos os lados!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

O Item 1:

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2016, que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro, para auxiliar nas despesas com segurança pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, proveniente da Medida Provisória 734, de 2016.

Parecer da Comissão Mista favorável.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2016 (Proveniente da Medida Provisória nº 734, de 2016)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2016, que dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos - Rio 2016. Parecer sob nº 43, de 2016, da Comissão Mista, Relator: Senador Eduardo Lopes; e Relator revisor: Deputado Hugo Leal.)

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: foram apresentadas à medida provisória sete emendas; o projeto de lei de conversão foi aprovado na Câmara dos Deputados dia 19 de setembro; o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 44, de 2016 e se esgotará no dia 18 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria.

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito da matéria.

Discussão do projeto de lei de conversão da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não há inscritos. Encerrada a discussão.



Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ele apresentadas.

A matéria vai à sanção. (**matéria aprovada - vide item 2.2.4 do sumário**)

Item 2 da pauta:

Medida Provisória 736, de 2016, que *abre crédito extraordinário em favor de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios no valor de R\$2,9 bilhões, para fins que específica.*

Parecer nº 30, de 2016, da Comissão Mista de Orçamento.

Relator: Simão Sessim. Relator revisor: Senador Otto Alencar, favorável à medida provisória e pela inadmissão das emendas apresentadas.

É a seguinte a matéria apreciada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 736, DE 2016

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 736, de 2016, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de dois bilhões e novecentos milhões de reais, para o fim que especifica.*

Parecer favorável, sob nº 30, de 2016, da CMO, Relator: Deputado Simão Sessim; e Relator Revisor: Senador Otto Alencar.)

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos: foram apresentadas à medida provisória oito emendas; a medida provisória foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 3 de outubro; o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso nº 46, de 2016, e se esgotará no dia 27 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

O Senador José Pimentel pede para usar da palavra.

Com a palavra V. Ex^a, Senador José Pimentel.

Estamos apreciando ainda os pressupostos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sras Senadoras, Srs. Senadores, esse crédito de R\$2,9 bilhões, que a União está doando para o Estado do Rio de Janeiro, é sob a fundamentação de que houve redução na arrecadação do ICMS e redução na arrecadação dos *royalties* do petróleo, em outras palavras, em face da redução das receitas do Estado do Rio de Janeiro. Sou um daqueles que entende que esse pleito deve ser atendido, mas não podemos esquecer que outros Estados também tiveram seca, como é o caso concreto do meu Estado, o Estado do Ceará, do Semiárido nordestino, que teve redução na sua produção, teve redução na sua arrecadação, teve aumento de despesas para enfrentar esse grave problema da crise da seca. E é por isso que entendemos que é preciso encontrar uma forma também para atender os Estados da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como apresentam os governadores dessas regiões, um conjunto de demandas, de necessidade de atendimentos, para que possamos equilibrar minimamente a nossa União.

Nós já assistimos também a um conjunto de renegociações de dívidas de alguns Estados, particularmente da Região Sul e Sudeste, as regiões mais ricas do Brasil, e que, nos anos 70, nos anos 80, receberam empréstimos, receberam investimentos, e, ao término, ao invés de fazermos seus pagamentos, iniciamos um processo de renegociação. Essa dívida, renegociada no final dos anos 90, levou a um subsídio para os Estados, particularmente do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, e também o Estado da Bahia. No nosso Nordeste, fizemos ali uma composição em que todo o Território nacional, toda a população brasileira participou dos subsídios para essas dívidas, e essas dívidas foram geradas para alavancar a economia desses Estados, e muito correto, na época. E, após esses Estados terem sua infraestrutura, o seu parque industrial, o seu desenvolvimento, um conjunto de investimentos no setor de educação, no setor de habitação, na melhoria da qualidade de vida, as nossas regiões, da Região Norte de Nordeste em particular, não tiveram o mesmo investimento.

Nós passamos, após a Constituição de 1988, nesse processo de cobrança do ICMS na origem, e, ao mesmo tempo, esses Estados transferem para as Regiões do Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste essa produção, obrigando-nos a pagar no destino parte desse ICMS, em torno de 7%, por consumir o excedente dessas Regiões do Sul e Sudeste, que foram desenvolvidas por meio dos investimentos da União e dos



financiamentos ora renegociados. Agora mesmo estamos fazendo mais uma renegociação para atender os Estados mais ricos da Federação. E nós das Regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste nem dívidas conseguimos fazer em face da nossa incapacidade, de um lado, de tomar empréstimo, de outro lado, pela má vontade política em diminuir as desigualdades regionais.

Por isso, sou um daqueles que entende que devemos, sim, ajudar os Estados ricos, mas não podemos virar as costas para as regiões mais pobres, como é feito neste momento na renegociação das dívidas dos Estados do Rio Grande do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, porque somos nós que participamos do seu pagamento sem receber nenhum benefício. Neste momento em que o Nordeste está passando pelo quinto ano de seca consecutiva, com redução da produção, com redução das receitas, com a diminuição da nossa riqueza regional, nós precisamos incluir, nesse projeto de lei que trata da renegociação das dívidas dos Estados ricos, o atendimento da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

É por isso que os governadores dessas três regiões estão com uma pauta junto ao Governo Federal, junto à Presidência da República, que é tão benevolente com algumas regiões do Brasil, mas lamentavelmente é míope para ver o sofrimento e as dificuldades do nosso Ceará, do nosso Nordeste e do nosso Brasil. Neste momento, estamos com a nova Transnordestina projetada, aprovada, mas paralisada, porque disseram que não podem repassar os recursos do Finor que são investidos naquela Transnordestina, obra de suma importância para os Estados do Piauí, de Pernambuco e do Ceará, em um primeiro momento, mas depois beneficiando e integrando toda a Região Nordeste. Também estamos com a transposição das águas do São Francisco, que para nós do Ceará e para mais de 12 milhões de nordestinos é decisiva, sob pena de termos que levar água através de outros sistemas para abastecer aquela população.

O Rio Grande do Norte, a Paraíba, o Ceará e parte de Pernambuco dependem diretamente dessa interligação das águas do São Francisco. Estavamos com um calendário estruturado pelo Ministério da Integração Nacional que previa, para este setembro de 2016, a chegada das águas naqueles três Estados: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte de Pernambuco. Lamentavelmente, por falta de recursos, isso não aconteceu. E neste momento temos trechos da nossa interligação das águas do Rio São Francisco paralisados, e precisamos retomar essa obra, que é decisiva para a nossa região.

Por isso, Sr. Presidente, vamos votar esta medida provisória doando ao Rio de Janeiro R\$2,9 bilhões, porque eles precisam, mas também não podemos nos esquecer das necessidades das três regiões que são as menos desenvolvidas no Brasil. Quanto menos desenvolvida uma região, menos impostos ela pode arrecadar. Por isso, espero igual tratamento quando chegar aqui o projeto de lei da renegociação das dívidas dos Estados ricos. E nós temos um pleito apresentado pelos Governadores das três regiões a respeito. Esperamos ter a mesma acolhida, porque o Brasil é de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senador José Pimentel, Relator revisor da matéria.

Senador Otto e, em seguida, a Senadora Fátima.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para esclarecer do que se trata essa matéria.

V. Ex^a já disse. É sobre o apoio financeiro da União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com segurança pública no Estado decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Vale ressaltar que não é igual a outras ajudas financeiras que foram propostas e de outras situações de calamidade que foram exemplificadas anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu fiz, inclusive, a leitura do objeto da medida provisória.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu ouvi com atenção as colocações bem lúcidas do Senador José Pimentel e concordo plenamente com o que ele discorreu sobre os problemas do Nordeste que estão pendentes há muito tempo.

Há a Transnordestina; no meu Estado, a Ferrovia Oeste-Leste, todas obras inacabadas. Talvez a coisa mais grave para o Nordeste e de maior importância – e não é de agora, Senador Pimentel, porque eu venho alertando sobre isto desde o primeiro dia em que cheguei aqui, ainda em fevereiro de 2015, pois alertei o Governo Federal, à época da Presidente Dilma, do Ministro da Integração Gilberto Occhi – seja a questão do Rio São Francisco. E não se trata só da transposição. O problema não é só a transposição. O problema é que o rio está morrendo. Agora mesmo, nós vamos ter, no final de outubro, pela primeira vez, a barragem de Sobradinho no volume morto, com a calha do rio completamente assoreada, sem nenhuma ação de dragagem, para que



o canal aberto possa conduzir as águas, agora, nas trovoadas de novembro, até a barragem de Sobradinho. Eu não vejo nenhuma ação do Governo. Talvez de tudo que aconteceu nos últimos quatro anos do governo Lula, nos primeiros quatro anos da Presidente Dilma até ela sair e agora com o atual Presidente Michel Temer, o maior crime contra o Nordeste foi não revitalizar o Rio São Francisco.

O Estado de V. Ex^a, o Estado do Ceará, que precisa das águas, não vai tê-las, se não fizer a revitalização. A Paraíba não vai ter as águas, o Agreste de Pernambuco não vai ter, Alagoas também não, o Rio Grande do Norte também não vai ter as águas do Rio São Francisco.

Eu tenho um relatório da semana passada, e V. Ex^{as} não podem imaginar a gravidade da situação do Rio São Francisco. O atual Governo, como eu já tinha levado isso ao conhecimento da ex-Presidente Dilma, devia declarar o estado de emergência na bacia do rio para dragar o Rio São Francisco. Só de deltas artificiais – e vou explicar ao senhor o que é delta artificial: é quando o rio fica muito raso, e as águas se espalham a uma extensão de uma largura muito grande –, são 21, contados ao longo do Rio São Francisco. São 21 deltas artificiais. Então, a situação é de uma gravidade muito grande.

Esses Estados, como o de V. Ex^a, não vão ter nenhuma condição, nenhuma maneira de conseguir água, ou de superfície ou subaquática, para sustentar as populações. O Estado da Paraíba é o Estado que tem o menor potencial de água *per capita/ano*. Um ser humano precisa, mais ou menos, de 600m³ *per capita/ano* para as suas atividades mínimas. Para o pessoal da Paraíba, o potencial é de 300m³ *per capita/ano*. Então, é uma condição muito ruim.

Talvez isso seja o maior crime cometido nos últimos quatro anos do Presidente Lula e nos quatro anos da Presidente Dilma. E, agora, neste ano, o Presidente Michel Temer, se não fizer, vai cometer o maior crime para o Nordeste, que vai enterrar o Rio São Francisco. Haverá apenas uma plaqinha na parede: "Aqui jaz o Rio São Francisco". O senhor pode ter absoluta certeza disso, porque sou conhecedor dele, de onde nasce até onde chega a foz, de toda a extensão dele. Os afluentes da margem direita, na Bahia, morreram todos. Em Minas Gerais, vários afluentes morreram. No ano passado, secou o Rio Jequitáí, que era um rio caudaloso. Então, a situação é de uma gravidade... É questão de segurança para o Nordeste brasileiro.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não adianta ficar em discurso, tem que tomar a ação.

Esta medida provisória, de que sou Relator, atende a uma solicitação do Estado do Rio de Janeiro de R\$2,9 bilhões e veio para atender a uma situação de emergência para as Olimpíadas na questão da segurança pública àquele momento.

Os Estados hoje estão negociando as suas dívidas. E a renegociação da dívida, Senador José Pimentel, na minha opinião, só serve também aos Estados do Sudeste. Ela serve a São Paulo, que vai renegociar R\$221 bilhões; a capital de São Paulo, 57; o Estado de Minas Gerais, setenta e tantos bilhões de reais; o Rio de Janeiro, também setenta e tantos bilhões; o Rio Grande do Sul... Agora, os Estados do Nordeste não serão beneficiados em nada. E os Governadores do Nordeste tiveram duas reuniões com o Ministro Henrique Meirelles. Em todas as duas, não foram atendidos. Foram move Governadores, pedindo apenas R\$7 bilhões para socorrer, emergencialmente, o custeio operacional da máquina, sobretudo a folha de pessoal, para não atrasar. Aqui, está-se dando R\$2,9 bilhões para o Rio de Janeiro; os Governadores de nove Estados querem R\$7 bilhões e não foram atendidos. Posso aqui adiantar que participei de uma dessas reuniões com o Ministro Henrique Meirelles e me chamou a atenção o comportamento dele, que não deu absolutamente nenhuma segurança, nenhuma esperança de que pudesse atender os Estados do Nordeste.

E digo mais: não há, na minha opinião – e falo aqui com muita franqueza, porque sou muito verdadeiro –, nada mais deselegante do que nove Governadores procurarem o Ministro para renegociar as dívidas do Nordeste, para ter um alento, e, durante a audiência inteira, o Ministro ficar mexendo no celular, com a cabeça baixa, mandando mensagem, e os Governadores falando – como se estivesse um conde falando aos passarinhos. Eu fiquei decepcionado com isso, sinceramente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu não era Governador, eu era Senador, mas, se fosse Governador, daria um murro na mesa para parar com aquilo e dar uma solução aos Estados do Nordeste, porque é uma desatenção e um desrespeito ao Nordeste brasileiro.

Quero concluir aqui os Senadores do Nordeste, são 9 Estados e 27 Senadores: não deve passar aqui a renegociação da dívida sem que se atendam os Estados do Nordeste. Isto é uma coisa insuportável: que 9 Estados, com 27 Senadores, não possam levantar uma bandeira e dizer "Chega!". Não dá para desmerecer os Estados do Nordeste na situação que estamos vivendo agora.



Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Otto, nós somos 27 Senadores da República. Temos os mesmos direitos e as mesmas obrigações dos Senadores das Regiões Sul e Sudeste. Por isso, nós deveremos criar um ambiente para que possamos incluir o pleito dos nove Governadores do Nordeste e dos sete Estados da Região Norte, que é unificado, nesse projeto de lei que trata da renegociação. Se nós tivermos essa posição, nós vamos ser ouvidos. Nós não podemos mais simplesmente dizer para a Região Nordeste e para a Região Norte que não há recursos. Quando é para os Estados ricos, não há limites. Por isso, Senador, conte com este Senador ao seu lado para ajudar nessa agenda que você conhece – deixe-me chamá-lo assim –, que você domina, pois é um daqueles que mais estuda, do nosso Nordeste. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado, Senador José Pimentel.

Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RN. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senador Otto, também quero me associar a V. Ex^a. V. Ex^a tem toda razão quando conclama aqui a Bancada do Nordeste e do Centro-Oeste, para que tenhamos uma posição firme e lutemos para que a renegociação das dívidas a ser votada neste plenário só tenha a sua conclusão se, de fato, ela tiver o respeito ao Pacto e ao equilíbrio federativo. É inaceitável, Senador Otto: de repente, um crédito extraordinário de quase R\$3 bilhões para o Rio de Janeiro e, simplesmente, darem as costas para o Nordeste, que passa pela crise que passa. O senhor conhece muito bem. Isso vai da Bahia ao meu Estado do Rio Grande do Norte. Os problemas se avolumam no custeio de políticas públicas essenciais: na educação, na saúde, na segurança. Para agravar a situação, Senadora Lídice, há o atraso de pagamento, com os funcionários sendo extremamente penalizados. Senador Otto, no Rio Grande do Norte, é revoltante, por exemplo, ver os pensionistas agora sem terem mais a data certa para receberem os seus salários. Nós estamos falando de aposentados, de pessoas que, até pela condição em que vivem, têm de ter o tratamento de maior respeito ainda, como, aliás, o funcionalismo como um todo, porque, afinal de contas, Senador Otto, o mínimo que a pessoa que trabalha tem a exigir é receber o seu salário em dia. E isso está acontecendo lá no Rio Grande do Norte. Enfim, há dificuldade de arrecadação, queda na arrecadação. Some-se a isso o que já tem sido mencionado que são cinco anos de uma seca impiedosa – impiedosa mesmo! Os Estados do Nordeste foram duramente afetados. O FPE despencou. Mesmo assim, os Estados do Nordeste são os que apresentam o menor nível de endividamento, pelo trabalho que fizeram do ponto de vista de cuidar das suas contas etc. e tal. Enfim, eu quero concluir dizendo que a situação do Nordeste é tão desesperadora que os Governadores, tendo à frente o Governador Wellington e os demais Governadores do Nordeste, junto com os do Centro-Oeste, já colocam claramente que ou o Governo Federal tem uma posição ou eles vão decretar estado de calamidade. Aliás, já deveriam ter feito isso, porque não existe uma calamidade maior, uma injustiça maior do que...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não pagar em dia os seus servidores, sem contar, claro, as dificuldades com os fornecedores etc. E, repito, há dificuldades no custeio para manter políticas essenciais. Então, fica aqui, realmente, o nosso desabafo: que o crédito extraordinário vá para o Rio de Janeiro, mas esse crédito extraordinário só devia ser liberado para o Rio de Janeiro ao mesmo tempo que ele liberasse o crédito extraordinário para o Nordeste. E a solução para o Nordeste não é somente autorização para novos empréstimos. Não! A solução para o Nordeste tem que ser auxílio em dinheiro, Senador Otto, assim como está sendo feito com o Rio de Janeiro e com os Estados ricos, para poderem, repito, os Estados do Nordeste ter uma ação emergencial frente a essa situação de calamidade que a nossa região vive. Então, fica aqui a nossa palavra de nos associarmos à proposta que V. Ex^a aqui está defendendo: que nenhuma renegociação aqui seja aprovada sem que tenhamos o devido respeito ao equilíbrio federativo e o devido respeito à Região Nordeste, coisa que este Governo ilegítimo não está tendo de maneira nenhuma. Pelo contrário, ele só está enrolando: reuniões e mais reuniões com os Governadores, promessas e mais promessas, e até agora, nada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu quero incorporar o aparte do Senador Pimentel e da Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Um aparte, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – No entanto, com muita consciência também e com uma análise muito fria e correta, a crise que nós estamos vivendo é uma crise que já se arrasta há muitos anos, não é uma coisa de agora, mas ela não pode ser agravada pela falta de



sensibilidade do atual Governo com as dificuldades que os Estados nordestinos têm atravessado até agora.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Otto Alencar, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu só faço um pequeno ajuste, porque hoje eu estava na reunião na Presidência: quando falarem, falem Norte e Nordeste, porque os Governadores estão juntos...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... nesse processo. É o Norte e Nordeste, e ainda tem parte até do Centro-Oeste.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tem parte do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Há os Governadores do Norte, por favor. É muito importante esse debate. Eu estou presidindo aqui, mas que inclua...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Jorge Viana, faço uma questão a V. Ex^a. Eu falei sobre o Nordeste, porque eu acho o seguinte: essa questão da renegociação da dívida, nós Senadores do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, os Estados que não foram beneficiados, poderemos votar isso aqui se por acaso esses Estados forem contemplados.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Se não forem contemplados.. Eu não tenho nada contra São Paulo; pelo contrário, gosto muito do Estado de São Paulo, da capital de São Paulo.

Mas fazer um tratamento diferenciado para os Estados brasileiros do Norte e do Nordeste é uma situação que nós não devemos aceitar, sem nenhum tipo de preconceito, até porque eu devo muito ao Estado de São Paulo, onde estudei na minha formação, e é um Estado produtor, que tem grandes brasileiros, paulistanos. Mas essa questão de não querer contemplar Nordeste, Centro-Oeste, os Estados do Norte, é algo que nós não vamos, de maneira nenhuma, tolerar.

Eu quero, inclusive, o compromisso de V. Ex^a, Senador Jorge Viana, de que nós vamos fazer essa corrente aqui para chegar a um denominador comum, que possa atender ao Nordeste.

Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – BA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Senador Otto Alencar, eu quero parabenizar V. Ex^a pela sua fala, anunciando esta que é uma posição, sem dúvida nenhuma, unitária, nossa, na Bahia. Eu tive que participar do lançamento da Campanha Outubro Rosa, junto com um movimento de mulheres, das outras Parlamentares, mulheres, mas corri para cá, desde que ouvi que V. Ex^a estava se pronunciando, pela importância deste tema para nós. Nós não podemos permitir que esta votação se realize no plenário do Senado, que é a Casa da Federação, com o conhecimento de que nossos Estados não serão beneficiados e de que outros Estados, Estados grandes... Quanto a São Paulo, eu concordo com V. Ex^a, é um Estado muito importante, mas muitos nordestinos fazem a riqueza desses Estados, tanto do Rio quanto de São Paulo, de outros Estados do Sul e do Sudeste, que se endividaram. E agora, nesta renegociação, serão privilegiados com recursos, sendo que os Estados do Norte, do Nordeste e parcela significativa do Centro-Oeste, incluindo o Distrito Federal, não estão sendo beneficiados. É constrangedor para um Senador dessas Regiões votar uma proposta que não nos inclua. Então, é preciso ter sensibilidade. Nós temos a situação específica do Nordeste, que é o convívio duro com a seca, que está castigando há muitos anos o Nordeste nesse período, e nós não recebemos nunca, Senador Otto Alencar, a compensação pelas perdas da nossa produção, do nosso rebanho que se perde. E V. Ex^a, que é de uma região que sofre muito com essa situação, sabe quantos amigos, companheiros e prefeituras, lá da nossa Chapada, empobreceram nesse período da seca. E não temos nenhuma compensação. Não é possível, portanto, aceitar uma negociação dessas, que nos prejudica. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora Lídice da Mata, incorpoço ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a e concedo o aparte ao nobre Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senador Otto, quero parabenizá-lo por esse tema que o senhor está trazendo, mas quero também parabenizá-lo pela grande vitória que V. Ex^a teve no Estado da Bahia.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.



O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Eu quero registrar aqui, Presidente, que o Senador Otto, como Presidente do PSD, teve, no domingo, a maior vitória de todos os partidos. São 83 Municípios, de 417, que são governados por prefeitos ligados ao PSD. Quero dizer também que o Partido Progressista...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Foi o segundo.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Fomos o segundo, fizemos 56 prefeitos. E temos também a oportunidade de comemorar essa data, esse instante, Senadora Lídice, porque foi um excelente desempenho que o nosso partido teve. Faço esse registro e também parabenizo o Presidente Estadual, o nosso Vice-Governador João Leão. Mas quero aqui aproveitar, Senador Otto, e dizer que V. Ex^a traz dois temas importantes: primeiro, a questão da agonia do Rio São Francisco. V. Ex^a foi muito feliz ao trazer esse tema, porque nós já estamos passando anos e mais anos em que não se tem uma resposta a esse sofrimento do povo ribeirinho, daqueles Municípios que são banhados pelo Rio São Francisco. E nós vemos a chegada das chuvas e a agonia de que essas chuvas sejam levadas a se espraiar pelo rio e ser devorada pelo leito, pela margem desse rio, não chegando até as barragens, para fazer a acumulação da água. Então, acho que a sua voz nos agiganta, agiganta a todos os baianos e nordestinos, para lutar por esse patrimônio tão importante para o povo brasileiro, que é o Rio São Francisco. E também traz à tona e busca, neste momento, que nós nos reunamos em torno de um combate, do bom combate. Não para ser contrário a melhorias que sejam levadas aos nossos amigos do Sudeste, aos Estados do Sudeste e do Sul, com a renegociação da dívida, mas para que também, ao ser feita essa renegociação, haja o olhar e que se traga também a inclusão dos Estados nordestinos. E, como disse o Presidente Jorge Viana, que sejam também incorporados os Estados do Norte do nosso País. Então, acho que esse vai ser um bom combate nesta Casa. E espero que a Bancada nordestina e a Bancada do Norte do País se unam aos nossos Governadores, para que nós possamos levar um pouco de esperança ao povo dos nossos Estados. Então, quero parabenizar V. Ex^a por esses temas trazidos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Roberto Muniz.

Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Senador, eu quero me mostrar solidário a V. Ex^a, diante da situação dos Estados do Nordeste, situação essa da maior gravidade, do ponto de vista econômico-financeiro. Trata-se de uma situação que levou os Governadores, como disse V. Ex^a, já por duas vezes, ao gabinete do Ministério da Fazenda, para tratar com o Ministro de uma solução, de uma saída, de uma abertura. E até agora isso não foi devidamente solucionado, o que realmente nos leva a ter uma posição solidária, não apenas a V. Ex^a que trata desse assunto de uma forma magistral, Senador Otto Alencar, mas também aos Governadores, que estão sentindo na pele o que significa essa crise. Com relação às obras do São Francisco, creio que eu devo dar um depoimento de que V. Ex^a, já há muito tempo, adverte os governos a respeito da situação do Rio São Francisco. Tivemos aqui até um debate, em que V. Ex^a dizia...

(Soa a campainha.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB - RN) – “Antes da transposição, que venha a revitalização”. E nós dizíamos: que venha a transposição antes da revitalização.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, Senador Garibaldi, as duas coisas poderiam ocorrer simultaneamente. Mas, infelizmente, se fez muito mais pela transposição. Foram aplicados R\$8,5 bilhões, não se concluiu ainda e a revitalização está praticamente parada. Até porque não foi feito nada para a recomposição das matas ciliares, das nascentes, dos afluentes e, sobretudo, para a dragagem da calha do rio, que está completamente obstruída, pelo corrimiento anual de mais ou menos 28 milhões de toneladas de sedimentos. Então, é uma situação gravíssima.

Está se chegando a um ponto em que é bem provável, segundo os institutos de pesquisas espaciais – o INPE e outros que observam as chuvas –, que agora, em novembro, dezembro e janeiro, o Nordeste brasileiro vá ter, depois de dez anos, regularidade de chuvas. Chuvas sequenciais. Vai chover bem em novembro, em dezembro e em janeiro. E vai chover na bacia do Rio São Francisco como um todo. Mas essa chuva que leva água para a calha do rio, estando obstruída, se espalha. Não tem condições de chegar toda à Barragem de Sobradinho. Para o senhor ver, a Barragem de Sobradinho, agora, está chegando a um volume morto. A situação é de uma gravidade muito grande.

Nos últimos anos, na bacia do Rio São Francisco, se produziu muito menos água do que se consumiu, porque hoje há o consumo humano, animal, irrigação, geração de energia e outras atividades, como o consumo industrial. Então, dobrou o consumo e diminuiu a produção. A equação não vai fechar, vai faltar água com certeza absoluta, se não houver uma ação de emergência, imediatamente, se não se fizer algo logo,



inclusive decretando um serviço para agir rapidamente na bacia do Rio São Francisco.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu sou o Relator aqui... Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Pois não, Senador Otto Alencar. Eu participei de uma reunião com o Presidente Renan Calheiros em que estava presente o Governador do Mato Grosso e o Governador do Distrito Federal. Estavam sendo representados o Governador de Mato Grosso do Sul e também o Governador de Goiás. Nessa reunião foi deixado claro que no Centro-Oeste as coisas não são diferentes. Então, Centro-Oeste, Norte e Nordeste estão juntos nessa batalha. Precisamos, realmente, superar essa dificuldade gritante. Não podemos deixar que os servidores públicos da saúde, da educação, da segurança, paguem esse pato. Então, é necessário que a gente consiga chegar a um denominador comum...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... para evitar esse grave problema. Por isso, quero parabenizar V. Ex^a e também concordar com suas ponderações. Fico muito triste, como um analista de infraestrutura, como um engenheiro, de saber que são de fato verdadeiras as posições que o senhor coloca sobre o São Francisco. Este País precisa reagir, precisa dar a volta por cima. Nós precisamos tornar o São Francisco navegável de toda forma, fazer a dragagem necessária, fazer a revitalização, porque esse é um patrimônio nacional e todos nós temos essa responsabilidade. Muito obrigado, Excelência.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, quanto à matéria...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Senador Otto Alencar, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero concordar com a relatoria de V. Ex^a, com o parecer favorável a esse crédito extraordinário para o Estado do Rio de Janeiro.

Mas V. Ex^a motivou uma discussão...

(Interrupção do som.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – ... de três temas, aos quais reproto importâncias: dívida dos Estados – não só do Nordeste, como do Norte e Centro-Oeste, ou seja, de 20 Estados. V. Ex^a levantou a questão... Foi levantada aqui a questão da transposição do São Francisco, bem como da paralisação também da Transnordestina, e a morte antecipada do Rio São Francisco, o Velho Chico. Eu incluiria também um rio genuinamente nordestino, que é o Rio Parnaíba. Aliás, as bacias hidrográficas do Nordeste, e eu incluo aí um rio permanente como o Parnaíba... E o São Francisco já morreu. Isso, à vista de todos nós. Com relação a esses três temas, eu reproto da mais alta importância essa questão das dívidas dos Estados. Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão aqui na Capital da República. Já estiveram hoje com o Presidente do Senado, com o Presidente da Câmara, na busca de um entendimento com a Presidência da República. Então, eu proporia, talvez seja oportuno, uma sugestão de realizarmos aqui, no mais curto espaço de tempo, uma sessão geral para discutirmos, com a maior urgência possível – urgente, urgentíssima – essa questão da dívida dos Estados. Eu vejo sempre e repito isto: a Federação do Brasil já está morrendo. Ou seja, os Estados-membros da Federação, pelo que nós ouvimos dos governadores... Isso é lamentável, e urge uma decisão desta Casa, já se considerando que ela é a Casa da Federação. Então, eu proporia ao Presidente que está presidindo esta sessão, nosso querido Senador Jorge Viana, fazermos uma sessão geral aqui, inclusive convidando os governadores das três Regiões, para, em caráter de urgência, discutirmos uma saída para esse gravíssimo problema, segundo o que ouvi hoje em uma reunião, com os Senadores presentes e os governadores dessas três Regiões. Esta é uma proposição que eu faço: que se realize uma sessão geral aqui no Senado, convidando todos os governadores. E ficaria à consideração da Mesa convidar os Ministérios envolvidos nessa questão. Então, essa é a proposição que eu deixaria aqui à Mesa do Senado: a realização de uma sessão geral e especial para tratar da questão das dívidas dos Estados. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Obrigado.

Sr. Presidente, essa matéria desse crédito suplementar para o estado do Rio de Janeiro preenche os pré-requisitos de adequação financeira e orçamentária. Portanto, não há nenhuma objeção ao crédito.

Vou concluir, depois passo a V. Ex^a. Só para não interromper meu raciocínio aqui.



Foram apresentadas algumas emendas, que foram apreciadas, mas não foram incluídas no projeto. Inclusive, as Emendas nº 005 a 008 tratam de matéria estranha a esta lei orçamentária. Desse modo, constato que a proposição fere o princípio orçamentário da exclusividade, segundo o qual a lei orçamentária e as leis que a modifiquem devem se restringir à previsão da receita e fixação da despesa, conforme disposto no art. 165, §8º, da Constituição Federal.

As Emendas nº 001 a 004, por sua vez, solicitam o remanejamento de dotações constante de crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 01/2006-CN, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória e suprimir dotação, total ou parcialmente.

Consideramos, portanto, que as emendas apresentadas contrariam normas constitucionais e legais, devendo ter sua inadmissibilidade declarada pelo Presidente da Comissão, nos termos do art. 15, XI, da Resolução nº 01/2006-CN.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 736, de 2016, nos termos propostos pelo Poder Executivo e pela declaração de inadmissibilidade das Emendas nº 001 a 008.

Então, este é o parecer, Sr. Presidente.

Antes disso, passo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Senador Otto Alencar. Eu havia inclusive me inscrito para fazer uso da palavra, mas, ouvindo os nossos companheiros, as nossas companheiras e V. Ex^a eu me sinto bastante contemplado, de modo que quero apenas registrar a minha posição no sentido daquilo que V. Ex^a disse: não temos nada contra o Estado do Rio de Janeiro, achamos que essa ajuda foi e é necessária. Agora, é preciso que esse Governo que aí está olhe pelo Nordeste. Se V. Ex^a observar, por exemplo, esse recente plano de investimentos, que envolve inúmeras obras importantes, onde se vai buscar uma parceria público-privada, o Nordeste é totalmente desconsiderado. No Estado de Pernambuco, por exemplo, quando Dilma lançou o chamado Programa Integrado de Logística, que era o PIL, nós tínhamos diversas obras previstas: a duplicação da BR-232, de São Caetano até Arcoverde; a duplicação da BR-101, com a construção do Arco Metropolitano; a privatização e terceirização de terminais portuários em Suape. E agora, uma única obra que fosse, uma única, o Governo não olhou. Agora, quando todos os governadores do Norte e Nordeste, que não querem impedir a negociação das dívidas de ninguém, mas querem ser olhados, ser vistos, ter um apoio concreto, foi isso que aconteceu hoje: vários governadores reunidos com o Presidente Renan. Nós vamos votar, nessa matéria, favoravelmente a essa medida provisória, porém dizendo que não estamos nem um pouco satisfeitos com o tipo de tratamento que está sendo dispensado ao Norte, ao Nordeste, a cada um dos nossos Estados. Muito obrigado, Excelência.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois é, Senador Humberto Costa. Essa ajuda aqui, vamos registrar numa linguagem para que todos entendam, é uma ajuda a fundo perdido. Está-se doando ao Rio de Janeiro R\$2,9 bilhões.

Pois bem. Os Estados do Nordeste, os nove Estados do Nordeste, os nove governadores, estão pedindo ao Governo Federal R\$7 bilhões – nove Estados! Aqui é para um Estado, quase R\$3 bilhões para um Estado. Seriam R\$7 bilhões para a solução e complementação das suas despesas – que são despesas que aumentaram e a arrecadação caiu –, para poder pagar em dia os salários, o décimo-terceiro, o sistema operacional da máquina pública, que eles não estão conseguindo.

Mas não são só os Estados do Nordeste que não estão conseguindo, não: os Estados do Sul também estão com dificuldades. O Estado do Rio Grande do Sul tem dificuldades, tem parcelamento de salário; o Rio de Janeiro tem parcelamento de salário. Agora, o que é bom registrar é que todos os Estados do Nordeste – o Estado de V. Ex^a, o meu Estado, todos – fizeram o ajuste fiscal. Estão todos rigorosamente dentro do ajuste fiscal. O meu Estado não ultrapassou o limite prudencial de pessoal, não: está em torno de 44%. Existe Estado com sessenta e tantos por cento de comprometimento com o pessoal, ou seja, não fizeram o dever, não fizeram o ajuste fiscal lá atrás. E são os que vão ser contemplados. Ou seja, vai se contemplar exatamente quem não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, e os que cumpriram vão ficar a ver navios. Esse é que é o grande problema dessa renegociação da dívida.

O meu Estado cumpriu rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal – todos os governadores, desde que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal; desde 1991 até agora. O Jaques Wagner cumpriu, o Rui Costa, todos cumpriram. O ex-Governador Antônio Carlos cumpriu...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... o Paulo, todos



cumpriram. Agora, quem não cumpriu e quem gastou mais do que arrecadou, ou seja, fez uma gestão perdulária, vai receber as benesses de uma renegociação de bilhões de reais. Essa que é a minha indignação.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP – RS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu quero entrar também na fila da reclamação da repartição do “cobertor curto”, porque quando o cobertor é curto, você tapa a cabeça e descobre o pé, ou tapa o pé e descobre a cabeça. É mais ou menos um pouco isso para os nossos telespectadores que a essa hora acompanham esta relatoria da Medida Provisória nº 736, Senador Otto Alencar, e com o brilho de sempre V. Ex^a aborda o que foi feito. Eu quero primeiro prestar a minha solidariedade ao grande amigo, colega Senador, meu Líder, Francisco Dornelles que está padecendo; herdou... Como Vice-Governador, está assumindo...

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... com a licença médica do Governador Pezão. Então, S. Ex^a está fazendo todo esse trabalho, que não é fácil para um gestor público. Ninguém gostaria de atrasar o pagamento do servidor, ninguém; em sã consciência, ninguém. O meu Estado está fazendo isso, Senador. E nós temos, na relação com a União... E agora lamentavelmente recomeça, retoma-se o movimento separatista. No meu Estado é quase como uma insurgência a essa dependência da União. O Estado do Rio Grande do Sul é um Estado exportador, e os Estados exportadores, lá na década de 1970, para que o País exportasse mais, produzisse mais, tinham que isentar de ICMS, que é a principal fonte de receita, as exportações. Então, foi criada a tal Lei Kandir, que fazia uma compensação para os Estados. O Estado do Rio Grande do Sul ficou sem receber, teve atrasados recursos importantes, e a União também não cumpriu a sua parte na relação com os Estados. Então, como Senadora do Rio Grande, que está vivendo também, como o Rio de Janeiro, um problema semelhante de não pagar os servidores, as tentativas... Já foi feita uma reforma na Previdência do Estado e as tentativas de acertar as contas estão sendo feitas, só que no limite do possível. Claro que o Estado, ao longo da história, superou muito o seu compromisso com a folha de pessoal e isso, evidentemente, compromete as finanças do meu Estado. Independentemente disso, penso que uma ajuda não pode ser exclusiva, tem de ser compartilhada com as demais regiões e com os Estados. E eu também queria cumprimentá-lo porque, como um dos maiores especialistas no Rio São Francisco, Senador Otto Alencar, quando vi a novela Velho Chico, que já acabou, eu me lembrei muito do senhor. E a morte de um dos atores, de um dos personagens principais, foi muito simbólica, a gente sentiu muito, um ator de grande qualidade, de grande talento, mas aquilo tem um simbolismo, Senador. Eu vejo como um simbolismo o que aconteceu em relação a esse episódio triste para a dramaturgia brasileira, para um artista tão festejado como Montagner, mas também um símbolo que representa a necessidade. Parece que o Rio São Francisco estava clamando: “Olhem para mim, olhem para mim!” E é o que V. Ex^a tem feito sempre em defesa desse rio, que é o rio da integração nacional. Parabéns, Senador, e sou favorável a essa medida provisória.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Agradeço a V. Ex^a e incorpoço o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Devo dizer à senhora que eu não quero me separar da senhora aqui no Senado, não. Não quero que o Rio Grande do Sul se separe da Bahia. O Rio Grande do Sul se separar da Bahia é separar Getúlio da história do Brasil, Brizola, Roberto Simon, grandes nomes que fizeram o desenvolvimento econômico do nosso País. Essa ideia separatista, com fé em Deus, não vai prosperar, até porque este é um País que tem um símbolo muito grande da mesma língua e de todos bem integrados, nordestinos, não é? No meu Estado, por exemplo, eu tenho uma colônia gaúcha no oeste da Bahia que planta soja, algodão, que trouxe fábricas, muitos que vieram também com as fábricas de calçados lá do polo calçadista do Rio Grande, de Dois Irmãos... Na minha cidade eu tenho a fábrica Pegada, que veio lá de Dois Irmãos e hoje emprega 1.500 pessoas. Fui buscar esse pessoal lá.

Portanto, nós precisamos de mais integração e do que V. Ex^a falou: um sistema político que possa dar mais autonomia financeira e administrativa aos Estados, fazer o Pacto Federativo. Tudo está concentrado no Governo Federal, em Brasília; é uma máquina administrativa pesada, que consome muito mais do que ajuda e oferece serviços públicos de boa qualidade ao povo brasileiro e ao povo da Bahia também.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Portanto, o meu pensamento é de que se concentrou demais, ao longo dos anos, o poder político, administrativo e financeiro no Governo Federal e isso isolou muito os Estados e os Municípios, até chegarem a essa situação pré-falimentar



que estamos vivendo agora. São todos os Estados, os mais ricos, os mais pobres. O que se quer, na verdade, é que todos sejam contemplados, que não exista nenhuma dificuldade entre os Estados brasileiros. Eu apenas alertei aqui sobre o valor que está sendo levado para o Rio, em fundo perdido, que é R\$2,9 bilhões. E os Estados do Nordeste pedem apenas R\$7 bilhões para complementar o seu caixa e concluir o ano pagando as contas rigorosamente em dia – de pessoal, de décimo-terceiro, de custeio operacional da máquina pública. Eu me referi apenas a isso.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu sou totalmente contra a ideia separatista, Senador Otto, pelo amor de Deus!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Felizmente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu fiz apenas a lembrança do que eu ouvi e me assustei um pouco lá no Rio Grande, na campanha eleitoral. Mas eu sou totalmente pela integração. Eu quero que estejamos muito próximos da Bahia, de Santa Catarina, do Paraná, que estejamos sempre juntos. Somos um País em que falamos a mesma língua. Só para deixar muito claro isso, pela natureza e pela sensibilidade do tema. Muito obrigada ao senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, meu parecer...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... é pela aprovação da matéria, e eu encerro aqui a minha fala.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Otto. Senador, eu queria só reforçar... V. Ex^a trouxe oportunamente o tema, defendendo exatamente a proposta de que nenhum projeto de renegociação de dívidas seja aqui aprovado, na Casa da Federação dos Estados, sem que todos os Estados estejam contemplados.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sejam contemplados, exato.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive o nosso Nordeste, que não pode ser tratado com desprezo e desrespeito, como vem sendo tratado. Eu estou só querendo sugerir que V. Ex^a possa coordenar esse trabalho, em nome da Bancada do Nordeste, e acolhendo uma proposta muito oportuna do Senador Elmano para que organizemos uma sessão geral aqui, no plenário, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senadora Fátima.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Era para reforçar isso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Exato. Eu concordo com V. Ex^a, eu acho bem procedente. Acredito que, com a nossa união no Nordeste, dos Senadores do Centro-Oeste e do Norte, poderemos, sem nenhuma dúvida, não fazer pressão, mas abrir os olhos do Governo Federal para um tratamento igualitário, harmonioso, para que a convivência política seja melhor e para que o Brasil possa sair dessa situação tão grave que atravessa agora.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois não. Pela ordem, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista o atraso do voo em que eu vim para Brasília, eu não participei das votações que ocorreram aqui, no primeiro momento. Aí, eu comunico a V. Ex^a que, se aqui estivesse, teria participado da votação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... de acordo com a orientação do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Vou concluir a apreciação da medida provisória. Nós temos um problema prático: existe uma sessão do



Congresso convocada, e eu tenho que concluir a Ordem do Dia.

Encerrada a discussão.

Votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação. (**matéria aprovada - vide item 2.2.5 do sumário**)

Eu faria só a apreciação para contar prazo.

Item 4:

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que *acrescenta o §3º ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos*.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2015

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Vicentinho Alves, que *acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos*.

Parecer sob nº 684, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável.)

Quinta e última sessão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

A matéria retorna à CCJ.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Jorge.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Deixa eu só concluir um pouquinho aqui o andamento. Já, já, eu dou a palavra a V. Exª.

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, também para contar prazo. É a quarta sessão de discussão da proposta de emenda em primeiro turno.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2016

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço, Aécio Neves e outros Senhores Senadores que *altera os §§ 1º, 2º e 3º, do art. 17 da Constituição Federal e a ele acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*. Parecer nº 767, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.) (**Emendas 3 a 5-Plen - vide item 2.2.6 do sumário**)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A PEC 113-A, também para contar prazo, de 2015.

É a seguinte a matéria apreciada:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 113-A, DE 2015

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 113A, de 2015 (nº 23/2007, na Câmara dos Deputados), que *reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (direitos eleitorais e partidos políticos)*



Parecer sob nº 443, de 2016, da CCJ, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável à Emenda nº 2-CCJ, nos termos da Emenda nº 4-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição da Emenda nº 3-CCJ.)

É a quarta sessão de discussão da proposta.

Requerimento do Senador Hélio José, em aditamento ao Requerimento nº 566, de 2016, solicitando que a sessão especial destinada a celebrar os 30 anos do Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília e os 10 anos da fundação da TV UnB, que se realizará no dia 17 de outubro, segunda-feira, passe a se realizar no dia 24 de outubro do corrente ano. (**Requerimento nº 731, de 2016 - vide item 2.2.7 do sumário**)

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Há mais um requerimento, em que o Presidente Renan Calheiros me designa para representar o Senado Federal na COP 22, do dia 7 de novembro a 18 de novembro. (**Requerimento nº 730, de 2016 - vide item 2.1.10 do sumário**)

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Fernando Bezerra.

Apresenta o **Requerimento nº 710, de 2016**, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para representar o Senado na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas, a COP 22, entre os dias 12 e 18 de novembro do corrente ano. (**Parecer nº 803/2016-CRE - vide item 2.1.8 do sumário**)

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Último requerimento.

Há sobre a mesa o Memorando nº 10, de 2016, da Comissão Especial do Código Brasileiro da Aeronáutica, solicitando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2016, perante aquele Colegiado, até o dia 30 de outubro de 2016. (**Integra do Memorando nº 10, de 2016 - vide item 2.1.3 do Sumário**)

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Encerrada a Ordem do Dia.

Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, apenas para aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, estou passando a palavra pela ordem para ela, já encerrei a Ordem do Dia.

Tenho que passar para a Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um comunicado que quero fazer, Senadora Rose.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não estou contestando a Senadora em nada. Apenas estou dizendo que segurar um quórum na Câmara dos Deputados é difícil, é isso que quero dizer.

Se ninguém quer ajudar a votar o Fies, tudo bem. Eu entrego...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso é da maior importância. Não é que ninguém. Estou aqui tentando.

A Senadora Fátima, por gentileza. Em seguida, vamos encerrar para termos a sessão do Congresso.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Serei rápida, Sr. Presidente, até porque esse comunicado aqui também é de extrema importância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por gentileza.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É o seguinte: o Deputado Júlio César, que é o Coordenador da Bancada do Nordeste, me pediu que aqui fizesse e renovasse o convite a todos os Senadores, não só da Bancada do Nordeste, mas do Norte também, para uma reunião amanhã, aqui no Anexo IV, 10º andar, no restaurante da Câmara. A pauta, Sr. Presidente, é exatamente a regulamentação da Lei nº 13.340, de 2016, que tratou do tema da renegociação das dívidas rurais. Em pauta também a questão do fortalecimento do DNOCS, da Sudene, da Sudam.



Segundo o Deputado Júlio César, vão estar presentes os Ministros da Fazenda, Agricultura, Integração Nacional e a direção do BNB, Basa, Sudene, DNOCS, CNA, entre outros.

Então é isto: amanhã, Bancada do Nordeste, a partir das 8h, no restaurante da Câmara, 10º andar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Vamos encerrar a sessão. É da maior importância a apreciação dessa matéria que trata do Fies. Temos um conjunto de estudantes de universidades que estão dependendo de que haja essa sessão do Congresso.

Portanto, está encerrada a presente sessão e imediatamente se inicia a sessão do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara dos Deputados.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 146^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Banco Central do Brasil**SENADO FEDERAL****AVISO N^º 46, DE 2016**(n^º 94/2016, na origem)

Encaminha, em cumprimento ao disposto na Lei n^º 9.069, de 29 de junho de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de Agosto de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

AUTORIA: Banco Central do Brasil**DOCUMENTOS:**

- [Texto do aviso](#)

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos[Página da matéria](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso 94/2016-BCB

Brasília, 28 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
José Renan Vasconcelos Calheiros
Presidente do Senado Federal
Senado Federal – Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília – DF

Assunto: Demonstrativo das emissões do real.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao mês de agosto de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Atenciosamente,



Ilan Goldfajn
Presidente

Anexo: 1.



Anexo ao Aviso 94/2016-BCB, de 28 de setembro de 2016

Demonstrativo das emissões do real – mês de agosto de 2016

- I. A base monetária restrita e a emissão
- II. A base monetária ampliada
- III. Os meios de pagamento (M1) e o multiplicador
- IV. Os meios de pagamento amplos
- V. Anexos



DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A média dos saldos diários da base monetária totalizou R\$237,2 bilhões em agosto, com variações de -0,1% no mês e de 3,4% em doze meses. A evolução mensal refletiu redução de 0,2% no papel-moeda emitido e crescimento de 0,5% nas reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real	
	Agosto - 2016
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2016 ^{1/} (Voto CMN nº 57/2016)	308,80
B - Emissão monetária realizada ^{2/}	237,16
b.1 - Usos ^{2/}	237,16
b.1.1 Papel-moeda emitido	203,46
b.1.2 Reservas bancárias	33,70
b.2 - Fontes	232,08
b.2.1 Saldos em 31.7.2016	235,77
b.2.1.1 Papel-moeda emitido	202,03
b.2.1.2 Reservas bancárias	33,74
b.2.2 Fluxos em agosto 2016 ^{3/}	-3,68
b.2.2.1 Operações com o Tesouro Nacional	21,10
b.2.2.2 Operações com títulos públicos federais	-19,82
b.2.2.3 Operações com o setor externo	3,94
b.2.2.4 Operações com o sistema financeiro	-8,90
C - Saldo de emissão (A - B)	71,64
D - Reservas Internacionais disponíveis	1.197,42
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	308,80
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	888,62

1/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
 2/ Média dos saldos nos dias úteis.
 3/ Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Período	Papel-moeda emitido	Base monetária e componentes								
		Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual		
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses	
2014	Jan	189 960	-4,3	10,0	45 666	9,0	-15,7	235 625	-2,0	3,9
	Fev	185 298	-2,5	9,6	42 528	-6,9	-7,3	227 827	-3,3	6,0
	Mar	183 727	-0,8	10,6	39 415	-7,3	-0,3	223 142	-2,1	8,5
	Abr	184 157	0,2	12,0	40 908	3,8	-1,6	225 065	0,9	9,2
	Mai	181 536	-1,4	9,8	41 353	1,1	-2,9	222 889	-1,0	7,2
	Jun	185 289	2,1	11,0	38 078	-7,9	2,1	223 367	0,2	9,4
	Jul	185 331	0,0	9,5	40 663	6,8	-3,8	225 994	1,2	6,8
	Ago	186 682	0,7	9,5	39 661	-2,5	-6,6	226 343	0,2	6,3
	Set	191 297	2,5	8,6	40 517	2,2	4,3	231 814	2,4	7,8
	Out	193 558	1,2	9,6	40 630	0,3	0,7	234 188	1,0	7,9
	Nov	195 743	1,1	9,0	40 299	-0,8	-4,0	236 042	0,8	6,5
	Dez	215 495	10,1	8,6	43 524	8,0	3,8	259 019	9,7	7,8
2015	Jan	206 615	-4,1	8,8	46 529	6,9	1,9	253 143	-2,3	7,4
	Fev	202 013	-2,2	9,0	39 923	-14,2	-6,1	241 936	-4,4	6,2
	Mar	199 495	-1,2	8,6	41 248	3,3	4,6	240 743	-0,5	7,9
	Abr	198 812	-0,3	8,0	39 500	-4,2	-3,4	238 311	-1,0	5,9
	Mai	196 246	-1,3	8,1	35 834	-9,3	-13,3	232 080	-2,6	4,1
	Jun	196 864	0,3	6,2	36 384	1,5	-4,4	233 248	0,5	4,4
	Jul	197 022	0,1	6,3	37 058	1,9	-8,9	234 080	0,4	3,6
	Ago	196 142	-0,4	5,1	33 268	-10,2	-16,1	229 410	-2,0	1,4
	Set	196 414	0,1	2,7	34 553	3,9	-14,7	230 967	0,7	-0,4
	Out	203 746	3,7	5,3	33 599	-2,8	-17,3	237 344	2,8	1,3
	Nov	202 744	-0,5	3,6	34 324	2,2	-14,8	237 069	-0,1	0,4
	Dez	221 478	9,2	2,8	34 872	1,6	-19,9	256 350	8,1	-1,0
2016	Jan	213 738	-3,5	3,4	37 915	8,7	-18,5	251 653	-1,8	-0,6
	Fev	209 171	-2,1	3,5	35 100	-7,4	-12,1	244 271	-2,9	1,0
	Mar	205 986	-1,5	3,3	35 131	0,1	-14,8	241 118	-1,3	0,2
	Abr	204 655	-0,6	2,9	32 707	-6,9	-17,2	237 363	-1,6	-0,4
	Mai	203 895	-0,4	3,9	34 481	5,4	-3,8	238 376	0,4	2,7
	Jun	202 900	-0,5	3,1	33 609	-2,5	-7,6	236 509	-0,8	1,4
	Jul	203 970	0,5	3,5	33 538	-0,2	-9,5	237 509	0,4	1,5
	Ago	203 465	-0,2	3,7	33 697	0,5	1,3	237 161	-0,1	3,4

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se os depósitos de instituições financeiras, que compreendem as variações nos saldos de recolhimentos compulsórios, e as operações com títulos públicos federais, com impactos contracionistas de R\$5,1 bilhões e R\$5,8 bilhões, respectivamente. Em contrapartida, as operações do Tesouro Nacional implicaram expansão de R\$5,5 bilhões.

2



Período	Fatores condicionantes da base monetária						Variação da base monetária
	Operações com o Tesouro Nacional ^{1/}	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes		
2014 Jan	22 752	- 50 951	6 172	- 8 456	3 920	- 26 563	
Fev	- 18 764	30 808	59	- 2 043	- 8 336	1 724	
Mar	2 859	4 823	3 090	- 1 223	- 6 206	3 343	
Abr	- 10 257	254	4 623	3 794	- 3 964	- 5 551	
Mai	- 4 915	- 2 281	3 402	- 1 694	- 2 202	- 7 691	
Jun	1 271	2 230	8 128	- 156	- 3 387	8 087	
Jul	7 823	- 15 677	11 402	- 5 395	2 583	736	
Ago	- 2 465	- 23 676	5 551	30 819	- 2 479	7 750	
Set	18 560	- 49 796	296	19 611	18 393	7 064	
Out	1 476	- 5 807	311	3 401	- 6 762	- 7 381	
Nov	- 1 071	- 9 555	434	12 064	8 724	10 597	
Dez	- 17 938	43 321	- 27 193	6 669	17 045	21 903	
2015 Jan	17 974	- 33 786	440	1 149	- 10 781	- 25 004	
Fev	- 11 205	- 23 838	2 287	5 755	27 292	291	
Mar	- 7 513	- 30 749	4 013	1 577	34 512	1 841	
Abr	- 10 186	35 627	- 1 433	2 185	- 31 829	- 5 636	
Mai	- 4 688	- 22 801	9 741	175	22 065	4 493	
Jun	7 615	- 18 860	4 715	7 100	- 8 125	- 7 555	
Jul	10 325	- 40 175	3 088	- 4 040	23 906	- 6 896	
Ago	- 2 603	- 6 221	583	- 2 331	17 226	6 654	
Set	180	12 683	- 27 501	- 27 229	38 599	- 3 269	
Out	16 049	12 998	- 1 723	2 881	- 19 030	11 174	
Nov	11 750	10 070	- 8 170	1 548	- 11 972	3 226	
Dez	31 967	- 18 964	- 1 077	- 7 278	7 794	12 442	
2016 Jan	- 5 252	- 28 721	527	1 716	16 769	- 14 960	
Fev	2 042	18 812	- 325	3 420	- 11 718	12 231	
Mar	8 517	34 819	- 18 973	8 303	- 42 697	- 10 030	
Abr	- 5 077	- 1 188	12 723	5 490	- 12 335	- 387	
Mai	4 611	- 18 403	13 865	- 5 304	3 054	- 2 177	
Jun	14 928	7 551	- 2 602	- 2 429	- 22 737	- 5 288	
Jul	30 176	- 48 446	19 234	3 426	1 777	6 167	
Ago	5 464	- 5 840	4 268	- 4 718	- 4 250	- 5 077	

1/ Não inclui operações com títulos.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$ 4.505 bilhões em agosto, apresentando crescimento de 1,2% no mês e 14,1% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira da Autoridade Monetária expandiu 1,3% no mês, alcançando R\$3.910 bilhões. Esse resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.



3



Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Títulos públicos federais ^{1/}			Total	Variação percentual		
				Títulos do Tesouro Nacional				Mês	12 meses	
		Remunerados ^{2/}	Não remunerados ^{3/}	Posição de carteira	Financiamento ^{4/}	Total				
2014										
Jan	222 947	330 668	4 067	1965 001	663 583	2628 584	3186 266	2,3	9,4	
Fev	224 671	336 006	4 029	1988 311	626 879	2615 190	3179 896	-0,2	8,8	
Mar	228 014	339 970	4 017	2004 771	631 000	2635 771	3207 772	0,9	9,0	
Abr	222 463	339 115	4 185	2043 159	623 092	2666 251	3232 014	0,8	9,3	
Mai	214 772	342 279	4 229	2034 829	646 698	2681 527	3242 807	0,3	9,1	
Jun	222 859	344 909	4 195	2116 492	615 196	2731 688	3303 650	1,9	9,9	
Jul	223 595	351 835	4 070	2090 896	686 529	2777 425	3356 924	1,6	10,3	
Ago	231 345	314 965	654	2073 493	733 010	2806 503	3353 467	-0,1	9,8	
Set	238 409	297 712	677	2072 472	805 432	2877 905	3414 703	1,8	10,5	
Out	231 028	296 845	702	2056 551	868 988	2925 539	3454 115	1,2	11,2	
Nov	241 626	286 850	685	2103 064	856 133	2959 197	3488 357	1,0	12,1	
Dez	263 529	282 333	738	2187 245	791 573	2978 819	3525 418	1,1	13,2	
2015										
Jan	238 525	284 379	689	2136 827	901 191	3038 018	3561 611	1,0	11,8	
Fev	238 816	280 813	592	2214 990	881 652	3096 642	3616 863	1,6	13,7	
Mar	240 656	281 536	596	2331 347	848 887	3180 234	3703 022	2,4	15,4	
Abr	235 020	282 179	572	2346 144	832 311	3178 456	3696 227	-0,2	14,4	
Mai	239 513	285 113	600	2383 344	851 686	3235 030	3760 256	1,7	16,0	
Jun	231 959	280 545	776	2471 395	816 134	3287 529	3800 809	1,1	15,0	
Jul	225 063	287 781	867	2493 171	884 758	3377 929	3891 639	2,4	15,9	
Ago	231 716	293 048	2 145	2569 871	851 631	3421 502	3948 412	1,5	17,7	
Set	228 447	323 316	2 131	2628 466	836 390	3464 855	4018 750	1,8	17,7	
Out	239 621	323 524	2 168	2552 177	948 980	3501 157	4066 470	1,2	17,7	
Nov	242 847	325 555	2 209	2616 758	905 954	3522 712	4093 323	0,7	17,3	
Dez	255 289	336 324	2 257	2692 044	894 542	3586 586	4180 456	2,1	18,6	
2016										
Jan	240 329	338 349	2 206	2672 628	1008 414	3681 042	4261 926	1,9	19,7	
Fev	252 560	338 424	2 208	2739 590	960 906	3700 496	4293 688	0,7	18,7	
Mar	242 530	333 846	2 222	2793 668	893 147	3686 814	4265 412	-0,7	15,2	
Abr	242 143	331 469	2 267	2677 130	1015 039	3692 169	4268 048	0,1	15,5	
Mai	239 966	340 871	2 261	2746 855	1001 779	3748 634	4331 731	1,5	15,2	
Jun	234 678	346 707	2 216	2826 075	949 044	3775 119	4358 720	0,6	14,7	
Jul	240 845	348 027	2 202	2820 087	1040 093	3860 180	4451 254	2,1	14,4	
Ago	235 769	356 593	2 674	2817 084	1092 950	3910 035	4505 070	1,2	14,1	

1/ Títulos avaliados pela curva do rendimento do papel. Inclui emissões/resgates de títulos públicos federais sem impacto monetário.

2/ Depósitos vinculados ao SBPE: 6,17% a.a.+ TR. Depósitos a prazo e exigibilidade adicional sobre depósitos à vista, a prazo e de poupança: SELIC, recursos de poupança não direcionados ao financiamento imobiliário e rural: 80% (Remuneração: 6,17% a.a. + TR se meta Selic for maior que 8,5% a.a. ou 70% da meta Selic + TR se meta Selic igual ou menor que 8,5% a.a.)

3/ A partir de fevereiro/2003 inclui os recursos de depósitos prévios para compensação e, a partir de agosto/2004, os recursos de depósitos à vista não aplicados em microfinanças e os decorrentes de deficiências de exigibilidades de aplicações em crédito rural.

4/ Inclui posições de financiamento líquido no dia do BCB/DEMAB (-) oversold (+) undersold, e posições da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Os meios de pagamento e o multiplicador

O saldo médio diário dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$301,4 bilhões em agosto, com retração mensal de 0,9%, decorrente dos recuos de 1,3% nos depósitos à vista e 0,6% no papel-moeda em poder do público. Em doze meses, o M1 cresceu 0,6%.

Meios de pagamento (M1) e componentes
Média dos saldos nos dias úteis

Período	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual		R\$ milhões
		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses		No mês	Em 12 meses	
2014										
Jan	156 016	-3,8	11,6	167 196	-5,4	4,1	323 212	-4,7	7,6	
Fev	152 296	-2,4	12,2	159 563	-4,6	3,1	311 860	-3,5	7,3	
Mar	150 724	-1,0	11,2	159 640	0,0	3,4	310 364	-0,5	7,0	
Abr	150 826	0,1	12,2	161 508	1,2	3,7	312 334	0,6	7,6	
Mai	149 336	-1,0	10,3	156 816	-2,9	1,1	306 152	-2,0	5,3	
Jun	151 688	1,6	11,0	155 636	-0,8	-2,5	307 324	0,4	3,7	
Jul	152 616	0,6	9,8	156 274	0,4	-3,5	308 890	0,5	2,6	
Ago	153 868	0,8	9,7	152 620	-2,3	-3,1	306 487	-0,8	2,9	
Set	159 053	3,4	9,7	156 894	2,8	-1,0	315 946	3,1	4,1	
Out	159 879	0,5	10,3	157 176	0,2	-0,3	317 055	0,4	4,8	
Nov	161 929	1,3	10,5	157 351	0,1	-1,6	319 280	0,7	4,2	
Dez	177 339	9,5	9,3	173 055	10,0	-2,1	350 394	9,7	3,4	
2015										
Jan	170 219	-4,0	9,1	161 819	-6,5	-3,2	332 039	-5,2	2,7	
Fev	166 071	-2,4	9,0	156 261	-3,4	-2,1	322 332	2,9	3,4	
Mar	166 038	0,0	10,2	150 195	-3,9	-5,9	316 234	-1,9	1,9	
Abr	164 614	-0,9	9,1	146 729	-2,3	-9,2	311 344	-1,5	-0,3	
Mai	163 005	-1,0	9,2	143 341	-2,3	-8,6	306 346	-1,6	0,1	
Jun	163 804	0,5	8,0	140 467	-2,0	-9,7	304 271	-0,7	-1,0	
Jul	164 264	0,3	7,6	141 358	0,6	-9,5	305 622	0,4	-1,1	
Ago	163 394	-0,5	6,2	136 243	-3,6	-10,7	299 637	-2,0	-2,2	
Set	163 124	-0,2	2,6	134 582	-1,2	-14,2	297 706	-0,6	-5,8	
Out	168 846	3,5	5,6	133 872	-0,5	-14,8	302 718	1,7	-4,5	
Nov	168 655	-0,1	4,2	133 869	0,0	-14,9	302 524	-0,1	-5,2	
Dez	184 472	9,4	4,0	147 875	10,5	-14,6	332 347	9,9	-5,2	
2016										
Jan	177 893	-3,6	4,5	140 805	-4,8	-13,0	318 698	-4,1	-4,0	
Fev	174 192	-2,1	4,9	136 166	-3,3	-12,9	310 358	-2,6	-3,7	
Mar	172 127	-1,2	3,7	132 348	-2,8	-11,9	304 475	-1,9	-3,7	
Abr	171 085	-0,6	3,9	132 326	0,0	-9,8	303 410	-0,3	-2,5	
Mai	170 835	-0,1	4,8	131 857	-0,4	-8,0	302 692	-0,2	-1,2	
Jun*	170 084	-0,4	3,8	128 990	-2,2	-8,2	299 074	-1,2	-1,7	
Jul*	171 082	0,6	4,2	133 055	3,2	-5,9	304 138	1,7	-0,5	
Ago*	170 054	-0,6	4,1	131 373	-1,3	-3,6	301 427	-0,9	0,6	

* Dados preliminares.

O multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, recuou de 1,28 para 1,27 em agosto.




Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$C = \frac{PMPP}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{RB}{DV}$	$K = \frac{1}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
	2014					
Jan		0,48	0,52	0,20	0,27	1,37
Fev		0,49	0,51	0,21	0,27	1,37
Mar		0,49	0,51	0,21	0,25	1,39
Abr		0,48	0,52	0,21	0,25	1,39
Mai		0,49	0,51	0,21	0,26	1,37
Jun		0,49	0,51	0,22	0,24	1,38
Jul		0,49	0,51	0,21	0,26	1,37
Ago		0,50	0,50	0,22	0,26	1,35
Set		0,50	0,50	0,21	0,26	1,36
Out		0,50	0,50	0,21	0,26	1,35
Nov		0,51	0,49	0,21	0,26	1,35
Dez		0,51	0,49	0,22	0,25	1,35
2015						
Jan		0,51	0,49	0,22	0,29	1,31
Fev		0,52	0,48	0,23	0,26	1,33
Mar		0,53	0,47	0,22	0,27	1,31
Abr		0,53	0,47	0,23	0,27	1,31
Mai		0,53	0,47	0,23	0,25	1,32
Jun		0,54	0,46	0,24	0,26	1,30
Jul		0,54	0,46	0,23	0,26	1,31
Ago		0,55	0,45	0,24	0,24	1,31
Set		0,55	0,45	0,25	0,26	1,29
Out		0,56	0,44	0,26	0,25	1,28
Nov		0,56	0,44	0,25	0,26	1,28
Dez		0,56	0,44	0,25	0,24	1,30
2016						
Jan		0,56	0,44	0,25	0,27	1,27
Fev		0,56	0,44	0,26	0,26	1,27
Mar		0,57	0,43	0,26	0,27	1,26
Abr		0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
Mai		0,56	0,44	0,25	0,26	1,27
Jun		0,57	0,43	0,25	0,26	1,26
Jul		0,56	0,44	0,25	0,25	1,28
Ago		0,56	0,44	0,25	0,26	1,27

1/ Onde :

C - Preferência do público por papel-moeda
 PMPP - Papel-moeda em poder do público
 M1 - Meios de pagamento
 D - Preferência do público por depósitos à vista
 DV - Depósitos à vista

R1 - Taxa de encaixe em moeda corrente
 CX - Encaixe de moeda corrente
 R2 - Taxa de reservas bancárias
 RB - Reservas bancárias
 K - Multiplicador da base monetária
 B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

O saldo dos meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos de poupança e títulos privados, expandiu-se 0,5% em agosto, totalizando R\$2,3 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança, que somou R\$643,7 bilhões, manteve-se praticamente inalterado na comparação com o mês anterior, após registrar resgates líquidos de R\$4,5 bilhões. O saldo dos títulos privados variou 0,9%, atingindo R\$1,3 trilhão, após registrar captações líquidas de R\$6,8 bilhões em depósitos a prazo.




O conceito M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, elevou-se 1,2% no mês, totalizando R\$ 5,1 trilhões. O saldo das quotas de fundos de renda fixa cresceu 2%, totalizando R\$2,6 trilhões, enquanto as operações compromissadas, cujo saldo alcançou R\$210 bilhões, recuaram 1% em relação a julho. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou contração de 0,5% no mês e expansão de 11,5% nos últimos doze meses, totalizando R\$5,9 trilhões.

Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados ^{1/}	M2	Quotas de fundos de renda fixa ^{2/}	Operações compromissadas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos Federais (Selic)	M4	Variação percentual	
										No mês	Em 12 meses
2014											
Jan	313 132	604 825	1 023 775	1 941 731	1 740 245	145 955	3 827 931	588 619	4 416 550	0,3	7,5
Fev	316 246	609 877	1 034 588	1 960 711	1 758 328	134 133	3 853 172	621 991	4 475 163	1,3	8,7
Mar	309 930	614 876	1 047 747	1 972 553	1 785 131	119 400	3 877 085	634 151	4 511 235	0,8	8,7
Abr	309 227	616 831	1 057 385	1 983 443	1 790 695	140 598	3 914 735	640 404	4 555 139	1,0	8,9
Mai	303 690	622 340	1 076 372	2 002 402	1 825 309	140 806	3 968 518	652 238	4 620 756	1,4	9,4
Jun	305 835	628 926	1 088 118	2 022 880	1 851 408	127 276	4 001 564	675 123	4 676 688	1,2	10,3
Jul	302 285	636 447	1 092 826	2 031 558	1 874 805	151 678	4 058 040	669 603	4 727 644	1,1	11,1
Ago	306 457	640 564	1 101 150	2 048 171	1 922 119	189 669	4 159 959	678 934	4 838 893	2,4	13,0
Set	313 959	645 474	1 112 909	2 072 342	1 939 101	193 070	4 204 513	671 654	4 876 167	0,8	12,3
Out	312 803	649 650	1 118 555	2 081 008	1 960 670	192 267	4 233 945	706 021	4 939 966	1,3	13,1
Nov	326 330	655 806	1 125 369	2 107 505	1 975 576	199 193	4 282 275	717 512	4 999 787	1,2	14,1
Dez	351 603	664 847	1 134 233	2 150 684	1 974 912	193 889	4 319 484	673 649	4 993 133	-0,1	13,4
2015											
Jan	321 695	663 517	1 142 078	2 127 291	2 002 469	205 757	4 335 516	713 487	5 049 003	1,1	14,3
Fev	318 950	660 210	1 151 600	2 130 760	2 034 320	182 892	4 347 973	717 335	5 065 308	0,3	13,2
Mar	315 360	660 047	1 151 727	2 127 134	2 068 976	174 323	4 370 433	770 412	5 140 846	1,5	14,0
Abr	306 876	650 445	1 178 589	2 135 910	2 095 374	174 911	4 406 195	761 696	5 167 891	0,5	13,5
Mai	305 873	651 079	1 194 905	2 151 857	2 139 345	184 152	4 475 354	771 854	5 247 208	1,5	13,6
Jun	305 973	648 879	1 199 380	2 154 232	2 160 456	165 162	4 479 850	797 277	5 277 126	0,6	12,8
Jul	299 397	650 714	1 211 809	2 161 921	2 185 795	159 489	4 507 205	771 574	5 278 779	0,0	11,7
Ago	297 344	647 540	1 218 523	2 163 406	2 193 829	161 530	4 518 764	795 176	5 313 941	0,7	9,8
Set	295 811	646 606	1 225 047	2 167 464	2 209 992	163 270	4 540 725	778 651	5 319 376	0,1	9,1
Out	299 193	647 198	1 254 464	2 200 854	2 246 957	176 798	4 624 608	761 177	5 385 785	1,2	9,0
Nov	311 288	649 997	1 259 000	2 220 286	2 255 584	180 555	4 656 424	787 463	5 443 887	1,1	8,9
Dez	334 417	659 006	1 292 298	2 285 721	2 277 820	195 771	4 759 312	795 021	5 554 333	2,0	11,2
2016											
Jan	309 171	650 997	1 288 755	2 248 923	2 298 656	204 565	4 752 144	829 633	5 581 777	0,5	10,6
Fev	306 535	648 290	1 292 811	2 247 636	2 343 263	216 718	4 807 617	816 936	5 624 554	0,8	11,0
Mar	300 106	647 003	1 298 270	2 245 380	2 401 044	218 686	4 865 110	854 015	5 719 124	1,7	11,2
Abr	302 381	642 773	1 296 396	2 241 551	2 434 568	213 411	4 889 530	864 845	5 754 375	0,6	11,3
Mai	298 156	640 247	1 313 741	2 252 143	2 459 341	214 016	4 925 500	852 308	5 777 808	0,4	10,1
Jun*	299 480	640 117	1 319 985	2 259 581	2 479 889	211 573	4 951 043	885 539	5 836 582	1,0	10,6
Jul*	297 928	642 407	1 326 979	2 267 313	2 525 456	211 986	5 004 755	870 393	5 875 147	0,7	11,3
Ago*	297 238	643 659	1 339 571	2 280 468	2 575 698	209 969	5 066 135	856 264	5 922 399	0,8	11,5

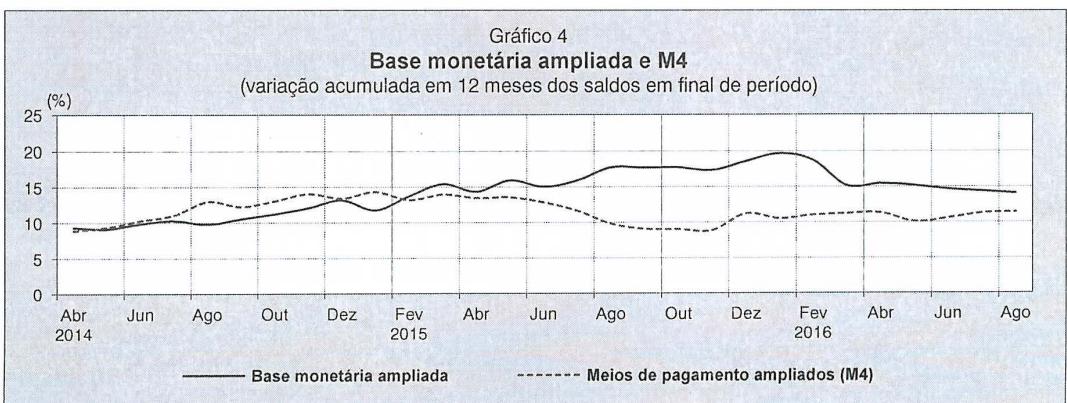
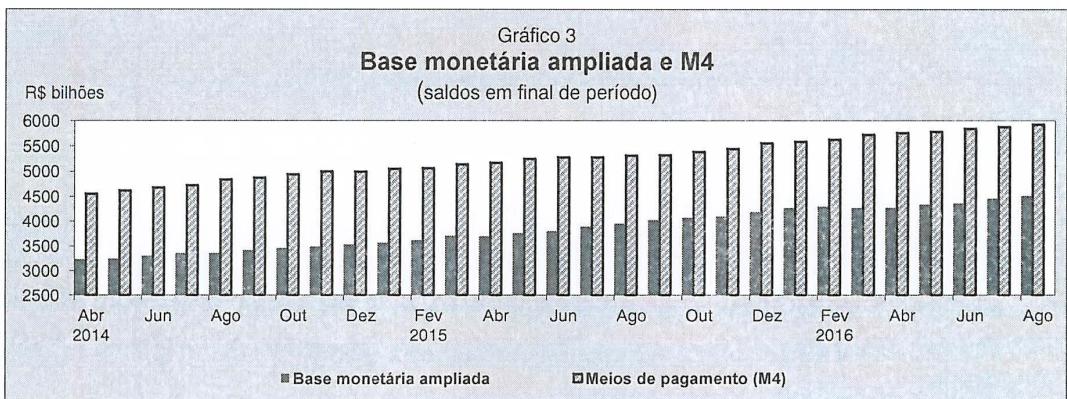
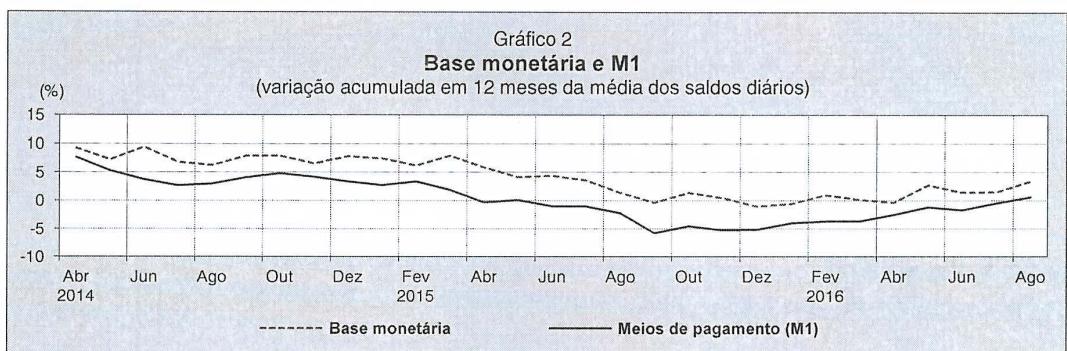
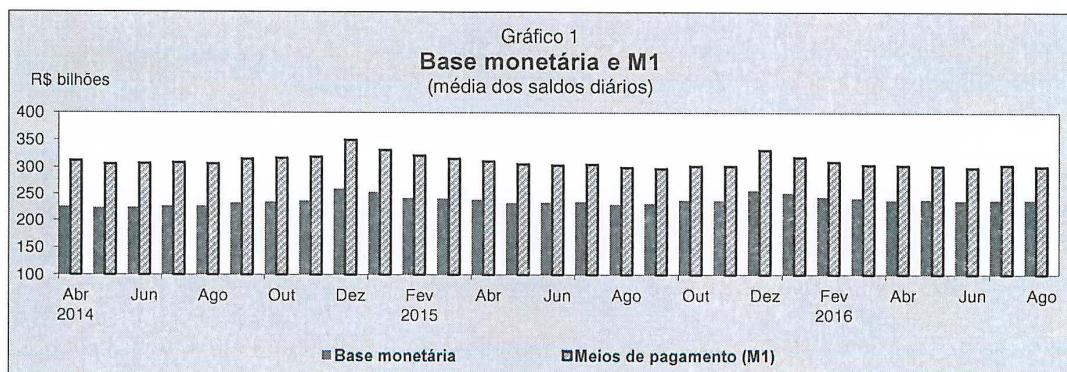
1/ - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias, letras imobiliárias, Letras de Crédito do Agronegócio, Letras de Crédito Imobiliário e Letras Financeiras.

2/ - Exclui lastro em títulos emitidos primariamente por instituição financeira.

3/ - As aplicações do setor não-financeiro em operações compromissadas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 1999, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1991.

* Dados preliminares

V – Anexo



Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.
2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
"Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:
 - (I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;
 - (II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;
 - (III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

9



3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

4. Em conformidade com o expresso no § 4º do artigo 4º da Lei nº 9.069, o Voto CMN nº 84/94, que deu origem a Resolução nº 2 082, de 30.6.94, dispôs sobre os limites de emissão e a manter forma de lastreamento da nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, determinando que, para efeito do cumprimento dos limites de emissões autorizadas, o volume de emissões realizadas será apurado pela média dos saldos diários da base monetária.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de



exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural; e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

L



Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 753, de 2016, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.450/2016, proferido nos autos do TC 007.325/2016-9, com informações atinentes ao Requerimento nº 137, de 2016, do Senador Ronaldo Caiado. As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente. O Requerimento vai ao Arquivo.

Comunicações



SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. Nº 0054/2016-BLOMOD

*Abaixo segue
facan as
informações
solicitadas.
Em 07/10/2016
Fernando Collor*

Brasília, 04 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senador **Marcello Crivella (PRB/RJ)**, para integrar as seguintes Comissões no Senado Federal, em vagas anteriormente ocupadas pelo Senador **Eduardo Lopes (PRB/RJ)**.

Como Titular:

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE;
Comissão de Assuntos Sociais – CAS;
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ;
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT;
Conselho do Projeto Jovem Senador – PJS;
Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN;
Conselho do Diploma Bertha Lutz – CDBL;
Conselho da Comenda Dorina de Gouvêa Nowill – CDGN;
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento – CSAN;
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes – DJEM;
Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico – PJRM.

Como Suplente:

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE;
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH;
Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN.

Atenciosamente,

Fernando Collor
Senador FERNANDO COLLOR
 Líder do Bloco Moderador
 PTB – PR – PSC – PRB – PTC





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

Designo.
à Publicação

Cyntia 4/10/2016

OF. N° 0058/2016-BLOMOD

Brasília, 04 de outubro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Marcelo Crivella** (PRB/RJ), para compor, como membro **Titular**, a **Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CEDN**.

Atenciosamente,

Fernando Collor

Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

RECEBIDO EM: 04/10/2016
HORAS: 16:34

[Signature]
Cynthia Anatália de Jesus Miranda
Mat.: 292257 SFSL (SGM)





SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Li publicado.
Fazendo a
substituição
mencionada.

Em 16
Janeiro

Ofício nº 102/2016 – GLBPRD

Brasília, 3 de outubro de 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o **Senador Lasier Martins** como titular na Comissão de Assuntos Econômico - CAE, em substituição ao **Senador Acir Gurgacz**, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Senador Humberto Costa

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Nome: Sophia A.
Rubrica: Sophia Almeida
Matrícula: 5257
Data: 04/10/2016
Horas: 11:21





SENADO FEDERAL

Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

*ci. Publicação,
Design.
Em 11
J. m...*

Ofício nº 103/2016 – GLBPRD

Brasília, 3 de outubro 2016

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o **Senador Telmário Mota** como titular e o **Senador Pastor Valadares**, suplente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Senador Humberto Costa

Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal

Nome legível: Sophia A.
 Rubrica: Sophia A.
 Matrícula: SLSE
 Data: 09/10/2016
 Hora: 11:22





OF. 090/2016/CAE

Brasília, 13 de setembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

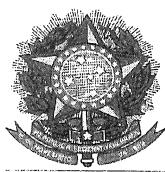
Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 27^a Reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 13 de setembro de 2016, foi dado conhecimento à comissão do Aviso nº 43 de 2016 (Aviso nº 91/2016-BCB), de 26 de agosto de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de julho de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Informo, ainda, que a referida matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente,


Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos





*Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Memorando nº 010/2016 – CEAERO

Em 4 de outubro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Solicitação de prorrogação do prazo de emendas para o PLS nº 258, de 2016.**

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da Comissão Especial destinada a analisar o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica, e, com base no art. 374, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a prorrogação do prazo para a apresentação de emendas ao referido projeto perante este colegiado até o dia 30 de outubro de 2016, nos termos do Requerimento nº 015/2016-CEAERO, o qual segue em anexo.

Respeitosamente,

Senador Vicentinho Alves
Presidente da CEAERO



Discurso encaminhado à publicação

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a cada eleição que passa, ressurge debate público o tema da reforma política. Os períodos de campanhas eleitorais parecem despertar, na memória do brasileiro, a lembrança do quanto nosso sistema político-partidário está desgastado. O eleitor não se identifica com aqueles que se apresentam pedindo votos para representá-lo. A grande maioria das siglas partidárias não significam nada, no sentido de permitir ao eleitor diferenciar um candidato de outro, ou distinguir o conjunto de ideias que cada um representa. A impressão que fica, para o eleitor, aquilo que se ouve nas conversas entre familiares e amigos, é que, ao fim, “são todos iguais”.

O elevado índice de abstenção das eleições municipais deste ano, em quase 17%, embora também seja explicado pela falta de recadastramento de eleitores em algumas cidades, é um sintoma do desânimo do eleitorado em relação à escolha de seus representantes.

A crise da representatividade política faz aumentar o sucesso daqueles candidatos que se apresentam como “não políticos”, ou como “não políticos profissionais”, mesmo que, na prática, abracem a política com muito profissionalismo. É a mesma conjuntura que favorece a eleição de celebridades, subcelebridades e outras figuras que se lançam na disputa.

No fundo, o eleitor é movido esperança, pelo desejo de mudança.

Esse impulso, sem dúvida, é fundamental para a saúde da democracia. A renovação é importante e necessária. Precisamos, realmente, que nossa vida política seja “oxigenada”, com novas ideias, novos quadros, novas lideranças.

Só não podemos acreditar na ilusão de que basta a renovação para termos uma nova política. O problema da representação, que é o distanciamento entre eleitos e eleitores, depende de reformas em nosso sistema

A cada eleição, a reforma política ganha novo fôlego. Aqui, no Senado Federal, temos debatido e aprovado matérias importantes. Esperamos que a Câmara dos Deputados possa agir de maneira concertada com esta Casa, para que, desta vez, possamos apresentar à população uma verdadeira reforma política.

Neste momento, temos na Ordem do Dia do Senado Federal duas Propostas de Emenda à Constituição: a PEC nº 113-A, de 2015, que veio da Câmara dos Deputados e da qual fui relator na Comissão de Constituição e Justiça; e a PEC nº 36, de 2016, subscritas inicialmente pelos senadores Ricardo Ferraço e Aécio Neves, relatada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

As duas PECs tratam de um tema que será fundamental para dar mais consistência ao nosso sistema partidário, hoje composto por 35 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, sendo 27 com representação na Câmara dos Deputados.

Essa fragmentação é deletéria à governabilidade e fragiliza a própria democracia. Temos um pluripartidarismo extremado, em que partidos deixam de representar distintas correntes políticas, diferentes conjunto de doutrinas ou ideais organizados para conduzir os rumos da sociedade. Eles passam a existir, tão somente, como instrumentos de acesso ao poder, muitas vezes espelhando projetos e ambições personalíssimas.

É por isso que a proposta de uma cláusula de barreira – ou melhor, cláusula de desempenho para funcionamento parlamentar –, tal como proposto pelas PECs que votaremos, aqui, em breve, é salutar para melhoria do nosso sistema partidário. Precisamos pensar em formas efetivas de redução do número de partidos políticos existentes no País, sem ferir os princípios constitucionais do pluralismo político e do pluripartidarismo.

A PEC 113-A propõe uma cláusula desempenho de 1,5% em 2018, para chegar a 2% dos votos válidos do ano de 2022 em diante. A PEC 36 propõe 2% já em 2018, chegando a 3% de 2022 em Debateremos, aqui, qual o percentual será mais ajustado a nossa realidade política, de forma que não cheguemos a números que comprometam a liberdade de associação partidária e o pluripartidarismo.

Em boa hora, a Comissão de Constituição e Justiça incorporou, na PEC 36, a federação de partidos, extinguindo as coligações nas eleições proporcionais, mas permitindo a sobrevivência de partidos pequenos em torno de uniões duradouras, de caráter programático, como são as federações de partidos.



Documentos encaminhados à publicação

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– PCdoB/CE repudia agressão policial contra Inácio Arruda e militantes.

PCdoB/CE repudia agressão policial contra Inácio Arruda e militantes

Em nota divulgada nesta segunda-feira (02), a direção estadual do PCdoB no Ceará condena a postura truculenta da polícia durante as eleições na Capital que vitimou, dentre outros cidadãos, militantes comunistas. No documento, o Partido afirma este não é “um fato isolado e se insere num projeto das forças de inspiração fascista”. Leia a seguir a íntegra do documento:



O ex-senador foi agredido por policiais que tentava impedir a prisão de militantes do PCdoB

O PCdoB do Ceará manifesta profundo repúdio à brutal violência policial registrada no final da tarde deste domingo, de outubro, no Campus Fortaleza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), pouco antes das 17h, próximo ao encerramento do horário de votação das eleições municipais.

A violência extrema e conduta arbitrária dos policiais ficaram claras, desde o início, quando jovens mulheres, eleitoras de diferentes candidatos e partidos, sentadas em um banco de jardim no pátio do IFCE, conversavam amistosamente e foram abordadas por policiais militares em função de uma suposta denúncia de campanha irregular.

Avisados por sua filha, uma das vítimas, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará, o ex-senador Inácio Arruda e sua esposa a médica Teresinha Braga Monte, ao chegarem ao local, tentaram através do diálogo evitar a continuidade da violência. Não conseguiram seu intento e passaram a ser objeto da agressão policial, juntamente com suas filhas e filho, além da dirigente estadual do PCdoB Andrea Oliveira, acompanhada de seu filho menor e da presidente estadual da União da Juventude Social (UJS) Germana Amaral, entre outros.



plena luz do dia e diante do olhar incrédulo de dezenas de pessoas que presenciaram aquelas cenas de barbaridade foi registrada em inúmeros vídeos que circulam nas redes sociais e na imprensa, desde o final da tarde do domingo. As vítimas foram levadas à Poli Federal onde prestaram depoimento e depois se dirigiram ao Instituto Médico Legal (IML) na madrugada desta segunda-feira.



Esses fatos se somam a inúmeros outros ocorridos nos últimos meses em Fortaleza, a exemplo da chacina da Messejana, das agressões às mulheres do MST em frente ao Palácio da Abolição, da repressão à manifestação pacífica por ocasião do 7 de setembro na Beira-Mar, entre tantos outros episódios. O que evidencia uma escalada da violência policial contra os movimentos sociais nosso povo trabalhador e a juventude. Aliás,

bom que se registre que o mesmo vem ocorrendo, nos últimos meses, em várias outras unidades da federação, fruto de um clima que instiga ódio e preconceito na sociedade.

Portanto, não é um fato isolado e se insere num projeto maior das forças de inspiração fascista que se utilizam de setores do aparato policial militar, sob sua influência, visando intimidar os que não concordam e se opõem ao projeto autoritário, inclusive no período eleitoral, com o objetivo claro de beneficiar determinados candidatos, identificados com essas posturas.

Nesse sentido, alertamos e conclamamos a sociedade cearense para repudiar essa prática violenta e intimidatória, seja no dia a dia da sociedade seja nos períodos eleitorais, notadamente neste segundo turno.

Por fim, o Comitê Estadual do PCdoB repudia o comportamento dos integrantes da Polícia Militar envolvidos na ação e exige imediata e rigorosa apuração dos fatos, com a responsabilização dos culpados por este e os demais episódios que, neste caso de ontem entra para a história dos processos eleitorais de Fortaleza como uma de suas piores e mais tristes passagens, despertando intensa indignação em todos aqueles que defendem a justiça e a democracia.

*Comitê Estadual do PCdoB do Ceará
Fortaleza, 3 de outubro de 2016*



DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– 45^a Nota Pública do Fórum Nacional de Educação.

**45^a Nota Pública do Fórum Nacional de Educação –
Sobre a Medida Provisória relativa ao ensino médio**

Brasília, 22 de setembro de 2016

Ad referendum

O Governo Federal editou a Medida Provisória (MP)¹ com a intenção de promover (re)organização curricular e outras alterações para a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio, tema tão caro aos que se preocupam com a educação nacional. Preliminarmente, convém registrar que se trata de grave equívoco, já que mudanças estruturais na educação, especialmente no Ensino Médio, são necessárias e, portanto, exigem ampla, responsável e qualificada discussão entre os(as) educadores(as), educandos(as), pais, mães, responsáveis, gestores(as), pesquisadores(as) em todo o país. Consequentemente, não pode dispensar e descuidar de ampla participação, compreensão e consenso entre entidades, movimentos e instituições. Ademais, deve considerar as dimensões de nosso país, sua rica diversidade e, também, as enormes desigualdades que ainda o caracterizam.

A edição de uma Medida Provisória, gestada em gabinetes e construída a poucas mãos, para tratar de tema tão fundamental e complexo para a educação do país, não é instrumento adequado e não pode prosperar.

Ademais, a proposição ignora o debate que vem sendo travado, com centralidade, há anos, pelo campo educacional, pela sociedade e pelo próprio Congresso Nacional. De maneira impositiva, solitária e açodada, pretende o Executivo, por meio do instrumento excepcional da MP, resolver questões complexas de reorganização curricular, pedagógica e formativa que impactarão, inadvertidamente, nada menos que 26 estados, o Distrito Federal, 5570 municípios e milhões de profissionais da educação, estudantes e estabelecimentos públicos e privados, além do próprio Executivo Federal.

O governo Temer erra no método e no processo, restritivos e impeditivos do debate e do encaminhamento adequado sobre a matéria nas redes e sistemas de educação e, também, erra no conteúdo e suas repercuções no país, o que gerará mais atrasos e retrocessos em face da necessária formulação e implementação de medidas consistentes e bem fundamentadas para o Ensino Médio. A proposição do governo Temer, em linhas gerais:

- a. reforça a **fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar** que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, amplamente debatidas, buscaram enfrentar;
- b. **não trata de questões basílicas**, como as condições objetivas e infraestruturais das escolas, a profissionalização e valorização dos profissionais da educação, a relação discente-turma-docente, a inovação nas/das práticas pedagógicas, entre outros aspectos;
- c. **empobrece a formação** para reduzir custos e precarizar o trabalho docente, desconhecendo que para a oferta de qualquer modelo formativo é necessário enfrentar o déficit de docentes em muitas áreas;

¹A MP Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.



- d. pretende eliminar a estreita e fundamental relação entre o **conhecimento tratado na escola e sua relação com a sociedade** que o produz;
- e. induz, de forma quase compulsória e nada clara, a **educação integral**, sem deixar explicitas quais concepções a presidirão e em que condições objetivas de apoio do Governo Federal se dará sua implementação que, assim, será provavelmente “progressivamente ampliada” ao arrepio de gestores não consultados, de docentes sobrecarregados, de educandos que trabalham e de escolas sem condições objetivas;
- f. torna o **inglês obrigatório** sem ocupar-se das objetivas e distintas realidades das redes e sistemas, abrindo enorme flanco para sua oferta por “grupos e empresas interessadas” junto à redes e sistemas fragilizados e compelidos a cumprir uma obrigação;
- g. retoma a discussão sobre organização curricular com base em **temas transversais** às disciplinas, reeditando formato experimentado em período recente da educação brasileira a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais anteriores às que estão em vigência, e que se mostrou inócuo;
- h. ignora a **instância permanente de negociação e cooperação** entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, plural, prevista pelo PNE e editada, em caráter transitório, pela Portaria nº 619 de 24 de junho de 2015, ao tratar dos processos de escuta e aprovação para inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na BNC;
- i. busca ressignificar e restringir o objetivo da BNC, **repositionando os conceitos de competências, habilidades e expectativas de aprendizagem**;
- j. dispensa, na prática, o corpo, a alma, a estética e a ética dos nossos jovens com a supressão **das artes, da educação física, da sociologia e da filosofia** que, ao contrário de serem reconhecidas como campos fundamentais para o desenvolvimento integral da pessoa e o desenvolvimento da cidadania, são vistas como coisas que atrapalham a formação;
- k. refere-se aos **aspectos socioemocionais** e, no contexto de uma proposição restritiva, abre-se oportunidade para sua mensuração;
- l. possibilita a ampliação da presença do "setor produtivo" no campo da **formação técnica e profissional**;
- m. abre enorme espaço para a **pressão local de grupos interessados** sobre os sistemas ao tratar das possibilidades de cumprimento de exigências curriculares do Ensino Médio, “mediante regulamentação própria” dos sistemas;
- n. vilipendia a formação docente e **desmonta a meta 15** constante da Lei nº 13.005/14, do Plano Nacional de Educação, ao cristalizar a atuação de “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”, sem estabelecer qualquer diálogo com conselhos de educação e instituições formadoras;
- o. propõe, em um contexto de precaríssima discussão no campo e junto às instituições, bem como a pretexto de abrir espaços para novos formatos de aproveitamento de estudos e carga horária, a **convalidação de conteúdos cursados** para aproveitamento de créditos na Educação Superior, abrindo “uma avenida” para a conclusão aligeirada e sem qualidade nas Licenciaturas;
- p. propõe à comunidade educacional “**um salto no escuro**” ao sugerir a necessária substituição de disciplinas por “**itinerários formativos**” ancorados em uma Base Nacional Comum ainda não concluída e em uma articulação com o mercado de trabalho, alicerçados na reedição da dualidade e fragmentação entre a educação que será oferecida aos jovens das elites (formação intelectual) e aos jovens trabalhadores e filhos e filhas de trabalhadores (formação manual), reeditando o modelo do período ditatorial, marcado pelo viés eficienticista e mercadológico;
- q. propõe uma “**Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**” que, no contexto das medidas regressivas de ajuste fiscal e restrição do gasto público em educação, a exemplo da **PEC 241/16**, representará, na prática, uma medida para atrair e ludibriar redes e sistemas de educação que, malgrado, serão deixados à própria sorte em curto espaço de tempo;



- r. estabelece que o acesso ao apoio financeiro para implementação do modelo será viabilizado àqueles que “atendam às **condições previstas em ato do Ministro de Educação**”, mais uma vez ignorando o diálogo por meio da instância permanente de negociação e cooperação federativa;
- s. estabelece que “transferência de recursos será realizada anualmente, a partir de **valor único por aluno**, respeitada a disponibilidade orçamentária para atendimento, a ser definida por ato do Ministro de Estado da Educação” ignorando, mais uma vez, a instância permanente de negociação e cooperação federativa e, particularmente, desconhecendo a legislação (PNE) e toda a discussão sobre o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e as diversidades regionais;
- t. atribui **competências aos conselhos** na prestações de contas dos recursos repassados no abrangida pela MP sem que tenha havido qualquer diálogo para viabilizar o cumprimento de tais atribuições pelos entes, bem como realizada qualquer análise sobre as condições objetivas dos conselhos para tal;
- u. **revoga a Lei nº 11.161**, de 5 de agosto de 2005 que dispõe sobre o Ensino da Língua Espanhola;
- v. silencia em relação à forma como se garantirá o direito de acesso à Educação Básica para mais de dois milhões de **jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham ou só trabalham**;
- w. desconsidera as especificidades dos **sujeitos que estudam à noite**, em suas especificidades etárias, socioculturais e relativas à experiência escolar que culminam por destituir de sentido a escola para milhões de jovens, adultos e idosos;

Entendemos que o diagnóstico de que o Ensino Médio não vem preparando bem os estudantes, de que os currículos são pouco ou nada atrativos e que a qualidade é questionável não autoriza soluções mágicas, verticais e autoritárias que ignoram o acúmulo do campo e, na prática, se aprovadas, só produzirão retrocessos e ampliação das desigualdades educacionais no país e, consequentemente, das sociais.

Somamo-nos àqueles que propõem a organização de um currículo que integre de forma orgânica e consistente às dimensões da ciência, da tecnologia, da cultura e do trabalho, como formas de atribuir significado ao conhecimento escolar e, em uma abordagem integrada, produzir maior diálogo entre os componentes curriculares, estejam eles organizados na forma de disciplinas, áreas do conhecimento ou ainda outras formas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Assim, compreendemos que uma ampla e efetiva transformação no Ensino Médio e na Educação brasileira não se dará no afogadilho e não pode ignorar movimentos que já tem propostas construídas para a melhoria do Ensino Médio e da Educação como um todo. Não existe medida precipitada, apressada e ilegítima que seja capaz de garantir o direito à educação de qualidade aos(as) estudantes, razões pelas quais nossa posição é pela retirada da Medida Provisória e que a discussão seja encaminhada em outros termos e instrumentos, inclusive no Congresso Nacional, também pressionado e desrespeitado pelo açoitamento do Governo, que não se propôs garantir nem tempo nem espaço nem participação da sociedade civil para o debate qualificado e responsável que é requerido para o trato de matéria tão cara ao povo brasileiro, a saber, a Educação de nossa juventude.

Fórum Nacional de Educação



DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

- Matérias de autoria do Sen. Valadares sobre reforma política em tramitação.

MATÉRIAS DE AUTORIA DO SEN. VALADARES SOBRE REFORMA POLÍTICA EM TRAMITAÇÃO

PEC 61/2007 Autor: Sen. Valadares	Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.	Relator atual: Valdir Raupp Último local:23/02/2016 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:23/02/2016 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
PEC 32/2011 Autor: Sen. Valadares	Acrecenta o art. 98 ao Ato das Disposições Transitórias, para estabelecer a coincidência de mandatos eletivos, a partir das eleições gerais de 2018.	Último local:10/03/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:10/03/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
PEC 21/2015 Autor: Sen. Valadares	Altera a redação do artigo 14 da Constituição Federal, inserindo incisos que criam dois novos institutos da democracia participativa, o Direito de Revogação e o Veto Popular.	Relator atual: Antônio Anastasia Último local:30/03/2016 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:30/03/2016 - MATÉRIA COM A RELATORIA
PEC 56/2015 Autor: Sen. Valadares	Estabelece a coincidência de eleições a partir do ano de 2024, reduz de oito para seis anos o mandato de senador, estabelece o mandato de seis anos para todos os cargos eletivos e põe	20/05/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:20/05/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO

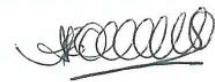


PLS 410/2015 Autor: Sen. Valadares	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para instituir as federações de partidos e vedar as coligações nas eleições proporcionais.	08/07/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:08/07/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
PLS 182/2015 Autor: Sen. Valadares	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para vedar a doação de pessoa jurídica diretamente a partidos e candidatos e incentivar, por meio de benefício fiscal, as doações ao Fundo Partidário.	Último local:10/04/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) Último estado:10/04/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR



Mensagem da Presidência da República

Junte-se ao processado do
Mensagem
nº 1, de 2016
Em 5 / 10 / 2016



Mensagem nº 525

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República se ausentará do País no dia 3 de outubro de 2016, em razão de visitas a Buenos Aires, República da Argentina, e a Assunção, República do Paraguai.

Brasília, 3 de outubro de 2016.

**Ofício do Ministro de Estado do Meio Ambiente**

A Presidência do Senado Federal recebeu o Ofício nº 1229/2016/GM-MMA, de 29 de setembro de 2016, do Ministro de Estado do Meio Ambiente, em resposta ao Requerimento de Informações nº 905, de 2015, de autoria do Senador Davi Alcolumbre. O Requerimento vai ao Arquivo.



Pareceres**SENADO FEDERAL**
PARECER N° 800, DE 2016

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 87, de 2016 (Mensagem nº 482, de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em escrutínio secreto, realizado em 4 de outubro de 2016, apreciando relatório do Senador Flexa Ribeiro, sobre a Mensagem (SF) nº 87, de 2016, opina pela aprovação da indicação do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO para o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), com 15 (quinze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2016.

Senador Garibaldi Alves Filho

Presidente da Comissão



RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem nº 87, de 2016 (nº 482, de 8 de setembro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO para exercer os cargos de Membro e de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

Por meio da Mensagem nº 87, de 2016 (Mensagem nº 482, de 8 de setembro de 2016, na origem), o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento para exercer os cargos de Membro e de Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende. Assim, o mandato do indicado, caso tenha o nome aprovado por esta Casa, vigorará até 5 de novembro de 2018.

Instituída pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), como autarquia especial, a Anatel, ora vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, nos termos do art. 7º, inciso III, da Medida Provisória (MPV) nº 726, de 12 de maio de 2016, integra a administração federal indireta. O regime autárquico especial conferido à Agência caracteriza-se pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, autonomia financeira, estabilidade e mandato fixo de seus dirigentes.

Nos termos dos arts. 20 e 23 de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco Conselheiros, todos brasileiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. Sua nomeação, ademais, será



precedida de aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da LGT.

Note-se que, de acordo com o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, os Presidentes das agências reguladoras, inclusive o da Anatel, serão nomeados pelo Presidente da República entre os integrantes do respectivo Conselho Diretor, investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Então, em que pese a indicação para Membro e Presidente da Anatel, como consta da Mensagem nº 87, de 2016, a competência desta Casa limita-se à apreciação do nome do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento para integrar o Conselho Diretor da Agência. Aprovada a indicação, compete ao Presidente da República sua nomeação para a Presidência da autarquia.

Juarez Martinho Quadros do Nascimento é cidadão brasileiro: nasceu na cidade de Belém, Estado do Pará, em 30 de janeiro de 1944. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará, em 1970, tendo iniciado sua carreira no antigo Sistema Telebrás.

De 1973 a 1980, foi Gerente de Departamento, e de 1982 a 1985, Diretor de Operações da TELEPARÁ. Na TELEACRE, foi Diretor Técnico-Operacional, entre 1980 e 1982, exercendo o cargo de Presidente da empresa, de 1986 a 1990.

Na TELEBRÁS, foi Gerente de Departamento entre 1985 e 1986, e Diretor de Coordenação de Operações, entre 1990 e 1995.

No Ministério das Comunicações, foi Diretor de Serviços Públicos (de 4 de abril de 1995 a 17 de dezembro de 1995), Secretário de Fiscalização e Outorgas (de 18 de dezembro de 1995 a 5 de novembro de 1997), e Secretário Executivo (de 5 de novembro de 1997 a 3 de abril de 2002). Foi Presidente da Comissão de Licitação do Serviço Móvel Celular – Banda “B”, tendo por objeto as outorgas para exploração do serviço em regime de competição com o setor estatal. Foi Coordenador da Comissão Especial de Supervisão, para coordenar os procedimentos relativos ao Processo de Desestatização das Empresas de Telecomunicações no Brasil.



Foi Ministro de Estado das Comunicações do Brasil, de 4 de abril a 31 de dezembro de 2002. Antes de assumir essa posição foi Ministro Interino, acumulando a função de Secretário Executivo, de 13 a 29 de abril de 1998, e de 25 de novembro a 31 de dezembro de 1998.

Foi Presidente do Conselho de Administração da TELEBRÁS, de 1998 a 2003, tendo sido também Conselheiro de Administração das seguintes empresas: TELERJ (de 1991 a 1993), TELEBAHIA (de agosto de 1995 a janeiro de 1996), TELEAMAPÁ (de agosto de 1995 a janeiro de 1996), TELESP (de 1993 a 1995, e de 1997 a 1998), TELECEARÁ (de agosto de 1995 a janeiro de 1996), EMBRATEL (de janeiro de 1996 a abril de 1997), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (de 1997 a 2002) e EMBRAER (de 1995 a 2004).

Foi Presidente do Conselho Curador da Fundação CPqD (de 1998 a 2003) e do Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações (de 2001 a 2002).

De 5 de maio de 2003 a 19 de julho de 2016, foi sócio da Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia Ltda. Também foi Conselheiro da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITEC), de 11 de janeiro de 2006 a 12 de agosto de 2016; da Nokia Networks Brazil, de 17 de novembro de 2008 a 1º de setembro de 2016; e, do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (SINDISAT), de 8 de março de 2013 a 15 de agosto de 2016.

Juarez Quadros foi agraciado com os seguintes títulos e condecorações: Medalha do Mérito Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica, em 1993; Ordem da Estrela do Acre, grau Grande Oficial, em 1994; Ordem do Rio Branco, grau Grande Oficial, do Ministério das Relações Exteriores, em 1998; Ordem da Estrela do Acre, grau Grã-Cruz, em 1999; Ordem do Mérito da Defesa, grau Grande Oficial, do Ministério da Defesa, em 2002; Ordem do Mérito das Comunicações, grau Grã-Cruz, do Ministério das Comunicações, em 2002; Ordem do Mérito Grão Pará, grau Grã-Cruz, em 2002; Engenheiro do Ano, do Clube de Engenharia do Pará, em 2002; e, Personalidade do Ano das Telecomunicações Brasileiras, Futurecom, também em 2002. Possui ainda o título de Associado Honorário da Associação Brasileira de Telecomunicações (TELEBRASIL), concedido em 17 de julho de 2014.



O indicado também é autor de três livros e de artigos publicados em livros, revistas e *sites* especializados.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 87, de 2016, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para ser exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, por escolha do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno com o objetivo de “disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões”, e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”.

O candidato declarou formalmente:

- a) que não possui parentes que tenham exercido ou que exerçam atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional;
- b) que participou, nos últimos anos, das seguintes empresas ou entidades não governamentais:
 - como Sócio da empresa Orion Consultores Associados em Comunicações e Energia Ltda., no período entre 5 de maio de 2003 e 19 de julho de 2016;
 - como Membro do Conselho Curador da Fundação Fundação para Inovações Tecnológicas (FITEc), no período entre 11 de janeiro de 2006 e 12 de agosto de 2016;
 - como Membro Externo do Conselho Consultivo da Nokia Networks Ltda., no período entre 17 de novembro de 2008 a 1º de setembro de 2016; e
 - como Conselheiro Especial do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite



(SINDISAT), no período entre 8 de março de 2013 e 15 de agosto de 2016.

- c) que figura como autor de ação judicial, relativa a rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica (imposto com exigibilidade suspensa por decisão judicial, porém depositado judicialmente);
- d) que não figura como réu em qualquer ação judicial; e,
- e) que não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras.

Além dessas informações, o indicado apresentou Certidões Negativas de Dívida Ativa e de Débitos, da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, bem como Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações de que possui experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores e as Senhoras Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel.

Sala da Comissão, em 4 de outubro de 2016.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO, Presidente

Senador FLEXA RIBEIRO, Relator





Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Serviços de Infraestrutura

Indicação ao cargo de presidente do Conselho Diretor da ANATEL
MSF 87/2016 - JUAREZ NASCIMENTO

Início da votação: 04/10/2016 14:39:59

Fim da votação: 04/10/2016 15:25:48

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
VAGO		1. JORGE VIANA	votou
ROBERTO MUNIZ	votou	2. ANGELA PORTELA	
LASIER MARTINS		3. JOSÉ PIMENTEL	
PASTOR VALADARES	votou	4. PAULO ROCHA	
TELMÁRIO MOTA		5. GLADSON CAMELI	
WILDER MORAIS		6. IVO CASSOL	
Maioria (PMDB)		Maioria (PMDB)	
GARIBALDI ALVES FILHO	votou	1. EDISON LOBÃO	votou
KÁTIA ABREU		2. WALDEMAR MOKA	
VALDIR RAUPP	votou	3. DÁRIO BERGER	
ROSE DE FREITAS		4. RAIMUNDO LIRA	
RICARDO FERRAÇO		5. EDUARDO BRAGA	
HÉLIO JOSÉ	votou	6. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
RONALDO CAIADO		1. FLEXA RIBEIRO	votou
DAVI ALCOLUMBRE	votou	2. JOSÉ AGRIPINO	
JOSÉ GONZAGA SOBRINHO	votou	3. VAGO	
JOSÉ ANÍBAL	votou	4. VAGO	
DALIRIO BEBER	votou	5. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
FERNANDO BEZERRA COELHO		1. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	votou	2. VAGO	
VAGO		3. VAGO	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
ARMANDO MONTEIRO	votou	1. CIDINHO SANTOS	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VICENTINHO ALVES	
ELMANO FÉRRER	votou	3. EDUARDO AMORIM	

Votação:

TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 19, EM 04/10/2016

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente



PARECER N° 803, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 710, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que “Requer, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 22, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de novembro de 2016, em Marrakesh, Marrocos.”

RELATOR: Senador *ANTONIO ANASTASIA*

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o Requerimento nº 710, de 2016, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que solicita autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante do Senado Federal, na Conferência das partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, no período entre os dias 12 a 18 de novembro vindouro, em Marrakesh, Marrocos.

Comunica que, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, estará ausente do País entre os dias 11 e 20 de novembro de 2016.

Anexada ao Requerimento a Ata da 9ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, onde foi aprovado Requerimento do Senador Fernando Bezerra Coelho para participar na referida Conferência sobre mudanças climáticas.



II – ANÁLISE

No plano regimental, o pedido está em consonância com o art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que se ausentar do País, mencionando o prazo do seu afastamento. O art. 40, por sua vez, estipula que a ausência do Senador, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado, estabelecendo ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou aquela que tiver maior pertinência.

É importante registrar que o Senador Fernando Bezerra Coelho é membro Titular da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), que se relaciona com a temática da visita ao exterior.

Observada a regimentalidade, registramos a inexistência de quaisquer óbices de natureza constitucional, jurídica ou de técnica legislativa à proposição.

III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 710, de 2016.

Sala da Comissão, *04 de outubro de 2016.*



, Presidente



, Relator





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 26ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 04 de outubro de 2016 (terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT) <i>Jorge Viana</i>	1. José Pimentel (PT) <i>José Pimentel</i>
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Gleisi Hoffmann (PT)	3. VAGO
Lasier Martins (PDT) <i>Lasier Martins</i>	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PPS) <i>Cristovam Buarque</i>	5. VAGO
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB) <i>Edison Lobão</i>	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Kátia Abreu (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB) <i>Ricardo Ferraço</i>	5. Hélio José (PMDB)
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
José Agripino (DEM) <i>José Agripino</i>	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Aníbal (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB) <i>Fernando Bezerra Coelho</i>	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO
Armando Monteiro (PTB) <i>Armando Monteiro</i>	2. Magno Malta (PR)

Confere com o original.

Rodrigo Barbosa de Oliveira
Rodrigo Barbosa de Oliveira
Secretário Adjunto
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional



Projetos de Lei do Senado**SENADO FEDERAL**
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 352, DE 2016

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funtel, e dá outras providências, para determinar a redução das alíquotas do Fistel, do Fust e do Funtel, no exercício fiscal subsequente, em caso de não aplicação dos recursos dos fundos no setor de telecomunicações.

AUTORIA: Senador Dalirio Beber

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)


SF16734.13416-07

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que *cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências*; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que *institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*; e a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que *institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel, e dá outras providências*, para determinar a redução das alíquotas do Fistel, do Fust e do Funttel, no exercício fiscal subsequente, em caso de não aplicação dos recursos dos fundos no setor de telecomunicações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 5º.....

Parágrafo único. Os valores constantes da Tabela de que trata o Anexo I desta Lei serão reduzidos, no exercício fiscal subsequente, na mesma proporção da relação entre o volume de recursos não aplicados no setor de telecomunicações e o total arrecadado pelo Fistel em determinado exercício fiscal.” (NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com o seguinte parágrafo segundo, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo primeiro:

“Art. 6º.....

§ 2º O percentual de contribuição de que trata o inciso IV será reduzido, no exercício fiscal subsequente, na mesma proporção da relação entre o volume de recursos não aplicados no setor de telecomunicações e o total arrecadado pelo Fust em determinado exercício fiscal.” (NR)

SF/16734.13416-07

Art. 3º O art. 4º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, passa a vigorar com o seguinte parágrafo segundo, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo primeiro:

“Art. 4º.....

§ 2º O percentual de contribuição de que trata o inciso IV será reduzido, no exercício fiscal subsequente, na mesma proporção da relação entre o volume de recursos não aplicados no setor de telecomunicações e o total arrecadado pelo Funttel em determinado exercício fiscal.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre as formas de financiamento do desenvolvimento do setor de telecomunicações no Brasil, destacam-se três fundos setoriais: o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel. Ao menos em tese, esses fundos têm como objetivo financiar a expansão e o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações no País, promovendo um fluxo financeiro contínuo para a promoção da pesquisa, do desenvolvimento, da inovação e da universalização desses serviços.

Como mostrou auditoria recente do Tribunal de Contas da União – TCU, bem como vários outros estudos, a aplicação dos recursos desses fundos não tem respeitado sua previsão legal.

O Fistel tem como objetivo financeirar a atividade de fiscalização dos serviços de telecomunicações, bem como desenvolver os meios e aperfeiçoar a técnica necessária a essa execução (art. 1º da Lei nº 5.070, de 1966). Os recursos do Fistel advêm, principalmente, da cobrança das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) e da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), cujos valores estão discriminados no Anexo I da Lei nº 5.070, de 1966 (a TFF corresponde a 33% da TFI, conforme art. 8º da mencionada Lei).

Em auditoria recente, que culminou no Acórdão TC 008.293/2015-4, o TCU indagou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF), à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a respeito dos valores arrecadados, empenhados e executados do Fistel.

Em primeiro lugar, chama a atenção o descontrole do governo federal a respeito dessas informações. Enquanto a STN informou uma arrecadação bruta do Fistel de R\$ 82 bilhões entre 1997 e 2015, a Anatel informou uma arrecadação de R\$ 67 bilhões, uma diferença de R\$ 15 bilhões.

O ponto mais crítico, contudo, diz respeito à aplicação de recursos do fundo em conformidade com o previsto nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do art. 3º da Lei nº 5.070, de 1966. Conforme apurado pelo TCU, apenas 5% dos recursos arrecadados, entre 1997 e 2015, foram aplicados nas atividades-fim do Fistel. Do restante dos recursos, 19% consta como saldo do Fistel, 14% foram transferidos ao Fust (destinação prevista em lei) e 63% foram aplicados em “outros usos” (sendo 14% identificados e 49% não identificados). Em termos simples, o governo federal não sabe identificar onde foram gastos quase 50% dos recursos do Fistel, ainda que saiba que esses recursos foram aplicados em ações estranhas aos objetivos para os quais o Fundo foi constituído.

SF/16734.13416-07



SF/16734-13416-07

O Fust, por sua vez, tem por objetivo proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 9.998, de 2000. Dessa forma, o fundo seria o instrumento de financiamento para implantação de serviços de telecomunicações em localidades cuja exploração comercial não seria viável. A principais receitas do Fust são provenientes da contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente da prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, excluindo-se o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

As mesmas indagações foram feitas pelo TCU a respeito da aplicação dos recursos do Fust e o cenário é igualmente desolador. Conforme a STN, a arrecadação bruta do Fust entre 2001 e 2015 teria alcançado R\$ 16 bilhões. Já segundo a Anatel, a arrecadação teria sido de R\$ 19,4 bilhões, uma diferença de mais de R\$ 3 bilhões.

No tocante à aplicação de recursos, no caso do Fust apenas 1,2% (ou R\$ 190 mil entre 2001 e 2015 do total arrecadado) foi utilizado na universalização dos serviços de telecomunicações (objetivo para o qual foi constituído). Do restante, 29% constam como saldo do Fust e 69% dos recursos foram aplicados em atividades não relacionados à universalização dos serviços (sendo 14% identificados e 55% não identificados). Como se nota, novamente, o governo federal não consegue especificar onde foram gastos quase 55% dos recursos do Fust, ainda que se possa afirmar que esses recursos foram aplicados em ações estranhas aos objetivos legais do Fundo.

Por fim, destacamos o Funtel. Sua finalidade é estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, de acordo com o previsto no art. 1º da Lei nº 10.052, de 2000. Entre os fatos geradores de

receitas do Funttel, destacamos a contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e a contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas.

Nos últimos anos, o Funttel arrecadou, em média, cerca de R\$ 550 milhões. Trata-se de um fundo que, entre 2010 e 2015, apresentou um baixíssimo índice de aplicação dos recursos (10%), o que implica uma sobra de recursos não aplicados de cerca de R\$ 500 milhões por ano. Corrobora-se, assim, o quadro já observado nos casos do Fistel e do Fust: os recursos arrecadados não se transformam em investimentos no setor.

Nesse contexto, apesar das nobres intenções e de alguns bons resultados alcançados, em anos recentes, esses fundos perderam grande parte de sua relevância, em virtude, principalmente, dos crescentes contingenciamentos e das aplicações de recursos em finalidades estranhas aos objetivos dos fundos definidos em lei. Como mostrou relatório recente do Tribunal de Contas da União, há um grande descompasso entre o volume arrecadado e a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram criados esses fundos.

Temos, assim, um grande descompasso: por um lado, a arrecadação desses fundos implica um aumento da carga tributária do setor, que é uma das maiores do mundo, em média representa de 30,15% a 40,15% da conta telefônica, a depender da alíquota do ICMS, ou ainda, sujeita à inclusão de alguma contribuição estadual, a exemplo do fundo estadual de combate a pobreza no RJ que inclui 4% na fatura. Por outro lado, grande parte da arrecadação desses fundos não está sendo investida no desenvolvimento do setor de telecomunicações brasileiro, mas em despesas estranhas a seus objetivos. Portanto, o setor de telecomunicações brasileiro é, assim, duplamente penalizado.

Por esse motivo, propomos, em nosso projeto, que as taxas do Fistel e as alíquotas do Fust e do Funttel sejam reduzidas, no exercício fiscal subsequente, na proporção da relação entre o volume de recursos não aplicados no setor de telecomunicações e o total arrecadado pelos fundos em determinado exercício fiscal. Com essa medida, buscamos restabelecer o vínculo entre a arrecadação desses fundos as suas respectivas finalidades.

SF/16734.13416-07

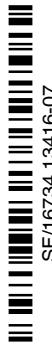


Isso significa que, caso os recursos recolhidos não sejam efetivamente aplicados no setor de telecomunicações, no ano seguinte haverá redução das alíquotas aplicadas, desonerando o setor.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador DALIRIO BEBER

SF16734.13416-07




LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.070, de 7 de Julho de 1966 - Lei do FISTEL - 5070/66

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1966;5070>

- artigo 1º
- alínea a do artigo 3º
- alínea b do artigo 3º
- alínea c do artigo 3º
- alínea d do artigo 3º
- artigo 5º

- Lei nº 10.052, de 28 de Novembro de 2000 - Lei do FUNTTEL - 10052/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10052>

- artigo 1º
- artigo 4º

- Lei nº 9.998, de 17 de Agosto de 2000 - Lei do FUST - 9998/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9998>

- artigo 1º
- artigo 6º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 353, DE 2016

Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata, Senador Roberto Rocha

DESPACHO: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

SF/16226.73043-10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Institui o Programa Passe Livre Estudantil e cria o Fundo Federal do Passe Livre Estudantil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Passe Livre Estudantil, com o objetivo de estimular os municípios a garantirem gratuidade para estudantes de baixa renda no transporte coletivo público municipal, no percurso entre a residência e a instituição de ensino em que estão matriculados.

§ 1º. Os benefícios limitar-se-ão aos alunos da rede pública e aos bolsistas da rede privada de ensino fundamental e médio.

§2º. Os benefícios dessa lei poderão ser estendidos aos estudantes matriculados em cursos profissionalizantes e técnicos, reconhecidos pelo Ministério da Educação, bem como aos matriculados em curso de qualificação profissional oferecido pelo programa do seguro-desemprego.

Art. 2º. Os requisitos para concessão dos benefícios do Programa serão regulamentados pelo poder executivo municipal, devendo conter, no mínimo, os que se seguem:

I – comprovar renda mínima, nunca inferior à de beneficiário de programa de transferência de renda; e

II – comprovar a frequência mínima requerida pelo Ministério da Educação para aprovação do aluno.

Art. 3º. As ações do Programa Passe Livre Estudantil serão custeadas por meio de fundo específico, criado com essa finalidade.

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

Art. 4º Fica instituído Conselho Gestor do Programa Passe Livre Estudantil, composto por até cinco representantes de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, representantes da sociedade civil, de entidades estudantis e de instituições de ensino, conforme indicação definida em regulamento.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Gestor do Programa Passe Livre Estudantil a orientação dos objetivos e metas do Programa Passe Livre Estudantil.

Art. 5º. Fica criado o Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil, de natureza contábil, destinado a transferir, mediante ressarcimento, recursos para os Municípios implementarem o Programa.

Art. 6º. Constituem receitas do Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil:

I – recursos ordinários do Tesouro Nacional consignados para o referido Fundo no Orçamento Geral da União;

II – parcela dos recursos destinados à União, provenientes dos *royalties* e da participação especial na exploração do petróleo e gás, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, inclusive no horizonte geológico do pré-sal;

III – parcela dos recursos provenientes dos rendimentos do Fundo Social na forma prevista no artigo 51 da Lei nº 12.351, de 2010;

IV – parcela dos recursos de participação e dividendos recebidos pelo Tesouro Nacional das empresas de economia mista controladas pela União e das instituições financeiras federais;

V – parcela dos recursos das quotas da União no Salário Educação;

VI – outros recursos definidos em Lei.

§ 1º O limite máximo dos recursos a serem repassados aos Municípios para ressarcimento das despesas será definido, a cada ano, na forma do regulamento, e baseado no número de estudantes beneficiários ou não do Programa, bem como no valor das tarifas locais do transporte público.

§ 2º O município que reduzir o número de beneficiários do programa fará jus a uma parcela extra, para investir em obras e serviços de mobilidade para pedestres e ciclistas no entorno das escolas públicas.

Art. 7º. Fica instituído o Comitê Gestor do Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil, de caráter normativo e deliberativo, que orientará o órgão gestor na aplicação dos recursos e na operacionalização do Fundo.

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438

SF/16226.73043-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

Parágrafo único. A composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Fundo Nacional do Passe Livre Estudantil serão definidos em regulamento.

Art. 8º. Os recursos dispensados pelo Poder Público para o custeio das despesas referentes ao Programa Passe Livre Estudantil são equiparados às despesas com o transporte escolar dos estudantes residentes nas zonas rurais e igualmente contabilizados como despesa de educação, para o cumprimento do disposto no inciso VII do artigo 208 e no inciso VI do artigo 214, ambos da Constituição Federal.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor no primeiro dia útil do exercício subsequente ao de sua publicação.

SF/16226.73043-10

JUSTIFICAÇÃO

O Programa do Passe Livre Estudantil atende a uma demanda generalizada da população brasileira e visa a contribuir com a melhoria do ensino, não somente porque tende a aumentar a frequência dos alunos em sala de aula, como também porque estimula os municípios a oferecerem à população escolas mais próximas da residência dos alunos.

A proposição do presente Programa tem também o mérito de complementar e, ao mesmo tempo, valer-se da experiência exitosa do Programa “Caminho da Escola” e do “Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate”, dois programas do Ministério da Educação voltados ao transporte de estudantes.

O Caminho da Escola foi criado por Resolução, em 28.03.2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9.06.2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Dito isso, vale ressaltar que a grande maioria de nossa população habita os grandes centros urbanos, sendo que parcela muito expressiva dessa população reside nas periferias de nossas cidades, onde em geral não há escolas públicas suficiente para a grande demanda.

A necessidade pela busca de escola distante da residência retira a gratuidade do ensino, prevista no art. 206, IV e § 1º da Constituição Federal, uma vez que opera para onera os meios para se chegar até à escola.

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

Ademais, o significativo o peso dos custos dos diferentes meios de transporte urbano no orçamento familiar, especialmente nos casos das famílias de renda mais baixa ou nos casos das famílias com muitos filhos em idade escolar, tende a desestimular uma frequência mais assídua às salas de aula.

Hoje, o acesso à escola em todas as faixas etárias e à qualificação profissional dos jovens e adultos deixaram de ser uma aspiração apenas dos mais ricos e das famílias de classe média para se tornar uma preocupação de todas as famílias, talvez este um dos grandes avanços da sociedade brasileira nos últimos tempos.

A criação do Fundo Nacional do Passe Livre permitirá a gratuidade dos transportes coletivos urbanos para nossos estudantes, numa parceria indispensável entre A União e os Municípios. Trata-se, a nosso ver, de uma medida que julgamos das mais importantes no sentido de apoiar o estudante brasileiro na sua formação educacional e profissional, cujos resultados mais à frente serão extremamente compensadores no que concerne ao aumento da renda familiar, associada ao aumento da produtividade em nosso País (em função da melhor qualificação do trabalhador), o que assegurará o crescimento do País em bases sustentáveis ao longo do tempo.

Dessa forma, nossa proposta procura desonerar as famílias dos encargos de deslocamento de seus membros, sobretudo nos casos das crianças e dos jovens, assegurando-lhes as condições mínimas de circulação na cidade onde moram e estudam, algo mais importante ainda nos casos dos estudantes que habitam nossas periferias urbanas, cujos deslocamentos – casa – escola – casa – são, paradoxalmente, mais onerosos para o orçamento familiar, na comparação com aqueles que vivem nas áreas mais valorizadas de nossos centros urbanos.

Estamos convictos de que o governo federal reconhecerá a importância da medida que estamos propondo à consideração de nossos colegas nesta Casa, liberando sua base de apoio no parlamento para aprovar a matéria.

Em face do exposto, contamos com o aval dos ilustres Colegas não só na aprovação da proposta, como em seu aperfeiçoamento nas Comissões em que tramitar, na certeza de que esse será um passo importante na construção de uma sociedade mais preparada e, ao mesmo tempo, socialmente mais justa e inclusiva.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO ROCHA**
(PSB/MA)

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso VII do artigo 208

- inciso VI do artigo 214

- parágrafo 1º

- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo - 9478/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>

- Lei nº 12.276, de 30 de Junho de 2010 - 12276/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12276>

- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12351>

- artigo 51





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 354, DE 2016

Atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° DE 2016

Atribui regime de exercícios domiciliares para o estudante de qualquer nível de ensino que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

SF/16023.5313-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O estudante de qualquer nível de ensino que adotar criança ou adolescente ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente disporá de regime de exercícios domiciliares, como compensação para faltas a aulas presenciais, durante cento e vinte dias a partir da adoção ou da obtenção da guarda judicial.

Art. 2º O regime de exercícios domiciliares de que trata esta Lei consiste em:

I – acompanhamento pedagógico, com plano de trabalho e cronograma de atividades para o período de afastamento;

II – tutoria por profissional habilitado da respectiva instituição de ensino;

III – utilização de recursos e estratégias de ensino a distância;

IV – avaliação presencial, preferencialmente em consonância com o calendário escolar;

V – continuidade do recebimento de bolsas de estudo.



Parágrafo único. Cabe à instituição de ensino o ônus da comprovação da ausência de condições para inserir determinado estudante no regime de exercícios domiciliares estabelecidos por esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 227, § 6º, da Constituição Federal, “os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”. A título de exemplo da aplicação desse mandamento constitucional, que não faz distinção entre filhos biológicos e adotados, citamos a decisão tomada em Recurso Extraordinário nº 778.889, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em 10 de março de 2016, o direito de uma servidora pública a 180 dias de afastamento remunerado, a título de licença-maternidade como adotante de criança menor de 1 ano, em equiparação ao prazo concedido para a licença-maternidade que beneficia as gestantes. Vale acrescentar que a decisão teve caráter de repercussão geral.

Nesse contexto de garantia de direitos, o projeto de lei que apresentamos trata de assegurar, aos adotantes, regime de exercícios domiciliares análogo ao previsto pela Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, que “atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências”. Assim, far-se-á justiça às mães e aos pais estudantes que, ao adotar ou obter a guarda judicial, enfrontam-se no universo de cuidados e de providências relacionados aos primeiros dias de uma criança em casa e fazem jus ao direito de realizar, de modo sistemático e estruturado, as atividades e as tarefas escolares em casa, por um período de 120 dias, a contar da data da adoção ou da obtenção da guarda judicial.

É importante levar em conta sobretudo a perspectiva das crianças e dos adolescentes. Afinal, oferecer essa possibilidade àqueles que adotam ou obtêm guarda judicial para fins de adoção é respeitar as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a esse público, no art. 3º, oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Possibilitar às crianças e aos adolescentes adotados ou sob guarda judicial a presença intensiva de seus pais,

SF/16023.53131-40



durante a transição, é facilitar uma adaptação mais tranquila e eficaz, que afetará, inevitavelmente, seus processos de desenvolvimento.

Em suma, a lacuna legal que permite à gestante ser assistida por regime de exercícios domiciliares, mas que ignora os adotantes, deve ser sanada, pois os direitos enunciados no parágrafo único do mesmo art. 3º do ECA se aplicam a todas as crianças e adolescentes, “sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem”.

Feitas essas considerações acerca da relevância social do projeto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

SF/16023.531-40



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - parágrafo 6º do artigo 227
- Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de Outubro de 1969 - 1044/69
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;1044>
- Lei nº 6.202, de 17 de Abril de 1975 - 6202/75
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1975;6202>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 355, DE 2016

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para dispor sobre a contratação de seguro ambiental para o funcionamento de estabelecimentos e atividades de extração e tratamento de minerais sujeitos a licenciamento ambiental.

AUTORIA: Senador Aécio Neves

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

SF/16653/20405-15

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que *dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*, para dispor sobre a contratação de seguro ambiental para o funcionamento de estabelecimentos e atividades de extração e tratamento de minerais sujeitos a licenciamento ambiental.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º, 6º e 7º:

“Art. 10.....

§ 5º A concessão e as renovações da licença para funcionamento dos estabelecimentos e atividades de extração e tratamento mineral, conforme Código 01 do Anexo VIII desta Lei, ficam, se assim exigir o órgão do SISNAMA competente para o licenciamento ambiental, condicionadas à demonstração da contratação e do pagamento anual do prêmio de seguro de responsabilidade civil por dano ao meio ambiente e a terceiros.

§ 6º Nos casos em que for exigido o seguro previsto no § 5º do *caput*, o órgão licenciador dará anuência prévia à efetiva contratação, após analisar se os riscos e as coberturas previstos no contrato guardam compatibilidade com os estudos ambientais que fundamentam o licenciamento.

§ 7º Nos casos em que a União reconhecer situação de emergência ou estado de calamidade pública, na forma da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, o valor do seguro será utilizado preferencialmente nas ações de socorro e assistência às vítimas do desastre, bem como na recomposição dos prejuízos causados pela perda de receita dos municípios afetados.” (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **AÉCIO NEVES**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, *dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação*. O inciso XIII do art. 9º dessa lei prevê o seguro ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Entretanto, a contratação desse seguro jamais foi regulamentada no Brasil.

O desastre ocorrido em Mariana, Minas Gerais, lançou luzes sobre a necessidade de tratamento legal deste importante tema. Muitos anos e vultosos recursos serão necessários para a recuperação da área afetada. Enquanto isso, centenas de famílias se veem privadas de seus bens, e diversos municípios enfrentam perda de arrecadação decorrente da paralisação de atividades econômicas em função do desastre.

Desastres de grandes proporções podem, no limite, implicar a inviabilidade econômica da pessoa jurídica que deu causa ao desastre. Nesses casos, o pagamento das indenizações demandaria ainda mais tempo para ocorrer. O meio ambiente, a população e os municípios afetados por danos desse tipo muito se beneficiariam com a existência de um seguro de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente e a terceiros, nos casos de empreendimentos de extração e tratamento de minerais, considerando o acentuado grau de risco de acidentes associado a essa atividade. Assim, o Constituinte Originário determinou a obrigatoriedade da recuperação do meio ambiente degradado pela exploração mineral, conforme a Constituição, art. 225, § 2º.

Entendemos ainda, com fundamento na doutrina, que o seguro ambiental não deve ser obrigatório, cabendo ao órgão licenciador, considerando o porte e o grau de impacto do empreendimento, decidir sobre a exigência do seguro, de modo a não onerar desnecessariamente todos os estabelecimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental.

Além disso, propomos que o órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) que licencia o empreendimento de mineração dê anuênciá





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **AÉCIO NEVES**

SF16253.20405-15
|||||

prévia à contratação do seguro, após verificar a compatibilidade entre os riscos e coberturas previstos no contrato e as informações dos estudos ambientais que fundamentaram o licenciamento da atividade minerária objeto do seguro. Desse modo, pretendemos imputar maior responsabilidade ao poder público no sentido de tornar mais robusto esse instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, proporcionando inclusive maior segurança jurídica ao setor mineral.

Propomos ainda, de modo a garantir o direcionamento de recursos para as regiões afetadas, que em casos reconhecidos pela União como situação de emergência ou estado de calamidade pública, o valor do seguro seja priorizado em ações de socorro e assistência às vítimas do desastre, bem como na recomposição dos prejuízos causados pela perda de receita dos municípios afetados.

Por fim, acreditamos ser necessário um prazo de 120 dias para que a lei resultante deste projeto entre em vigor, de modo a possibilitar a necessária adequação do setor de mineração e dos órgãos ambientais.

Contamos com o apoio dos nossos Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador **AÉCIO NEVES**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente -

6938/81

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1981;6938>

- artigo 10

- Lei nº 12.340, de 1º de Dezembro de 2010 - 12340/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12340>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 356, DE 2016

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para regulamentar as eleições de Senadores

AUTORIA: Senador Deca

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Deca

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997,
para regulamentar as eleições de Senadores

SF16929.07617-05

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“**Art. 3º-A.** Nas eleições para o Senado Federal, cada eleitor terá um voto e serão eleitos os dois candidatos mais votados, quando houver a renovação de dois terços da representação do Estado ou do Distrito Federal, ou o candidato mais votado, quando houver a renovação de um terço.

Parágrafo único. A eleição do Senador importará a dos candidatos a suplente com ele registrados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estabelece o art. 46 da Constituição Federal que *o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário e que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos, sendo essa representação renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.*

Trata-se de sistemática presente em nossa Constituição desde a Carta de 1946. Entretanto, apesar disso, a forma como se dará essa eleição nunca foi disciplinada em lei – nem no Código Eleitoral de 1950 (Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950), nem no Código Eleitoral de 1965, que o sucedeu (a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) ou na Lei das Eleições (a





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Deca

Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997) –, especialmente quando há duas vagas a serem preenchidas.

Na falta de regulamentação, a Justiça Eleitoral, nesses casos, tem previsto que o eleitor votará duas vezes para Senador.

Trata-se de procedimento que sempre gerou grande confusão para o eleitor e dificultou as campanhas eleitorais, além de provocar atrasos no momento da votação.

Ora, é certamente muito mais simples e consentâneo com o texto constitucional, que determina que a eleição para o Senado Federal se dará pelo princípio majoritário, que se preveja que, como ocorre em todas as demais eleições, o eleitor tenha sempre um voto para escolher o seu Senador e que sejam eleitos os dois mais votados, quando forem duas as vagas a preencher.

Ademais, com certeza, essa sistemática permitirá que se amplie a pluralidade de pensamento na composição desta Casa, o que enriquecerá o debate e a própria Democracia.

SF16939.07617-05

Sala das Sessões,

Senador DECA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 46

- Lei nº 1.164, de 24 de Julho de 1950 - Código Eleitoral (1950) - 1164/50

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1950;1164>

- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>

- Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997 - Lei das Eleições (1997); Lei Geral das Eleições

(1997) - 9504/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9504>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 357, DE 2016

Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

Minuta

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera o art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, para alterar o valor da alíquota de correção da conta vinculada.


SF/16337.02374-51

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13.** Os depósitos efetuados nas contas vinculadas serão corrigidos monetariamente com base nos seguintes parâmetros fixados para atualização dos saldos dos depósitos de poupança e capitalização:

I - juros de 12 (doze) por cento ao ano nos três primeiros anos fiscais subsequentes à edição desta Lei.

II – juros iguais à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a partir do quarto ano fiscal subsequente à edição desta Lei.

.....
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado em 1966 com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa ou em situação de grave enfermidade. Trata-se de um conjunto de contas vinculadas aos trabalhadores individualmente. Em cada uma dessas contas é depositado mensalmente pelo empregador um valor correspondente a oito por cento do salário do empregado.

Com um patrimônio da ordem de R\$ 500 bilhões, o FGTS é constituído por mais de 140 milhões de contas vinculadas ativas, cujo rendimento anual é fixado por lei pela variação da Taxa Referencial (TR) mais 3%, ao ano.

Trata-se, assim, de uma poupança compulsória cujos ganhos estão muito abaixo das demais opções de investimento existentes. A própria caderneta de poupança, considerada como o investimento de menor rentabilidade do mercado, tem garantida a remuneração da TR mais 6,17% ao ano ou 70% da meta da taxa Selic quando esta última for igual ou inferior a 8,5% ao ano.

SF/16337.02374-51

Ao proporcionar um rendimento anual correspondente à variação da TR mais 3%, a conta vinculada do FGTS mantém-se em um patamar de ganhos bem abaixo dos demais. É isso que possibilita o financiamento subsidiado dos programas habitacionais e de infraestrutura em nosso país. Ocorre, no entanto que, justamente em função dos baixos rendimentos das contas vinculadas, tem sido possível ao Fundo a obtenção de lucros líquidos anuais da ordem de R\$ 13 bilhões, não repassados para as contas vinculadas, consubstanciando um patrimônio líquido que ao final de 2016 deverá ultrapassar os R\$ 100 bilhões.

A prova de que a remuneração da conta vinculada pode ser majorada como pretendemos está na existência desse patrimônio líquido composto por saldos não redistribuídos às contas vinculadas. Esse montante poderia ser em parte repassado aos trabalhadores pelo aumento da alíquota de remuneração na forma aqui proposta. Há, portanto, a possibilidade de que se aumente o rendimento das contas do FGTS, beneficiando o trabalhador, preservando-se os subsídios aos programas habitacionais e de infraestrutura.

Este seria um grande passo para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, sobretudo em face da atual situação econômica pela qual passamos.

Em vista do exposto, venho instar meus eminentes pares a aprovar e Projeto de Lei que ora apresento.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



SF16337.02374-51



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - LEI DO FGTS - 8036/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

- artigo 13





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 358, DE 2016

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.

SF/16593-38917-57

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Capítulo IV do Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 57-A:

“**Art. 57-A.** Os trabalhos acadêmicos de conclusão de curso são instrumentos aptos para avaliar o desempenho final dos alunos nos cursos de graduação e podem ser apresentados sob a forma de anteprojeto de lei, nos termos do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa a sanar uma ausência na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), que não aborda um importante mecanismo de promoção da qualidade no ensino superior: os trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs), por meio dos quais os concluintes de um determinado curso de graduação podem demonstrar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitem para atuar de forma efetiva no mercado de trabalho e na vida social. Ainda que o Conselho Nacional de Educação (CNE) aborde, em seus pareceres e resoluções, as diretrizes curriculares para cursos superiores, obrigando, em alguns casos, a

entrega desse tipo de documento para avaliação final, não há, na LDB, referência aos TCCs.

Assim, é importante registrar, não somente no âmbito do CNE, mas também na lei que define as diretrizes para a educação nacional, o trabalho de conclusão de curso como instrumento para avaliar, ao final de um percurso acadêmico, a capacidade e o potencial de um estudante. Além disso, ressaltamos que esse trabalho acadêmico deve ser visto de forma dinâmica e incluir a possibilidade de que o registro de construção do conhecimento seja feito por meio dos mais diversos portadores textuais: monografias, planos de negócio, projetos arquitetônicos, portfólios etc. Destacamos, nesta proposição, a possibilidade de que, entre esses formatos, inclua-se a apresentação de anteprojeto de lei.

Pensamos que incluir a elaboração de anteprojetos de lei como alternativa para os TCCs é uma medida que pode disseminar, na educação superior, o conhecimento sobre os requisitos para a aprovação das leis e, dessa forma, contribuir para concretizar o art. 205 da Constituição Federal, que prevê que a educação neste País deve visar ao preparo da pessoa para o pleno exercício da cidadania.

A partir do exposto, solicitamos o precioso apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITA



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.

SF/16593-38917-57

1. ASSINATURA _____ NOME _____
2. ASSINATURA _____ NOME _____
3. ASSINATURA _____ NOME _____
4. ASSINATURA _____ NOME _____
5. ASSINATURA _____ NOME _____
6. ASSINATURA _____ NOME _____
7. ASSINATURA _____ NOME _____
8. ASSINATURA _____ NOME _____
9. ASSINATURA _____ NOME _____
10. ASSINATURA _____ NOME _____
11. ASSINATURA _____ NOME _____
12. ASSINATURA _____ NOME _____
13. ASSINATURA _____ NOME _____
14. ASSINATURA _____ NOME _____
15. ASSINATURA _____ NOME _____
16. ASSINATURA _____ NOME _____
17. ASSINATURA _____ NOME _____
18. ASSINATURA _____ NOME _____
19. ASSINATURA _____ NOME _____
20. ASSINATURA _____ NOME _____
21. ASSINATURA _____ NOME _____
22. ASSINATURA _____ NOME _____
23. ASSINATURA _____ NOME _____
24. ASSINATURA _____ NOME _____
25. ASSINATURA _____ NOME _____



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.

SF/16593.38917-57

26. ASSINATURA _____ NOME _____
27. ASSINATURA _____ NOME _____
28. ASSINATURA _____ NOME _____
29. ASSINATURA _____ NOME _____
30. ASSINATURA _____ NOME _____
31. ASSINATURA _____ NOME _____
32. ASSINATURA _____ NOME _____
33. ASSINATURA _____ NOME _____
34. ASSINATURA _____ NOME _____
35. ASSINATURA _____ NOME _____
36. ASSINATURA _____ NOME _____
37. ASSINATURA _____ NOME _____
38. ASSINATURA _____ NOME _____
39. ASSINATURA _____ NOME _____
40. ASSINATURA _____ NOME _____
41. ASSINATURA _____ NOME _____
42. ASSINATURA _____ NOME _____
43. ASSINATURA _____ NOME _____
44. ASSINATURA _____ NOME _____
45. ASSINATURA _____ NOME _____
46. ASSINATURA _____ NOME _____
47. ASSINATURA _____ NOME _____
48. ASSINATURA _____ NOME _____
49. ASSINATURA _____ NOME _____
50. ASSINATURA _____ NOME _____



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.

|||||
SF/16593.38917-57

51. ASSINATURA _____ NOME _____
52. ASSINATURA _____ NOME _____
53. ASSINATURA _____ NOME _____
54. ASSINATURA _____ NOME _____
55. ASSINATURA _____ NOME _____
56. ASSINATURA _____ NOME _____
57. ASSINATURA _____ NOME _____
58. ASSINATURA _____ NOME _____
59. ASSINATURA _____ NOME _____
60. ASSINATURA _____ NOME _____
61. ASSINATURA _____ NOME _____
62. ASSINATURA _____ NOME _____
63. ASSINATURA _____ NOME _____
64. ASSINATURA _____ NOME _____
65. ASSINATURA _____ NOME _____
66. ASSINATURA _____ NOME _____
67. ASSINATURA _____ NOME _____
68. ASSINATURA _____ NOME _____
69. ASSINATURA _____ NOME _____
70. ASSINATURA _____ NOME _____
71. ASSINATURA _____ NOME _____
72. ASSINATURA _____ NOME _____
73. ASSINATURA _____ NOME _____
74. ASSINATURA _____ NOME _____
75. ASSINATURA _____ NOME _____



PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever trabalhos acadêmicos de conclusão de curso (TCCs) como instrumentos de avaliação final de cursos de graduação, e anteprojetos de lei como modalidade de apresentação desses TCCs.


SF/16593.38917-57

76. ASSINATURA _____ NOME _____

77. ASSINATURA _____ NOME _____

78. ASSINATURA _____ NOME _____

79. ASSINATURA _____ NOME _____

80. ASSINATURA _____ NOME _____

81. ASSINATURA _____ NOME _____



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 205

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO - - 9394/96

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 359, DE 2016

Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° DE 2016

Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.


SF16603.17989-15

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20.**

I – pedido de demissão e despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS traz, no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, inúmeros dispositivos (atualmente são dezoito incisos) que contemplam a liberação dos depósitos existentes, sendo que as hipóteses mais comuns são a demissão sem justa causa e a aposentadoria.

Entretanto, quando o empregado pede demissão, os saldos ficam retidos, com atualização monetária insuficiente e em benefício do sistema financeiro que sustenta, entre outras, as políticas habitacionais. Essa situação é



injusta pois a relação de emprego possui dois atores bem definidos, empregado e empregador, que recebem tratamento diferenciado.

Quando a rescisão ocorre por iniciativa do empregador, os créditos são liberados; quando o empregado inicia o processo de rescisão, os créditos são retidos. Ora, essa diferença de tratamento é injustificável, valorizando sobremaneira as razões do empregador.

Em muitos casos, as condições de trabalho são ruins e o empregador retarda os pagamentos ou desestimula a continuidade do trabalho. Lógico que não interessa a ele arcar com o custo das rescisões. O empregado é, então, forçado direta ou indiretamente a pedir demissão. Ficará sem acesso imediato ao seu FGTS e sem o Seguro-Desemprego. Justo? Não! Em relações dessa natureza os trabalhadores devem ter os mesmos direitos, quer peçam demissão ou sejam demitidos injustificadamente.

No âmbito político mais abrangente, numa sociedade de homens livres ninguém deve ser constrangido ou induzido a permanecer desempenhando tarefas ou atividades incompatíveis com a sua vocação e a sua felicidade. Em última instância, a emancipação dos trabalhadores passa, também, pelo direito de usufruir de seus fundos de poupança e reserva, nos momentos julgados, por eles, mais convenientes.

Trata-se de uma medida importante para melhorar a legislação do FGTS. Esperamos, pelas razões expostas, contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador ROSE DE FREITAS

SF/16603.17989-15

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - LEI DO FGTS - 8036/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

- artigo 20
- inciso I do artigo 20



PROJETO DE LEI DO SENADO N° 360, DE 2016

Sen. Rose de Freitas

*cc e CSE/DT
às Comissões de Educação,
Cultura e Esporte; e de Assuntos
Econômicos (Decisão Terminativa)
Em 4/10/2016
Assinado:*

Altera a lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer o reajuste anual do valor per capita do PNAE, definindo o IPCA como índice utilizado para o cálculo do percentual do reajuste.

Art. 1º A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.6º.....”

§ 1º O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

§ 2º Os valores per capita definidos pelo FNDE serão reajustados, anualmente, no mês de janeiro, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do ano anterior ou de outro índice que venha substituí-lo, sendo o percentual de reajuste igual ou superior ao índice.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visa a transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para alimentação escolar.

Criado em 1955, com o nome de Campanha de Merenda Escolar (CME), o PNAE vem se desenvolvendo e, consequentemente, atendendo um número cada vez maior de estudantes.

Recebido em 26/09/16
Hora: 17:11



A partir de 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, ampliou-se a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

O tema da alimentação escolar tem ganhado destaque na agenda internacional, sendo matéria de debates e acordos internacionais firmados no âmbito de Organismos Internacionais, tais como como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A alimentação escolar se consolidou enquanto política pública fundamental para o desenvolvimento da educação, não só por assegurar condições nutricionais mínimas às crianças em idade escolar, mas também por contribuir com a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Apesar da reconhecida importância do PNAE para o avanço da educação brasileira, o programa convive com **congelamentos frequentes dos valores repassados pelo Governo Federal**, como ocorreu no período entre 1994 e 2003, 2006 a 2009 e 2010 a 2011. No momento o programa encontra-se sem reajuste desde 2012, sendo que a inflação acumulada no mesmo período foi de **53,8%**, causando uma enorme sobrecarga para os municípios.

Os valores repassados à conta do PNAE são calculados de acordo com as matrículas em cada etapa e modalidade da educação básica, apuradas pelo censo escolar do ano anterior ao do atendimento. O repasse é feito em 10 parcelas mensais e cada parcela corresponde a 20 dias de aula.

Atualmente, o valor repassado pela União aos estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino, sendo:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50

SF/16947.31477-16

Página: 2/7 18/08/2016 15:04:01

60ab46128c530d84586c12ca6329313dfe7e6b15



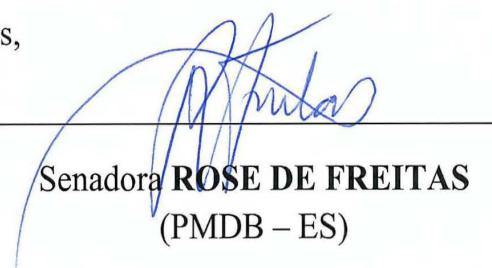
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50

Como podemos observar, os valores são consideravelmente baixos e insuficientes para assegurar o bom funcionamento do programa no âmbito dos municípios. O valor de R\$ 0,30 por aluno/dia repassado para os municípios é absurdo e incompatível com os preços dos alimentos praticados no Brasil. Esse valor é o repassado para financiar o programa para a grande maioria das matrículas, que se concentram nos ensinos fundamental e médio.

Por esse motivo, apresentamos a presente proposição legislativa com objetivo de impedir novos congelamentos e garantir o funcionamento equilibrado do programa, sem colocar sobre os municípios um peso desproporcional.

Convicta da relevância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,



Senadora **ROSE DE FREITAS**
(PMDB – ES)

|||||
SF/16947.31477-16

Página: 37 18/08/2016 15:04:01

60ab46128c530d84586c12ca63329313dfe7e6b15





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 361, DE 2016

Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

AUTORIA: Senadora Ana Amélia

DESPACHO: Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

SF16753.14144-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar, do valor total do prêmio recolhido:

I – quinze por cento para o Ministério da Saúde, destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para custeio dos serviços pré-hospitalares e hospitalares de urgência;

II – dez por cento para o Ministério da Fazenda, destinados ao Regime Geral de Previdência Social, para serem aplicados em programas de habilitação e reabilitação física e profissional;

III – vinte por cento para as entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social, instituídos no âmbito dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, destinados à composição dos recursos garantidores de benefícios de riscos concedidos e a conceder;

IV – cinco por cento para o Ministério das Cidades, destinados ao Departamento Nacional de Trânsito, para aplicação exclusiva em programas de prevenção de acidentes de trânsito.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....

I – R\$ 24.985,52 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) – no caso de morte;



 SF/16753.14144-40

II – até R\$ 24.985,52 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) – no caso de invalidez permanente;

III – até R\$ 4.997,16 (quatro mil novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

.....
 § 4º Os valores de que tratam os incisos I, II e III do *caput* serão atualizados anualmente, no dia primeiro de janeiro, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNPS), de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).” (NR)

Art. 3º Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão participar da destinação de recursos de que trata o inciso III do art. 1º desta Lei, desde que, cumulativamente:

I – tenham instituído regime próprio de previdência social, conforme estabelecido pela Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

II – estejam regulares perante o Ministério da Previdência Social com as suas obrigações previdenciárias, mediante verificação da validade do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP);

III – atendam aos demais requisitos e condições estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.

§ 1º O quantitativo de servidores ativos e aposentados de cada ente federativo será considerado na distribuição dos recursos de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º O Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social deliberará acerca do disposto neste artigo e sobre a participação e a destinação dos recursos a que se refere o inciso III do art. 1º desta Lei.



SF/16753.11444-40

Art. 4º Os recursos a que se refere o inciso III do art. 1º desta Lei serão depositados em conta corrente de natureza específica de cada entidade gestora do regime próprio de previdência social.

§ 1º A disponibilidade dos recursos somente ocorrerá caso o ente federativo possua o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), vigente no primeiro dia útil de cada mês.

§ 2º Na hipótese de ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária válido, o regime próprio de previdência social deverá regularizá-lo no prazo de até noventa dias contados da data do depósito, sob pena de redistribuição às demais entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social dos recursos que lhe seriam destinados, na forma do *caput* deste artigo.

§ 3º Os depósitos de que trata este artigo serão efetuados mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da apuração dos valores.

Art. 5º O art. 10 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XXVI e XXVII:

“Art. 10.

.....
XXVI – um representante da Secretaria da Previdência Social do Ministério da Fazenda;

XXVII – um representante da Confederação Nacional dos Municípios.

.....” (NR)

Art. 6º Ficam revogados o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o parágrafo único do art. 78 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei que ora apresento tem o objetivo de corrigir algumas imperfeições da atual legislação sobre a distribuição dos recursos do DPVAT. Primeiramente, esta proposição pretende transferir aos estados e municípios, responsáveis pela maior parte dos serviços de emergência que atendem vítimas de acidentes de trânsito, parte dos recursos oriundos do DPVAT, de forma direta, sem passar pelo Fundo Nacional de Saúde.

|||||
SF/16753.14144-40

Além disso, mais relevante do que proporcionar a descentralização do repasse é dar distintas destinações aos recursos do DPVAT, em função da existência de outras ações de extrema relevância, também carentes de maior aporte de verbas.

Com efeito, parece evidente que a destinação dos recursos do DPVAT deva incorporar outros destinatários, como forma de complementar as ações de custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, tais como iniciativas destinadas à reabilitação, à cobertura de benefícios de risco, bem como à prevenção.

Esse é o caso dos programas de habilitação e reabilitação física e profissional, a serem desenvolvidos no campo da previdência social, bem como da dotação de recursos garantidores de benefícios de riscos concedidos e a conceder, destinados às entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social de estados, municípios e Distrito Federal. No mesmo sentido, também deverá ser destinada uma parcela dos recursos do DPVAT para programas de prevenção de acidentes de trânsito.

Por outro lado, o Projeto de Lei prevê a revisão anual dos valores das indenizações na hipótese de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. A legislação atual fixa em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a indenização nos casos de morte e invalidez permanente, total ou parcial, e em até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) o reembolso à vítima nos casos de despesas com assistência médica e despesas suplementares devidamente comprovadas.



Ressalte-se que os valores em vigência foram fixados pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, decorrente da conversão da Medida Provisória (MPV) nº 340, de 29 de dezembro de 2006. Hoje, passados quase dez anos sem que houvesse qualquer atualização das indenizações, essas se encontram bastante defasadas.

Atualizando-se o valor das indenizações pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado o período compreendido entre 29 de dezembro de 2006, data da edição da MPV nº 340, de 2006, e agosto de 2016, obtém-se um percentual de reajuste da ordem de 85,08%.

Por conseguinte, as indenizações nos casos de morte e invalidez permanente, total ou parcial, passariam a ter o valor de R\$ 24.985,52 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos); e de até R\$ 4.997,16 (quatro mil novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos), como reembolso à vítima, no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Por fim, tendo em vista a complexidade dos assuntos que envolvem a gestão dos problemas de trânsito, tanto no âmbito das finanças públicas quanto no que tange aos aspectos atinentes à descentralização das ações e dos recursos, o Projeto de Lei prevê ainda a ampliação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O referido conselho passa a contar com a participação adicional de um representante da Secretaria da Previdência Social do Ministério da Fazenda, e um representante da Confederação Nacional dos Municípios.

Convencida da relevância e da justeza do Projeto de Lei que ora submeto à apreciação, venho instar meus ilustres pares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora ANA AMÉLIA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.194, de 19 de Dezembro de 1974 - 6194/74
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6194>
 - artigo 3º
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
 - parágrafo 1º do artigo 27
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - CODIGO DE TRANSITO BRASILEIRO - 9503/97
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>
 - artigo 10
 - parágrafo 1º do artigo 78
- Lei nº 9.717, de 27 de Novembro de 1998 - Lei dos Regimes Próprios de Previdência Social; Lei Geral da Previdência Pública - 9717/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9717>
- Lei nº 11.482, de 31 de Maio de 2007 - 11482/07
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11482>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 362, DE 2016

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que *dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*, para dispor sobre a regulação do acesso à assistência à saúde.

SF/16534.87573-04
|||||

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 15, 16, 17 e 18 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

.....
XXII – regulação do acesso à assistência à saúde, nos serviços próprios, contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. A regulação do acesso à assistência à saúde a que se refere o inciso XXII será feita com base em protocolos, classificação de risco e demais critérios de priorização, e inclui as seguintes ações, entre outras dispostas no regulamento:

I – regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências;

II – controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos, especializados ou não;

III – estabelecimento de referências entre unidades de saúde de diferentes níveis de complexidade, de forma a





SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

garantir a integralidade da atenção, mediante a pontuação de fluxos de assistência e de protocolos de regulação;

IV – ampla divulgação de informações atualizadas referentes à disponibilidade e à utilização dos recursos assistenciais do SUS, especialmente dos leitos hospitalares de urgência e dos leitos das unidades de terapia intensiva, em todas as esferas de gestão, mediante a sua publicação em sítio da internet, na forma do regulamento, respeitando-se a privacidade e o sigilo das informações dos pacientes." (NR)

“Art. 16. À direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

.....
XX – normatizar e coordenar nacionalmente a regulação do acesso à assistência à saúde e prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para essa finalidade.

....." (NR)

“Art. 17.

.....
XV – coordenar e estabelecer normas, em caráter suplementar, para a regulação do acesso à assistência à saúde em seu âmbito administrativo, especialmente para os serviços públicos de alta complexidade, de referência estadual ou intermunicipal, e prestar cooperação técnica e financeira aos Municípios de sua área de abrangência para essa finalidade." (NR)





SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

“Art. 18. À direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

.....

XIII – organizar, coordenar e normatizar complementarmente a regulação do acesso à assistência à saúde em seu âmbito administrativo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação oficial.

SF/16534.87573-04

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição legislativa tem por objetivo dar transparência e facilitar a coordenação do acesso a vagas de leitos hospitalares de urgência e de UTI do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios.

Para tanto, o projeto de lei inclui na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde –, a regulação do acesso à assistência à saúde em todos os âmbitos administrativos do SUS: federal, estadual, distrital e municipal.

Trata-se de tornar obrigatória a regulação do acesso às ações e aos serviços prestados no âmbito do SUS e de dar visibilidade e transparência à sua oferta e utilização, em respeito aos princípios constitucionais, da publicidade, da moralidade e da imparcialidade.

A regulação da atenção à saúde é entendida como o conjunto de relações, saberes, tecnologias e ações que intermedeiam a demanda dos usuários por serviços de saúde e o





SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

acesso a eles. Ela tem o importante papel de organizar o funcionamento geral do sistema e deve pautar-se por mecanismos que garantam a visibilidade e transparência junto aos usuários.

É por meio da ação regulatória, realizada por profissional de saúde competente, que se busca organizar os serviços de saúde de forma a disponibilizar a alternativa assistencial mais adequada a cada caso, de acordo com sua necessidade e com os protocolos estabelecidos.

É, portanto, um instrumento para alcançar a equidade preconizada pelo SUS.

A partir desse entendimento, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.559, de 1º de agosto de 2008, que *institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS*.

Apesar do reconhecimento da importância da ação regulatória como um instrumento voltado para a garantia do acesso e atendimento dos usuários do SUS, problemas relativos a falhas nos mecanismos de regulação têm sido alvo de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Federal (MPF), que apontam a falta de transparência no processo de gestão das filas de espera do SUS como um dos principais problemas detectados.

É, portanto, fundamental que a Lei 8.080/1990 seja aperfeiçoada para estabelecer requisitos mínimos e proporcionar a integração efetiva das ações da União, dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso à assistência à saúde de toda a população brasileira.

SF/16334-87573-04





SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

O projeto de lei concede um período de vacância de 180 dias em função do tempo julgado necessário para a organização do funcionamento dessa nova regulação pela União, Estados e Municípios, bem como respeita a privacidade e o sigilo das informações dos pacientes.

Pela importância da matéria, solicitamos o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **WELLINGTON FAGUNDES**

SF16534.87573-04



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - LEI ORGANICA DA SAUDE - 8080/90
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>

- artigo 15
- artigo 16
- artigo 17
- artigo 18



Requerimentos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

*Anovado
env 4/10/2016*

REQUERIMENTO N° 720, DE 2016



Requeiro, nos termos do artigo 43, I do Regimento Interno do Senado Federal licença, por motivo de doença, dos trabalhos da Casa no período de 26 a 30 de setembro de 2016.

Sala das Sessões,

**Senador ROBERTO ROCHA
(PSB/MA)**

Página: 1/1 21/09/2016 16:09:14

4a502ea693146c42a89cf2350d72822bd134871

*Will
30.9.16
25.9.16*

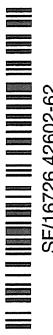




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROBERTO ROCHA** – PSB/MA

*Approved
em 01/10/2016*

REQUERIMENTO N° 721, DE 2016

SF16726.42602-62


Requeiro, nos termos do artigo 43, II do Regimento Interno do Senado Federal licença, para tratar de assuntos particulares, dos trabalhos da Casa no período de 01 de outubro de 2016 a 26 de janeiro de 2017.

Sala das Sessões,

**Senador ROBERTO ROCHA
(PSB/MA)**

Página: 1/1 21/09/2016 16:12:16

6d111bcccd6d6f23ea5fc25c36a110d6f1d216c3

*Wild
30.9.16 (266726)
25.5.16*

Senado Federal – Anexo II 2º andar
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF – Fone: 3303 1437- / Fax – 3303 1438
e-mail: robertorocha@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

*Atendido
em 4/10/2016*

REQUERIMENTO N° 722, DE 2016

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, considerando que o Plenário do Senado já aprovou o Requerimento nº 704, de 2016, que autoriza minha participação na Conferência da Aliança Parlamentar Progressista, a se realizar em Bruxelas, na Bélgica, nos dias 17 e 18 de outubro de 2016, retificando a informação constante do referido documento, comunico que estarei ausente do país no período de 13 a 19 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões,

Senadora GLEISI HOFFMANN

Página: 1/2 27/09/2016 14:27:44

312662f59fad8caa617eccaa5256e71465c4d4b48



*266726 14:39
Wilek 27.9.16*



Aprovado
em 04/10/16

REQUERIMENTO N° 723, de 2016

Barcode: SF/16603.58298-61

Tendo sido designado para participar da 42^a sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, a se realizar em Montevidéu (Uruguai), requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, § 2º da resolução nº 1, de 2011-CN, autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no dia **6 de outubro de 2016** a fim de atender honrosa missão.

Portanto, e nos termos do art. 39 do RISF, comunico que estarei ausente do País no período de **5 a 7 de outubro de 2016**.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 2016

Página: 1/7 03/10/2016 13:37:33

Senador Lindbergh Farias

Recebido em 03/10/2016
Hora 12:54
Patrícia Nóbrega - Mat. 187048
SGM - Senado Federal





SENADO FEDERAL

À Publicação
Encaminhado

Em 4/10/2016

APPROVADO
EM 04.10.2016

REQUERIMENTO N° 724 , DE 2016
(da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Na forma do disposto no art. 222, do Regimento Interno do Senado, requeremos Moção de Solidariedade em apoio ao processo de paz entre o Governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), nos seguintes termos:

"Ao tomar conhecimento do resultado do referendo realizado no último dia 2 de outubro, na Colômbia, contrário ao acordo de paz concluído com as FARC, o Senado Federal associa-se aos apelos para que as várias partes envolvidas no conflito, incluindo as forças políticas que se opuseram ao acordo, entrem em entendimento para aproveitar todas as possibilidades de pacificação definitiva e reconciliação nacional. Ademais, exorta o Governo brasileiro a reiterar seu apoio ao processo de paz e sua inteira disposição em colaborar com a Colômbia num processo que interessa também ao Brasil e aos demais países da América do Sul. "

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 2 de outubro, o acordo de paz celebrado entre o Governo colombiano e as FARC foi submetido a referendo popular. O acordo poria fim a um conflito que já dura cinquenta anos, com um saldo de 260 mil mortos, 45 mil desaparecidos e 6,9 milhões de pessoas deslocadas.

O texto dispunha sobre a desmobilização e desarmamento de 5765 combatentes, sob supervisão das Nações Unidas, e sua reincorporação à vida civil. Além disso, previa um sistema de justiça especial para julgar os crimes cometidos por todas as partes e uma lei de anistia para os rebeldes acusados de delitos

Recebido em Plenário.

Em 04/10/2016
José Serra Paesano





SENADO FEDERAL

políticos. A anistia não estendia o benefício a pessoas responsáveis por massacres, torturas e violência sexual.

O acordo estabelecia procedimentos para a desvinculação das FARC da produção de drogas ilícitas e a substituição de cultivos nas zonas de influência da guerrilha. Dispunha ainda sobre a conversão das FARC em movimento político legal, cujos membros teriam sua integridade física garantida pelo Estado. Além disso, se reservaria às FARC dez dos 268 cargos eletivos no Congresso colombiano, por dois períodos legislativos consecutivos de quatro anos. O acordo contemplava ainda ações relativas a desenvolvimento agrário, notadamente acesso a terras, créditos e serviços básicos às regiões atingidas pela guerra civil.

A apuração revelou que 50,2% dos votantes rejeitaram o acordo de paz, enquanto 49,7% o apoiaram, tendo menos da metade eleitorado comparecido às urnas. Logo após reconhecer a derrota, o Presidente Santos conclamou as várias partes, inclusive o ex-Presidente Álvaro Uribe, um dos opositores do acordo, a um amplo diálogo.

Sala das Reuniões, em 4 de outubro de 2016.


Senador VALDIR RAUPP



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 26ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 04 de outubro de 2016 (terça-feira), às 14h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT) <i>Jorge Viana</i>	1. José Pimentel (PT) <i>José Pimentel</i>
Lindbergh Farias (PT)	2. Telmário Mota (PDT) <i>Telmário Mota</i>
Gleisi Hoffmann (PT)	3. VAGO
Lasier Martins (PDT) <i>Lasier Martins</i>	4. Humberto Costa (PT)
Cristovam Buarque (PPS) <i>Cristovam Buarque</i>	5. VAGO
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	6. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Edison Lobão (PMDB) <i>Edison Lobão</i>	1. João Alberto Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Kátia Abreu (PMDB)
Ricardo Ferraço (PSDB) <i>Ricardo Ferraço</i>	5. Hélio José (PMDB)
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
José Agripino (DEM) <i>José Agripino</i>	1. Ronaldo Caiado (DEM)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. José Aníbal (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	4. Antonio Anastasia (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. João Capiberibe (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	1. VAGO
Armando Monteiro (PTB) <i>Armando Monteiro</i>	2. Magno Malta (PR)

Confere com o original.

Rodrigo Barbosa de Oliveira
Rodrigo Barbosa de Oliveira
Secretário Adjunto
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 725, DE 2016

Com base no disposto no caput do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre a dificuldade que os servidores em greve vem enfrentando nas negociações com a pasta.

AUTORIA: Senador Humberto Costa

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/16344.06545-16

REQUERIMENTO N° ___, DE 2016 – PLEN

Com base no disposto no *caput* do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 397 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO seja CONVOCADO o Ministro de Estado das Relações Exteriores, José Serra, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre a dificuldade que os servidores em greve vem enfrentando nas negociações com a pasta.

JUSTIFICAÇÃO

Os servidores do Itamaraty estão entrando na quinta semana de greve, solicitando tanto o reenquadramento das carreiras quanto o atendimento a uma pauta não-remuneratória.

Nesse período, cerca de 115 dos 212 postos do Ministério das Relações Exteriores – muitos deles de grande expressão, como os que ficam em Paris e em Nova York – paralisaram parte sensível das suas atividades. São Embaixadas, missões diplomáticas, escritórios, consulados e vice-consulados que deixaram de emitir vistos, registrar nascimentos e óbitos, emitir passaportes, entre outros serviços aos cidadãos, por conta do movimento legítimo dos servidores.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/16344.06545-16

O que assombra é que, desde o dia 22 de agosto, quando iniciaram a greve, até hoje, os servidores do Itamaraty sequer conseguiram ser recebidos pelo ministro das Relações Exteriores, José Serra, que se nega a abrir qualquer diálogo com eles.

Não obstante, determinou o corte do ponto dos servidores, retirando quase um terço dos salários dos grevistas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se nega a negociar, ele pune um movimento legítimo.

Em razão disso, apresento este requerimento de convocação para que o ministro José Serra venha ao Senado explicar por que está se negando a receber os servidores e a negociar a pauta apresentada, parte dela não-remuneratória, e por que determinou o corte de ponto antes mesmo de abrir qualquer possibilidade de diálogo ou de decisão da Justiça do Trabalho sobre a legalidade da greve.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 2016

Senador HUMBERTO COSTA

Líder do PT e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 726, DE 2016

Voto de Pesar pelo falecimento do Jornalista Marconi Goes de Albuquerque, jornalista e empresário do Estado da Paraíba.

AUTORIA: Senador Deca

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador DECA

REQUERIMENTO N° , de 2016

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento de Marconi Goes de Albuquerque, ocorrido no dia 20 de setembro de 2016.

SF16301-11914-27

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE PESAR pelo falecimento de **Marconi Goes de Albuquerque**, jornalista e empresário, do Estado da Paraíba, ocorrido no dia 20 de setembro de 2016.

Marconi Goes, foi superintendente dos Diários Associados da Paraíba, no início dos anos 70 até meados dos anos 90. Atuava no ramo da comunicação no comando formado pelo Jornal O NORTE de João Pessoa, Diário da Borborema de Campina Grande, TV O NORTE, TV Borborema e diversas emissoras de rádio na Paraíba.

Requeiro, que o presente Voto de Pesar seja encaminhado à família do Jornalista.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador DECA

SF16301.11914-27

JUSTIFICATIVA

Faleceu nesta terça-feira, dia 20 de setembro, na cidade de João Pessoa, Marconi Goes de Albuquerque empresário e jornalista, do Estado da Paraíba.

Minha homenagem ao Marconi Goes, empresário de sucesso que marcou a história do jornalismo na Paraíba. Homem de caráter como poucos e de firmeza rara. Coerente, probo e competente. Fará muita falta em todos os aspectos, nos deixa um legado de trabalho e de honestidade.

Encaminho votos de condolências e de solidariedade à família de Marconi Goes de Albuquerque, um grande homem que deixa seu nome gravado na história da Paraíba.

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2016.

Senador **DECA**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 727, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLS nº 236, de 2016.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° , DE 2016*Requer redistribuição do PLS 236/2016*
SF/16179.41553-34

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Franco, “que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos fumígeros, derivados ou não de tabaco, a menores de vinte e um anos de idade”, seja remetido ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por estar no âmbito de suas competências.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 728, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o PLS nº 236, de 2016.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2016*Requer redistribuição do PLS 236/2016*

SF/163245010-62

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Franco, “que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco, a menores de vinte e um anos de idade”, seja remetido ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) por estar no âmbito de suas competências.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 729, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o PLS nº 236, de 2016.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2016

Requer redistribuição do PLS 236/2016

SF/16149.37966-90

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Franco, “que altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos fumígeros, derivados ou não de tabaco, a menores de vinte e um anos de idade”, seja remetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por estar no âmbito de suas competências.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA





Apelado
25/10/2016



SF16640.21957-90

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 730, DE 2016

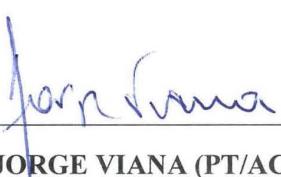
Requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar Missão Oficial no exterior, representando o Senado Federal, por ocasião de designação da Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC, na Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, no período compreendido entre os dias 7 e 18 de novembro de 2016, em Marrakesh, Marrocos.

Em cumprimento ao que determina o art. 39, inciso I, também do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que estarei ausente do País no citado período.

Página: 1/1 04/10/2016 18:32:12

6d59dea62b995580065d79b23bde116d1ca167a2

Brasília, 04 de outubro de 2016


Senador JORGE VIANA (PT/AC)

Vice-Presidente do Senado



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Parecer nº 800/2016



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Parecer nº 800, de 2016 - Juarez Martinho Quadros do Nascimento (ANATEL)**

Indicação do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

Matéria PAR 800/2016

Início Votação 04/10/2016 17:02:17

Término Votação 04/10/2016 17:28:28

Sessão 146º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão

04/10/2016 08:07:26

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PSDB	PB	Deca	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PDT	RO	Pastor Valadares	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO

Emissão 04/10/2016 17:28:32



Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 800, de 2016 - Juarez Martinho Quadros do Nascimento (ANATEL)

Indicação do Senhor Juarez Martinho Quadros do Nascimento, para exercer o cargo de Membro e Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em decorrência da renúncia do Senhor João Batista de Rezende.

Matéria **PAR 800/2016**

Início Votação **04/10/2016 17:02:17** Término Votação **04/10/2016 17:28:28**

Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/10/2016 08:07:26**

PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazzotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PTB	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM:49 NÃO:6 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:56



Primeiro-Secretario

Emissão 04/10/2016 17:28:33



Mensagem nº 86/2016

Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Mensagem nº 86, de 2016 - Antonio José Maria de Souza e Silva (Myanmar)**

Indicação do sr. Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Matéria **MSF 86/2016**Início Votação **04/10/2016 17:30:10** Término Votação **04/10/2016 17:40:54**Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **04/10/2016 08:07:26**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PTC	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PDT	RO	Pastor Valadares	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO

Emissão 04/10/2016 17:40:58



Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 86, de 2016 - Antonio José Maria de Souza e Silva (Myanmar)

Indicação do sr. Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Matéria MSF 86/2016

Início Votação 04/10/2016 17:30:10 Término Votação 04/10/2016 17:40:54

Sessão 146º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 04/10/2016 08:07:26

PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PTB	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM:47 NÃO:3 ABST.: 2 PRESIDENTE:0 TOTAL:52

Primeiro-Secretario

Emissão 04/10/2016 17:40:59



Mensagem nº 83/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Mensagem nº 83, de 2016 - José Marcos Nogueira Viana (Omã)**

Indicação do sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

Matéria **MSF 83/2016**Início Votação **04/10/2016 17:44:04**Término Votação **04/10/2016 17:49:37**Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/10/2016 08:07:26

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PMDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PDT	RO	Pastor Valadares	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO

Emissão 04/10/2016 17:49:40



Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 83, de 2016 - José Marcos Nogueira Viana (Omã)

Indicação do sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Sultanato do Omã.

Matéria MSF 83/2016 Início Votação 04/10/2016 17:44:04 Término Votação 04/10/2016 17:49:37

Sessão 146º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 04/10/2016 08:07:26

PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazzotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM:46 NÃO:2 ABST.: 2 PRESIDENTE:0 TOTAL:50

John H. Newell

Primeiro-Secretario

Emissão: 04/10/2016 17:49:41



Projeto de Lei de Conversão nº 27/2016**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2016
(Proveniente da Medida Provisória nº 734, de 2016)**

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União ao Estado do Rio de Janeiro para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a União obrigada a prestar apoio financeiro, nos termos desta Lei, no exercício de 2016, na forma de parcela única, correspondente à importância de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), para auxiliar nas despesas com Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

Parágrafo único. O montante referido no *caput* será entregue ao Estado após a abertura do crédito orçamentário para a finalidade.

Art. 2º É vedada a transferência de pessoal dos órgãos de segurança pública lotado nas demais cidades do Estado do Rio de Janeiro para o Município do Rio de Janeiro durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Medida Provisória nº 736/2016**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 736, DE 2016**

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00, para o fim que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 2.900.000.000,00 (dois bilhões e novecentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal, Municípios
 UNIDADE: 73001 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO

PROGRAMA DE TRABALHO (PROJETO)

Crédito Extraordinário

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PROJETO	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e Desenvolvimento da Legislação Específica	Recurso de todas as Fazendas								
				E	G	H	I	J	K	U	V	VALOR
				S	N	P	Q	R	U	V		
				F	D	C	B	A				2.910.000,00
28445	0003 0074	Auxílio Financeiro ao Estado do Rio de Janeiro para Segurança Pública para a Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos - Rio 2016 (Medida Provisória nº 734, de 2016)										1.900.000,00
18445	2001 0009 0021	Apuramento e Transferência ao Fundo do Rio de Janeiro para Segurança Pública para a Realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos - Rio 2016 (Medida Provisória nº 734, de 2016) - No Estado do Rio de Janeiro (Código da presidente)										7.901.000,00
TOTAL - FISCAL				F	J	I	U	V				2.900.900,00
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												2.900.900,00



Proposta de Emenda à Constituição nº 36/2016



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº 3 - PLEN

(à PEC nº 36, de 2016)

|||||
SF/16772.78574-55

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Suprimam-se, no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, na forma do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a expressão **“majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais”**, bem como, em decorrência, o art. 2º da proposição.

JUSTIFICAÇÃO

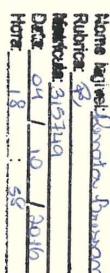
O objetivo da presente emenda é suprimir, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a proibição da celebração de coligações nas eleições proporcionais.

Inicialmente, cabe lembrar que, atualmente, a Constituição garante expressamente autonomia para os partidos adotarem os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal (art. 17, § 1º).

Essa garantia expressa foi adotada pela Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, como reação do Congresso Nacional à decisão do Tribunal Superior Eleitoral de *verticalizar as eleições de 2002*.

Página: 1/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7aea65d446b56b046ea218218da83a0




SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

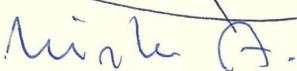
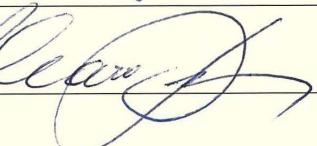
A manutenção das coligações nas eleições proporcionais é fundamental porque, na maioria dos Estados do País o quociente eleitoral é muito alto nas eleições para Deputado Federal. Assim, na prática, a proibição das coligações traduzir-se-ia em limitação à liberdade de organização partidária, inclusive se chocando com o princípio de que os partidos políticos devem ter ampla liberdade de se organizar, sem a interferência do Estado.

Isso pode ser observado se considerarmos que bancadas seriam eleitas em 2014 na Câmara dos Deputados, de acordo com os resultados daquelas eleições, caso estivessem, à época, proibidas as coligações partidárias.

Além do crescimento gigantesco das três maiores bancadas e da redução ou desaparecimento dos demais partidos, teríamos que, em sete Unidades da Federação (Acre, Distrito Federal, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins) apenas um partido político atingiria o quociente eleitoral e, na forma do § 2º do art. 109 do Código Eleitoral, levaria todas as vagas e, no Estado do Amapá, nenhum partido atingiria o quociente eleitoral.

Assim, é fundamental, tanto para assegurar a autonomia e a liberdade dos partidos políticos como a pluralidade partidária no Brasil, que não se proíba a coligação nas eleições proporcionais, que sempre foi garantida em todas as nossas constituições democráticas.

Sala das Sessões,


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas
 SENADOR(A) _____ - RANDOLFE
 SENADOR(A)  - CRISTOVAM
 SENADOR(A)  - ALVARO DIAS



SF/16772.78574-55

Página: 2/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

|||||
SF/16772.78574-55

SENADOR(A) - FÁTIMA BEZERRA

SENADOR(A) -

SENADOR(A) - GARIBALDI.

SENADOR(A) Rocinha

SENADOR(A) Elmano Ferreira

SENADOR(A) Ángel Portela

SENADOR(A)

SENADOR(A) OTTO ALCAR

SENADOR(A) Sebastião Valadares Neto

SENADOR(A)

SENADOR(A)

Página: 3/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF16772.78574-55

Página: 4/5 19/09/2016 16:58:24

065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218218da83a0

SENADOR(A) - EUNÍCIO OLIVEIRA.

SENADOR(A) - LINDBERG FARIA.

SENADOR(A) - MÁRIO IÓSÉ.

SENADOR(A) - MOKA.

SENADOR(A) - WELLINGTON FAGUNDES.

SENADOR(A) - JOSÉ MEDEIROS.

SENADOR(A) - JORGE VIANA.

SENADOR(A) - EDVALDO BRAGA.

SENADOR(A) - JÂNIO.

SENADOR(A) - REGIME SOÁREZ.

SENADOR(A) - ROMÁRIO.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADO FEDERAL
SF/16772.78574-55

SENADOR(A) Gleisi SENADOR(A) João Capiberibe SENADOR(A) Vicentinho SENADOR(A) Beto Preto SENADOR(A) Leônidas - Roberto Requião SENADOR(A) Adílio da Mata SENADOR(A) Roberto Muniz SENADOR(A) José - Ivo Cassol SENADOR(A) Wanderson - Paulo P. Pádua SENADOR(A) Edson Lobão SENADOR(A) Speth - Simão Tobet

Página: 5/5 19/09/2016 16:58:24
065cd02c9d7ae65d446b56b046ea218210da83a0





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº 4 - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)



SF/16889.05946-09

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Dê-se ao §2º, do art. 17, da Constituição Federal, alterado pelo art. 1º do substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016; e ao parágrafo único, do art. 3º, do referido substitutivo, a seguinte redação:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 17.....

.....

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral e terão direito a funcionamento parlamentar aqueles que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma destas.

.....

Art. 3º

Página: 1/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860

Cidelle G. Vitor Almeida
Matrícula Nº 264432
Secretaria-Geral Mesa
Senado Federal

Cidelle 04/10/2016

19:05





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Parágrafo único. Nas eleições de 2018, as restrições de que trata o *caput* se aplicarão aos partidos políticos que não obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 0,8% (oito décimos por cento) dos votos válidos em cada uma destas.



SF/16889.05946-09

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da presente emenda é buscar flexibilizar as exigências previstas na Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, para o funcionamento parlamentar.

Efetivamente, as normas previstas na proposição são por demais rigorosas.

Se considerarmos os resultados das eleições de 2014, somente atingiriam os parâmetros permanentes o PT, o PSDB, o PMDB, o PP, o PSB, o PSD, o PR, o PRB, o DEM, o PTB e o PDT. A regra de transição, de sua parte, abrangeia o SD e o PSC.

Ora, a Constituição de 1988 consagra o pluripartidarismo, como um dos fundamentos do nosso Estado de Direito e não é possível que se restrinjam, de forma irrazoável os direitos de parlamentares legitimamente eleitos, inviabilizando, na prática, a formação e popularização de pensamentos políticos alternativos.

Não foi outro o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.351 e 1.354, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, quando foram suspensos dispositivos da Lei dos Partidos Políticos que iam em sentido similar ao que é proposto na PEC nº 36, de 2016, porque violavam o princípio da proporcionalidade e inviabilizavam o direito de manifestação política das minorias.

Segundo o Excelso Pretório, as referidas normas afrontavam o princípio fundamental do pluralismo político, bem como a igualdade de chances e a garantia da expressão das minorias inerentes ao Estado

Página: 2/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Democrático de Direito, em violação ao art. 1º, *caput* e inciso V, da Constituição Federal, conforme trechos do voto do Ministro Marco Aurélio, a seguir reproduzidos:

No Estado Democrático de Direito, a nenhuma maioria, organizada em torno de qualquer ideário ou finalidade – por mais louvável que se mostre –, é dado tirar ou restringir os direitos e liberdades fundamentais dos grupos minoritários dentre os quais estão a liberdade de se expressar, de se organizar, de denunciar, de discordar e de se fazer representar nas decisões que influem nos destinos da sociedade com um todo, enfim, de participar plenamente da vida pública, inclusive fiscalizando os atos determinados pela maioria.

(...) Democracia não é a ditadura da maioria! De tão óbvio, pode haver o risco de passar despercebido o fato de não subsistir o regime democrático sem a manutenção das minorias, sem a garantia da existência destas, preservados os direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.

Nesse momento, ainda que se pretenda estabelecer cláusula de desempenho por meio de emenda à Constituição e não por lei ordinária, deve-se lembrar que o pluralismo político constitui ponto essencial à democracia e trata-se de cláusula pétrea. Assim, a presente PEC, ao dificultar de forma exagerada a manutenção e criação de agremiações partidárias, incide na mesma inconstitucionalidade.

Assim, como forma de equacionar essa injustiça, estamos propondo uma alteração na proposição, para estabelecer, como regra permanente, que terão direito a funcionamento parlamentar os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, dois por cento de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de um por cento dos votos válidos em cada uma destas.

Nas eleições de 2018, como regra de transição, exigir-se-á, no mínimo, um e meio por cento de todos os votos válidos, distribuídos em, pelos menos, um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 0,8 por cento dos votos válidos em cada uma destas.

Com isso, ainda de acordo com os resultados de 2014, atingiriam a regra permanente o SD, o PSC, o PV, o PROS e o PPS e a regra transitória o PCdoB e o PSOL.

SF/16889.05946-09

Página: 3/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860





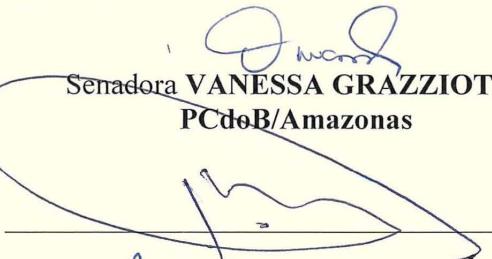
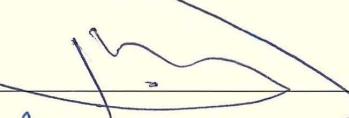
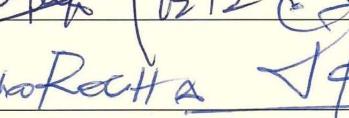
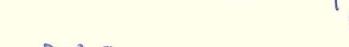
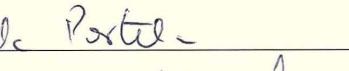
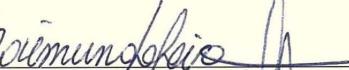
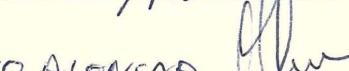
SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

Temos a certeza de que, com essa alteração tornaremos mais razoável a cláusula de barreira e permitiremos que não se fira de morte a pluralidade partidária que, é, indiscutivelmente, um dos pilares da nossa Democracia.



Sala das Sessões,

- SENADOR(A)  - VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas
- 2 SENADOR(A)  - RANDOLPH
- 3 SENADOR(A)  - CRISTOVAM
- 4 SENADOR(A)  - ALVARO DIAS
- 5 SENADOR(A)  - FÁTIMA
- 6 SENADOR(A)  - GLEISI PORTELA
- 7 SENADOR(A)  - PAULO PAIM
- 8 SENADOR(A)  - ELMANO FÉRRER
- 9 SENADOR(A)  - ÁUREO PORTELA
- 10 SENADOR(A)  - KAIMUNGOKRIS
- 11 SENADOR(A)  - OTTO ALENÇAR

Página: 4/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16889.05946-09

Página: 5/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860

- 12 SENADOR(A) Sébastião Ubaldo Ubaldo
- 13 SENADOR(A) José Agripino
- 14 SENADOR(A) Dário Berger
- 15 SENADOR(A) Wladimir - EUNÍCIO OLIVEIRA
- 16 SENADOR(A) Cidinho - LINDBERG FARIA
- 17 SENADOR(A) Cidinho - HÉLIO JOSÉ
- 18 SENADOR(A) Wlady - MOKA
- 19 SENADOR(A) Wlady - WELLINGTON FAFUNDE
- 20 SENADOR(A) Wlady - José Medeiros
- 21 SENADOR(A) Wlady - JORGE VIANA
- 22 SENADOR(A) Wlady - EDUARDO BRAGA
- 23 SENADOR(A) Wlady - Wladimir





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF/16889.05946-09

Página: 6/6 19/09/2016 16:31:04

9720ac571475b4858cf4fc98285060c9699d4860

24 SENADOR(A) Regina Souza MSou25 SENADOR(A) Romário 2-PL26 SENADOR(A) Gelze Gelze27 SENADOR(A) João Capiberibe JCC28 SENADOR(A) Vicentinho Vicentinho29 SENADOR(A) Zé Teo Teo30 SENADOR(A) Valdir Raupp Valdir Raupp = ROBERTO REQUINHO31 SENADOR(A) Indio32 SENADOR(A) Roberto Muniz RM33 SENADOR(A) Valdir Raupp Valdir Raupp34 SENADOR(A) Elson Elson35 SENADOR(A) Edson Lobão Edson Lobão36 Patrícia = Simone Tebet.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° 5 - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

SF/16788.89329-50
|||||

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

Dê-se ao *caput* do art. 17-A da Constituição Federal, na forma do art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2016, a seguinte redação:

“Art. 17-A. Os partidos políticos com afinidade ideológica e programática poderão se unir em federações, que funcionarão como se fossem uma única agremiação partidária, inclusive para fins de cálculo da representação proporcional e do funcionamento parlamentar, terão os mesmos direitos das agremiações nas atribuições regimentais nas Casas legislativas e deverão atuar com identidade política única, resguardada a autonomia estatutária das legendas que a compõem.

Página: 1/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c6a1acd9988389cf0aaa6fb55aaab3a6

JUSTIFICAÇÃO

A ideia de permitir que os partidos políticos se unissem em federações sempre foi a de viabilizar a existência dos partidos ideológicos, em uma conjuntura em que fosse proibida a coligação partidária.

Na PEC nº 36, de 2016, isso não é diferente. Apenas se agregou, aqui, tendo em vista o conteúdo da proposição, a finalidade de

Nome legível: José Vitor
Rubrica: 1
Materfólio: 555
Data: 09/10/16
Hora: 10:05





2

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

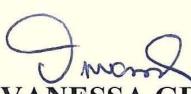
permitir que esses partidos também pudessem ter funcionamento parlamentar quando se federassem.

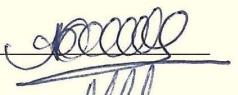
Ocorre, entretanto, que o texto do art. 17-A, que se pretende inserir na Constituição, não é claro sobre os dois objetivos, não deixando expresso que a federação funciona como uma única agremiação partidária para os fins de cálculo da representação proporcional.

Impõe-se, então, deixar claro esse fato, para que se atinjam, completamente, as razões que levaram à instituição da figura da federação partidária.

Assim, estamos apresentando a presente emenda, com o objetivo de esclarecer a redação do *caput* do pretendido art. 17-A da Lei Maior, para que não restem dúvidas sobre a extensão do regime das federações de partidos políticos.

Sala das Sessões,


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

SENADOR(A) ANGÉLICA PORTELA 

SENADOR(A) RAIMUNDO LIRA 

SENADOR(A) SEBASTIÃO VALADARES MOTA 
DE LA

OTTO
ALENCAR



Página: 2/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c8a1ac00d9988389c0aaa61bc5aaab3a6





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A) JOSÉ AGRIPINOSENADOR(A) Antônio BeraldoSENADOR(A) Antônio José

- EVNILIO OLIVEIRA.

SENADOR(A) Antônio José

- LINDIBERG FARIA.

SENADOR(A) Antônio José

- HÉLIO JOSÉ

Página: 3/5 03/10/2016 16:14:49

f063ee65c6a1ac0d9988389e0aaaa6fb5aaab3a6





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA Nº - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

SF/16768.85325-50

Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.

SENADOR(A) Regina Sousa

SENADOR(A) Senador petecão

SENADOR(A) Romário

SENADOR(A) GLEISE HOFFEMA

SENADOR(A) ALVARO DIAS

SENADOR(A) JOÃO CAPITERIBA

SENADOR(A) VICENTINHO

SENADOR(A) Padre Rocinha

SENADOR(A) Wllym - ROBERTO Reavíao

SENADOR(A) Zé Te Puna

SENADOR(A) Jádice de Mota - Juizouga

SENADOR(A) Roberto Muniz - Dell

Página: 4/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c8a1acd9988389c10aaa61bc5aaaab3a6





5

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

EMENDA N° - PLEN
(à PEC nº 36, de 2016)

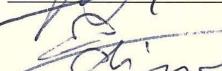
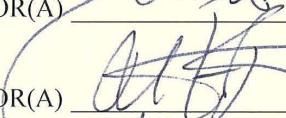
Emenda ao substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania à Proposta de Emenda Constitucional nº 36, de 2016, que altera a Constituição Federal para vedar as coligações nas eleições proporcionais, disciplinar a autonomia dos partidos políticos e estabelecer normas sobre fidelidade partidária e o funcionamento parlamentar dos partidos políticos.



SF16768.89329-50

Página: 5/5 03/10/2016 16:14:49

f063e65c6a1acd9988389cf0aa6fb5aaaab3a6

- SENADOR(A)  - IVO GÓES
- SENADOR(A)  - WALDIR RALF
- SENADOR(A)  - WALDIR RALF
- SENADOR(A)  - EDSON LOBÃO
- SENADOR(A)  - FÁTIMA BEZERRA
- SENADOR(A)  - HUMBERTO COSTA
- SENADOR(A)  - SIMONE TEBET
- SENADOR(A) _____



Requerimento nº 731/2016**SENADO FEDERAL**
REQUERIMENTO
Nº 731, DE 2016

Em Aditamento ao Requerimento nº 566, de 2016, solicitamos que a Sessão Especial destinada a celebrar os 30 (trinta) anos do Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília - CPCE, e os 10 (dez) anos de fundação da UnBTV, que se realizaria no dia 17 de outubro de 2016, segunda-feira, possa se realizar no dia 24 de outubro do corrente ano.

AUTORIA: Senador Hélio José, Senador Cristovam Buarque, Senador Elmano Férrer, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Pastor Valadares, Senadora Vanessa Grazziotin



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO N° , DE 2016


SF/16618.11176-50

Em aditamento ao Requerimento nº 566, de 2016, solicitamos que a Sessão Especial destinada a celebrar os 30 (trinta) anos do Centro de Produção Cultural e Educativa da Universidade de Brasília – CPCE, e os 10 (dez) anos de fundação da UnBTV. Que se realizaria no dia 17 de outubro de 2016, segunda-feira, possa se realizar no dia 24 de outubro do corrente ano.

JUSTIFICAÇÃO

O ano de 2016 é especial para a Comunicação Social da Universidade de Brasília – UnB. No dia 21/11 a UnBTV celebrará 10 anos de sua fundação, enquanto o Centro de Produção Cultural e Educativa – CPCE, ao qual a emissora de TV está vinculada, comemorou 30 anos de existência no dia 14 de abril próximo passado.

O CPCE nasceu de uma parceria entre a UnB e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de criar um centro audiovisual para promover a cultura e a educação no Centro-Oeste. Embora sempre tenha em seu horizonte a cultura nacional, a UnBTV não esqueceu a missão regional. Essa é, aliás, uma orientação da nossa Constituição Federal – especificamente entre os artigos 220 e 224 da Carta Magna.

Desde a sua criação o CPCE tem realizado trabalhos importantes como a co-produção da série de TV *Estação Ciência*, programa semanal de divulgação científica transmitido pela então Rede Manchete; o programa



Paidéia, veiculado pela rede nacional de televisões educativas (TV-E, Radiobrás e TV Cultura); e a produção de inúmeros documentários, como os longas-metragens *Conterrâneos Velhos de Guerra*, de Vladimir Carvalho; *A Terceira Margem do Rio*, de Nelson Pereira dos Santos; e *O Círculo de Fogo*, de Geraldo Moraes.

O Centro de Produção Cultural e Educativa foi idealizado para atuar fortemente no campo da TV Universitária em canal aberto, e essa proposta foi parcialmente concretizada. Em 2006 foi ao ar pela empresa de telecomunicações NET o primeiro programa da UnBTV. A linguagem audiovisual da TV Universitária cumpre um papel fundamental para a comunicação pública e para o Brasil, pois por meio dos programas jornalísticos, educativos e culturais fomenta a cidadania, a informação independente e de qualidade, o prazer pelo conhecimento e pela pesquisa científica, a formação de pessoas mais conscientes do próprio papel na sociedade e uma cultura de valorização da diversidade e do respeito entre as pessoas. Trata-se de uma importante alternativa ao modelo comercial de televisão, que muitas vezes privilegia a audiência, podendo prejudicar o tratamento informacional e confundir a opinião pública.

Nos últimos anos a UnBTV tem desenvolvido importantes atividades, mas não sem dificuldades. Um dos períodos mais difíceis que enfrentou ocorreu no verão de 2011, quando uma enchente tomou conta do subsolo onde está instalada a emissora. Fitas, equipamentos e a própria estrutura da edificação foram danificados, impedindo qualquer atividade audiovisual por quase um ano.

Prestigiar uma TV Universitária é prestigiar os anseios da população, as diretrizes constitucionais e o Estado de Direito, a justiça social, a autonomia individual e comunitária. Essa Sessão Especial do Senado Federal é um importante reconhecimento dos trabalhos, da missão e das



SF/16618.111176-50



propostas realizadas e defendidas pela UnBTV e pelo Centro de Produção Cultural e Educativa.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ
PMDB/DF

Senador CRISTOVAM BUARQUE
PPS/DF

SF/16618.11176-50

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Social Democrata - 15

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Deca	PSDB / PB
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Aníbal	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13

PT-10 / PDT-3

Angela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Pastor Valadares	PDT / RO
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 11

PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Pedro Chaves	PSC / MS
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe	DF
---------	----

PMDB	19
Bloco Social Democrata	15
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	13
Bloco Moderador	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
S/Partido	1
Vago	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 15 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,96) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,80) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 7 Antonio Carlos Valadares (60,80) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,83) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,79) Eduardo Amorim (81) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,79) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 2 Eduardo Amorim (81) Líder do PRB - 1 Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,83)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,97) Ricardo Ferraço (89,96)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,69,72,101)	

Notas:

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.



61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n° 14/2016-BLSDEM.
81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n° 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - líder da liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice - líder da liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros: 11****PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 30/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 03/10/2016 a 17/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 18/10/2016 a 24/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 25/10/2016 a 01/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
1.	
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
1.	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
1.	



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁶⁾

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) ^(11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽⁴⁾	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽⁸⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁹⁾	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁹⁾
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ^(1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽¹⁾	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrella; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinyctius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinyctius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)		2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)		3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
 Maioria (PMDB)		
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)		1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)		2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)		4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)		1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)		3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)		1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)		2.
VAGO (11)		3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)		4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10)
Senador Roberto Muniz (PP-BA)		2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10)
Senador Wilder Moraes (PP-GO)		3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.



16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPP).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO ⁽⁶⁾	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

- *. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).
- **. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).
- ***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).
- ****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).
- *****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).
- *****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- *****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.
- 1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).
- 2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).
- 3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).
- 4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).
- 5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).
- 6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).



7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunicio Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunicio Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁴⁾	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
VAGO ^(47,51,60)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).



***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).



37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)		1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾		
Senador Wilder Morais (PP-GO)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (4,5)		1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34,35)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO (14,15,23,27,34,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) (17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
VAGO (29,32,38)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).



4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. VAGO (26,27,39,45,56)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
VAGO (46,49,59)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).



- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nº's 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
 4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
 5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).
 6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
 7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
 8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
 9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
 10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
 11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
 12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
 13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
 14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
 19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
 20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
 21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
 22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
 23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
 24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
 25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
 26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
 27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
 28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
 29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
 30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG)
 31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
 32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
 33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)		2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)		5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾		2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)		2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)		2.
 Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)		2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)		5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)		6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)		
VAGO (17,18,22,24,29)		1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾		
Senador Magno Malta (PR-ES)		1. VAGO (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27,30)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maoria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO ^(23,25,27)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).



5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (39)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (38)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
 3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) (5,16,38)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (37,38)
VAGO (6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcicio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (28)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
VAGO (21,24,30)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)		3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)		4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)		1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)		3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)		
VAGO (22,25)		1. VAGO (14,15,18)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).



11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾

Maoria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VAGO ⁽²⁴⁾

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
4.

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾

1. VAGO ^(5,6,18)
2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾

Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)

1.
2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾

Atualização: 08/09/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
- 2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 3. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ⁽²⁾**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,8)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(2,4)

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1^a Designação:** 12/09/2012**2^a Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB**PTB**

VAGO

PP

VAGO

PDT**PSB**

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(2,4)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 20/12/2013**2^a Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,4)**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ^(1,3)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

Senador Eduardo Lopes (RJ) ⁽⁴⁾

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

